



**XXV ASSEMBLEIA NACIONAL DELIBERATIVA
(AND)**

BELÉM (PA), DE 15 A 18 DE NOVEMBRO DE 2012

**RELATÓRIO DA COORDENAÇÃO DO
TEMA VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS**

ÍNDICE

1 – Introdução

2 – Propostas Essenciais para a Valorização das Regionais

2.1 – Propostas a Respeito do Projeto Sistema Financeiro Cidadão (Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal)

Responsável: José Manoel Rocha Bernardo

2.2 – Propostas a Respeito de Gestão Administrativa e Qualidade de Vida no Trabalho

2.3 – Propostas a Respeito do PASBC

Responsável: Paulo Lino Gonçalves

3 – Propostas em Relação Direta com a Valorização das Regionais

4 – Propostas em Relação Indireta com a Valorização das Regionais

5 – Propostas sem Relação Aparente com a Valorização das Regionais

6 – Anexo (Material de Trabalho)

1 – Introdução

A essencial e inadiável questão, hoje posta para o Sinal, da Valorização das Regionais surge no horizonte como uma possibilidade, e imediatamente se impõe como necessidade, logo após a reestruturação organizacional promovida no Banco Central do Brasil em 1999. Naquele momento, quando a instituição optou pela eliminação das Delegacias Regionais, criou-se um ambiente organizacional receptivo a medidas administrativas que passaram a ser adotadas pela Administração Central, que promoveram, e continuam promovendo a nosso ver, o desmonte de representações regionais do Banco, a despeito das declarações contrárias feitas pelo Presidente Tombini em entrevista por ele concedida à revista Por Sinal. A Coordenação do Tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal teve a oportunidade de prestar alguns esclarecimentos sobre isso no texto “Não é bem assim, Presidente Tombini...”, que foi publicado no blog da AND, no Apito Brasil QVT, no Apito Carioca QVT e na revista Plural.

A importância da presença do BCB de forma abrangente no território nacional é um tema que já foi intensamente tratado no Sinal, no âmbito do Projeto Sistema Financeiro Nacional – SFN Cidadão. Esse importante conjunto de reflexões acumuladas acerca do assunto, que está contido na proposta de regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal, necessariamente estará presente nesse debate no sentido de fundamentar muitas das propostas relativas à Valorização das Regionais, visto que esta questão só se coloca por sua relevância quanto ao papel exercido pelo BCB diante da sociedade brasileira no cumprimento de sua missão institucional.

Adicionalmente, e na certeza de que a atual mobilização do Sinal em torno do tema Valorização das Regionais produzirá efeitos também no sentido da revisão dos quadros regionalizados do BCB, impõe-se também a urgente necessidade de se trabalhar no sentido da melhoria do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central – PASBC. As dificuldades vividas atualmente pelo PASBC devem necessariamente ser abordadas nesse debate, com vistas a que o Programa possa oferecer o suporte adequado aos servidores e seus dependentes, no sentido da ampliação da sua Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Uma das principais evidências do processo de desmonte das representações regionais do Banco é a crescente transferência do poder decisório para Brasília, que está refletida numa também crescente concentração das comissões na sede, assim como nas diferenças gritantes em termos de amplitude de comando, quando se compara este indicador na sede e nas regionais.

Esse processo de desmonte é correlato a uma desvalorização do trabalho ali realizado, o que acarreta uma desqualificação do mesmo e do servidor que o realiza, ainda que esse servidor tenha acesso a treinamentos técnicos. Nesse caso, assim como nos outros, tal desqualificação se torna visível também pelas limitações que são impostas pela estrutura organizacional, e que têm efeitos significativos em termos de

QVT. Essas limitações só existem pelo fato de ser o servidor lotado em componente regionalizado. São elas:

1. negação da possibilidade de ascensão funcional, dado o número limitado e decrescente de funções comissionadas disponíveis nas regionais;
2. comprometimento da qualidade do trabalho realizado como consequência do aumento da carga de trabalho que é imposto por um dimensionamento no mínimo questionável dos quadros;
3. restrição cada vez maior da participação nos processos decisórios que afetam o seu próprio trabalho, mesmo quando é seu desejo e ele tem qualificação para tal;
4. exclusão, na maioria dos casos, de qualquer possibilidade de participação no processo de formulação de seu trabalho cotidiano, restando ao servidor a mera execução de algo anterior e externamente a ele planejado;
5. desestímulo a iniciativas criativas e inovadoras produzidas individual ou coletivamente, que, na maioria dos casos, são ignoradas pela Administração Central, a despeito de um discurso oficial contrário.

Evidenciada, portanto, a existência de um processo de desvalorização das regionais do BCB, é fundamental que se coloque uma questão para a comunidade BCB, e o Sinal tem um papel essencial nesse momento. A pergunta é:

Qual é a forma pela qual o Banco Central deve se fazer presente no território nacional?

Essa definição, é claro, comporta várias dimensões, que devem ser analisadas em conjunto – uma abordagem tão somente “técnica” ao tema fica incompleta se não levar em conta a sua dimensão política. Este foi um dos pontos abordados no texto de interlocução com o Presidente do BCB, já mencionado anteriormente: “Não é bem assim, presidente Tombini...”. É a partir dessa reflexão que o futuro das regionais, e da instituição como um todo, será traçado.

O Sinal deve ter um papel importante nesse sentido (e na verdade já está tendo), colocando a questão na agenda do Banco, promovendo o debate em torno do tema e evitando que a discussão se restrinja à dimensão meramente administrativa (ainda que essa dimensão seja também importante no sentido de se obter os melhores resultados possíveis com os recursos disponíveis).

É claro que o debate, que apenas se inicia no âmbito do Sinal, certamente será enriquecido com muitas outras ideias e propostas, como já ocorreu no blog da AND, o que, esperamos, repetir-se-á na própria AND. A partir dessas reflexões, outras ações poderão ser adotadas pelo Sindicato no sentido de ampliar o debate para fora das

paredes do Banco, levando-o para outras instâncias que venham a ser consideradas importantes.

Assim sendo, destacamos três pontos que são fundamentais para a ação de um Sindicato que vem buscando atuar na vanguarda do movimento sindical contemporâneo. Isso passa necessariamente pela luta no sentido da construção de um modelo de Banco Central que:

1. respeite e incorpore em sua ação a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil;
2. seja fortalecido em seu papel de agente do Estado, no sentido de pautar suas decisões pela consideração aos interesses da sociedade brasileira em seu sentido mais amplo;
3. adote processo decisório mais fundamentado no seu quadro técnico e menos sujeito a forças externas à própria instituição (como os interesses do sistema financeiro ou de governos e governantes que passam).

Portanto, convidamos você, colega Delegado à XXV AND do Sinal a, a partir do debate – denso, livre, produtivo – das propostas que são a seguir apresentadas, contribuir positivamente com a abertura de caminhos de atuação de nosso Sindicato, na direção de sua efetiva inserção no processo de Valorização das Regionais.

Não poderíamos encerrar esta mensagem sem agradecer aos colegas José Manoel Rocha Bernardo e Paulo Lino Gonçalves pela valiosa colaboração, na qualidade de responsáveis pelos itens Projeto Sistema Financeiro Cidadão (Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal) e PASBC, respectivamente, do Relatório. A eles o nosso **muito obrigado!**

Com nossas saudações sindicais,

Delphim Nogueira, José Leite, Márcio Araújo.

Coordenação do Tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2 – Propostas Essenciais para a Valorização das Regionais

2.1 – Propostas a Respeito do Projeto Sistema Financeiro Cidadão

A proposta de construção do Sistema Financeiro Cidadão está fundada no entendimento de que o Estado deve zelar pelos principais valores da sociedade.

São valores da coletividade já consagrados a preservação do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro. O principal agente da preservação desses valores é o Banco Central do Brasil.

Essa característica identifica o Banco Central como executor de função típica de Estado, e não de governo, muito embora, para a eficácia das ações da instituição, seja importante a coordenação de políticas, no âmbito econômico, com os diversos órgãos do Governo.

No entanto, existem outros importantes valores da sociedade que também precisam ser preservados. Nesse contexto, o Sinal entende que a evolução do SFN não tem sido suficiente para promover o desenvolvimento equilibrado do país e satisfazer aos interesses da coletividade, como dispõe o Art. 192 da Constituição Federal.

Para que o sistema financeiro atenda ao disposto no Art. 192, será necessário reconsiderar o papel do Banco Central, acrescentando aos seus objetivos – moeda estável e sistema financeiro sólido e eficiente – a promoção do equilíbrio regional, do desenvolvimento sustentado, da inclusão bancária, da responsabilidade socioambiental, do controle de tarifas e spreads bancários, da educação financeira e das demais expectativas e necessidades da sociedade.

A proposta de Sistema Financeiro Cidadão prevê a autonomia do Banco Central como forma de estruturar o sistema financeiro visando o desenvolvimento equilibrado e os interesses da coletividade, já que esses objetivos não serão buscados espontaneamente pelos bancos e demais instituições que operam no sistema. É necessária a ação efetiva do Estado na orientação e controle das instituições, às quais concede o direito de explorar a atividade financeira, para que estas dirijam seus esforços para a satisfação dos interesses da coletividade.

Além disso, a autonomia administrativa e financeira do Banco Central é vital para os seus servidores, pois, além dos aspectos sociais de extrema relevância, já apontados, trata-se da garantia de exercer com plenitude suas funções a favor do cidadão.

O objetivo do Sistema Financeiro Cidadão é redirecionar o funcionamento do sistema financeiro, de forma a fazer valer o que está escrito da Constituição Federal – o Sistema Financeiro Nacional deve ser estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade.

Atualmente, o principal objetivo dos bancos é a obtenção de lucros cada vez mais expressivos. No Sistema Financeiro Cidadão, como o próprio nome diz, o foco será o cidadão, e o objetivo dos bancos passará a ser o desenvolvimento nacional, combinado com o atendimento aos interesses da coletividade. O lucro obtido será proveniente dessa atuação, e não como resultado de uma ação contrária ou alheia às demandas sociais.

Trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Nacional constituído pelo Sinal para avaliar o sistema financeiro levaram à conclusão que a estruturação do Sistema Financeiro Cidadão conta com forte apoio por parte do Idec, Ipea, CUT, CTB, NCST e

CNI com particularidades de cada setor sobre o que deveria constar do projeto de regulamentação do Art. 192 da CF.

Informações coletadas durante os trabalhos realizados pela Diretoria do Sinal no Congresso Nacional confirmam que também entre os parlamentares a ideia de um sistema financeiro que realmente atenda ao cidadão é muito bem vinda.

Nesta XXV Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal, a proposta de Sistema Financeiro Cidadão se insere no tema Valorização das Regionais, conforme termo de abertura publicado no Blog da AND: “Neste tema incorpora-se também a discussão – absolutamente indispensável! – das seguintes questões a Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal, com prevalência da proposta do Sinal de efetivo estabelecimento de um Sistema Financeiro Nacional Cidadão”.

Foi muito oportuna a decisão do CN de incluir a discussão do Artigo 192 no tema Valorização das Regionais.

Primeiro porque o Artigo 192 prevê a estruturação do sistema financeiro para promover desenvolvimento equilibrado do País. Os que questionam a necessidade de regionais apresentam sempre a mesma razão: se o Sistema Financeiro está concentrado no Sul e Sudeste, por que precisamos de Banco Central no Norte e no Nordeste? Ao se estruturar o Sistema Financeiro de forma equilibrada em todo o Território Nacional, a necessidade de se valorizar as regionais vai ficar inquestionável.

Segundo porque o Artigo 192 prevê que o sistema financeiro seja estruturado para servir aos interesses da coletividade e a coletividade está distribuída por todo o território do País. Fica claro que o projeto de se instalar representações do Banco Central em todas as capitais e municípios mais populosos, patrocinado pelo Sinal, busca aproximar a autoridade monetária da população para que conheça seus interesses e coloque o Sistema Financeiro a seu serviço.

Assim, no que toca ao Sistema Financeiro Cidadão, além da proposta de estruturação decorrente dos estudos promovidos pelo Sinal, foram coletadas as propostas apresentadas no Blog que, depois de sistematizadas, transformaram-se em assertivas a serem deliberadas pela Plenária da AND.

Nossa Proposta de Sistema Financeiro Cidadão

O Sinal empreenderá esforços junto ao Banco Central, ao Poder Executivo Federal, ao Congresso Nacional e demais autoridades e representantes da sociedade visando a regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal de forma a estruturar o Sistema Financeiro Nacional sob os seguintes princípios e diretrizes:

1. Banco Central autônomo:
 - a) autonomia política:
 - i) de forma que o Banco Central do Brasil, possa assumir plenamente suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado, em lugar de seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro;
 - ii) de forma que seus diretores sejam nomeados com mandato por prazo certo e possam ser responsabilizados por seus atos.
 - b) autonomia administrativa:
 - i) de forma a contar com ajustado quadro de servidores, adequadamente ressuprido, em permanente processo de desenvolvimento profissional-

- social-pessoal, justamente remunerado, dispendo de elevada Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com atuação na totalidade de nosso país;
- ii) de forma a adotar livremente práticas que incentivem a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação;
 - iii) de forma que o processo decisório do Banco Central do Brasil esteja mais voltado para dentro do próprio BCB (ou seja, mais afetado pelo posicionamento de seu quadro técnico) do que mais sujeito a forças externas à própria instituição (como interesses do sistema financeiro, de governos e governantes etc.), pois isso, por certo, fortalece o papel de agente do Estado do Banco.
- c) autonomia orçamentária - de forma a permitir que o Banco Central utilize seus recursos com transparência e sob regras específicas, repassando ao Tesouro apenas os excedentes;
 - d) autonomia operacional - de forma a permitir que o servidor do Banco Central execute suas atividades com autonomia, principalmente quando lotado na fiscalização do sistema financeiro.
2. Banco Central sob controle social – Além de prestar contas ao Congresso Nacional e seus órgãos auxiliares o BC deve seguir as diretrizes de um amplo conselho de representantes dos diversos órgãos representativos do poder econômico e de seus clientes e usuários, que seria responsável pela aprovação de seu planejamento e de suas contas.
3. Banco Central presente:
- a) com extensa e intensa presença em todo o território nacional, respeitando e incorporando em sua ação a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil;
 - b) com atendimento presencial, pessoal, personalizado às cidadãs e cidadãos que procuram nossa instituição em busca de informações, protocolando reclamações, ansiando por justiça em suas muito desiguais relações com o Sistema Financeiro Nacional.
4. Sistema financeiro voltado ao desenvolvimento equilibrado:
- a) o direcionamento da aplicação dos recursos das instituições financeiras governamentais e privadas tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
 - b) a imediata intervenção em projetos, operações, fundos, empresas e instituições de qualquer natureza que possam vir a oferecer risco ao Sistema Financeiro Nacional ou causar grande comoção à coletividade, empregando, para isso, os recursos necessários;
 - c) inclusão obrigatória de agências nas regiões em desenvolvimento quando da instalação ou expansão de bancos que solicitem licença para operar em todo o território do País.
5. Sistema financeiro voltado aos Interesses da Coletividade:
- a) Atendimento de qualidade - distribuição das instituições operadoras do sistema financeiro nacional de forma que se mantenha atendimento de qualidade para todos os setores da economia e em todas as regiões que compõem o território nacional, priorizando as atividades e áreas menos desenvolvidas;

- b) Responsabilidade Socioambiental - a observância aos princípios e diretrizes que norteiam a responsabilidade socioambiental nas instituições que compõem o sistema financeiro nacional e em suas atividades relativas à concessão de crédito;
- c) Estabilidade do câmbio - a estabilidade cambial da moeda brasileira visando expandir sua utilização internacional como reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento;
- d) Informações aos usuários - o estabelecimento de regras de taxonomia para todas as informações prestadas pelas instituições que operam no sistema financeiro visando facilitar a comparação, pelos usuários, entre os preços e rendimentos dos diversos produtos e serviços em oferta no mercado;
- e) Produtos e serviços financeiros - o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros visando melhor atendimento aos usuários do sistema, a menores custos;
- f) Educação Financeira - a educação financeira para o cidadão, visando conscientizá-lo da importância da poupança e consumo e permitindo-lhe uma administração responsável dos próprios rendimentos e bens;
- g) Fiscalização - a fiscalização das instituições operadoras em todo o território nacional visando aprimorar as relações entre fornecedores e consumidores de serviços e produtos financeiros;
- h) o estabelecimento de regras para que as operações cursadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional respeitem a ética e a transparência no relacionamento com a comunidade e promovam a mitigação de impactos sociais e riscos ambientais;
- i) a proteção aos usuários do sistema financeiro, aos investidores no mercado de capitais, aos beneficiários de seguros e aos participantes em fundos de previdência.

2.2 – Propostas a Respeito de Gestão Administrativa e QVT

- 6. Lutar pelo fim da centralização do processo decisório na Sede, atualmente em curso no BCB.
- 7. Lutar para que as decisões tomadas pelos servidores do BCB no seu dia-a-dia de trabalho efetivamente passem a afetar a escolha dos rumos dos macroprocessos do Banco, em um processo de baixo para cima de produção de caminhos institucionais.
- 8. Lutar pela adoção de práticas que incentivem a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação.
- 9. Lutar pela participação do Sinal em todo o processo de Planejamento Estratégico do BCB, com vistas a que as posições do Sindicato sobre, por exemplo, a Valorização das Regionais, sejam efetivamente consideradas.
- 10. Lutar pela transferência plena das atividades de distribuição de numerário ao BCB. A distribuição de numerário, atividade-fim de diversos Bancos Centrais de grande destaque na atualidade (como, por exemplo, o FED, o Bundesbank, o Bank of England), é a última atribuição típica de autoridade monetária ainda

executada por outro participante de mercado financeiro (o Banco do Brasil). Tal distribuição coloca o BCB mais próximo da população, cumprindo, assim, de modo mais adequado, sua obrigação de servir à sociedade. Significa Valorização das Regionais, pois requer, não apenas um reforço dos quadros funcionais em todas as regionais hoje existentes, como demanda uma capilaridade maior na distribuição geográfica do BCB, com a criação de novas regionais (ou representações regionais de menor porte).

11. Lutar pela adoção de um processo de mobilidade que contemple o tema da Valorização das Regionais, de modo a:
 - a) Estabelecer critérios de definição de vagas nas praças que levem em conta a necessidade de Valorização das Regionais.
 - b) Deferir, de imediato, os pedidos de mobilidade funcional pendentes, viabilizando a transferência para as Gerências Administrativas e/ou Técnicas, consideradas as vagas existentes.
 - c) Manter nos próximos concursos o critério de classificação universal único para todo o Brasil, permitindo que os primeiros colocados, obedecendo ao número de vagas estabelecido no concurso, optem por trabalhar na praça que melhor lhes convier, no limite das vagas existentes nas praças.
12. Lutar pela adoção de um modelo de BCB que ofereça atendimento presencial, pessoal, personalizado às cidadãs e cidadãos que procuram nossa instituição em busca de informações, protocolando reclamações, ansiando por justiça em suas muito desiguais relações com o Sistema Financeiro Nacional.
13. Lutar pela maior e melhor adequação entre trabalho realizado e qualificação para realizá-lo.
14. Lutar pelo fim da submissão a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível.
15. Lutar para que o trabalho realizado pelos servidores do BCB a eles proporcione acesso a uma realização profissional em sentido amplo.
16. Lutar para que o sentido atribuído ao trabalho no BCB guarde relação cada vez mais estreita com a permanente melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos servidores do Banco, aí incluídas, de modo muito privilegiado, as Relações Sociais de Trabalho, vale dizer, a distribuição de poder na instituição.
17. Lutar para que o trabalho de todo servidor do BCB, de qualquer posto ou função, seja cada vez mais realizado em consonância com a missão institucional do Banco, sendo, ainda, e principalmente, assim percebido por todo servidor.
18. Lutar para que a busca de crescente motivação no trabalho por parte de todo o servidor do BCB seja uma característica central da Política de Gestão do Trabalho do Banco.

19. Lutar, enfim, pelo fim do processo de desmonte das Regionais, atualmente em curso no BCB.

2.3 – Propostas a Respeito do PASBC

20. Fortalecer as estruturas administrativas ligadas ao Depes nas regionais, com a criação de cargos de Coordenador especificamente para aqueles que irão gerir o Programa;
21. Buscar isonomia no tratamento das regionais: Enquanto a Sede e outras regionais preparam a renovação dos contratos de prestação de serviços com atendimento urgência e emergência 24 h, findo o primeiro ano de atendimento, existem regionais que ainda não foram contempladas com este serviço;
22. Estabelecer um plano de extensão de credenciamentos, que vise não só a ampliação do quadro de credenciados, como a habilitação desse quadro à totalidade das especializações necessárias;
23. Criar forças-tarefa para o desenvolvimento do plano de extensão de credenciamentos, com participação, se for o caso, de servidores ligados ao PASBC de outras praças, para análise e desenvolvimento dos credenciamentos;
24. Analisar cada regional, com base em sua representatividade na praça, considerando o número de participantes do Programa, visando uma maior flexibilidade tanto no credenciamento de pessoas físicas, como também na fixação de honorários;
25. Promover o intercâmbio de informações entre as regionais, especificamente com os servidores que executam as funções do PASBC, visando a uniformização do atendimento aos usuários do Programa e o entendimento do regulamento e das normas que os sustentam;
26. Criar no Portal do PASBC “blog” onde os servidores a ele ligados possam manter contato constante com os demais servidores de outras regionais, para trocar informações, experiências, diagnósticos em casos similares, etc;

3 – Propostas em Relação Direta com a Valorização das Regionais

27. Constituir grupo de trabalho composto de membros de cada Gerência Administrativa e Sede com recursos do Sinal Nacional, denominado Sistema Funcionário Cidadão, que tenha como meta, em médio prazo, transformar as Gerências Administrativas em Centros de Excelência, como, por exemplo: ADREC – Centro de Coordenação em TI, ADFOR – Centro de Análise de Prevenção de Fraudes Bancárias, entre outras.
28. Criar, no Sinal, diretoria de Valorização das Regionais.
Posição da Coordenação do Tema: Entendemos haver sido bem-sucedida a forma adotada na presente AND para a abordagem da questão, ou seja, articular a Valorização das Regionais com o Projeto Sistema Financeiro Cidadão (que trata da Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal), a Qualidade de Vida no Trabalho e o PASBC. Criou-se, com isso, uma aproximação, a nosso ver, necessária, entre tais tópicos, uma vez que a Valorização das Regionais certamente impacta e é impactada tanto pelo ambiente externo (Art. 192) quanto pelo ambiente interno (QVT, PASBC) ao BCB, não cabendo, portanto, uma separação entre tais áreas de atuação do Sinal. Muito ao contrário disso, o que cabe, a nosso juízo, é o aprofundamento da experiência pré-AND, de debates, análises e proposições, buscando uma cada vez maior interrelação entre essas áreas, ganhando o Sindicato com a sinergia assim obtida. Propomos, então, que o trabalho do Sinal em torno da Valorização das Regionais continue fazendo parte, como recentemente ocorreu, da área de atuação da Diretoria Extraordinária de Qualidade de Vida.
29. Identificar, nos registros existentes, que refletem as posições oficiais do BCB acerca das regionais, possíveis brechas que possam ser exploradas no sentido de sua valorização.
30. Empreender esforços junto às chefias de Demab, Mecir e Desup para que as representações regionais do Deinf naquelas praças sejam revitalizadas a fim de manter a qualidade dos serviços prestados a nível local.
31. Criar creche ou berçário para colegas que tenham filhos menores. Demanda social que justifica pesquisa junto às praças no sentido de avaliar quantos necessitam desse serviço, a viabilidade da implantação em estabelecimento sob controle do Banco ou convênio com a iniciativa privada. Seria um item de qualidade de vida na valorização das regionais, uma vez que manter filhos numa creche distante envolve custos de transporte, manutenção, tempo despendido etc.
32. Distribuir de modo mais equânime o comissionamento entre as Regionais e a conseqüente redistribuição das funções, oferecendo às Regionais maior quantidade de funções relacionadas à formulação.
33. Privilegiar com maior atenção áreas como micro finanças, cooperativismo e moedas sociais, além de outras, de modo a incorporar nos processos questões e realidades de todas as regiões do Brasil.
34. Executar trabalho de convencimento dos servidores das Regionais no sentido de eles cobrarem permanentemente da Sede maior espaço de atuação.

35. Ampliar a descentralização do BCB de modo que, até 2016, cada Regional seja a sede de pelo menos um Departamento, distribuindo-se chefias de unidade nas diversas regionais do país.
36. Acabar com a destruição de cédulas imprestáveis pelas empresas privadas por haver risco enorme. Esses serviços teriam que ser feitos em cada capital, evitando os gastos com a segurança e o transporte desse dinheiro imprestável para destruição em outras regionais.
37. Fiscalizar diretamente os serviços prestados pela rede bancária ao público, fornecendo um acompanhamento mais de perto, nas agências.
38. Criar uma Diretoria no Sinal para Valorização das Regionais.
39. Alterar a missão do BCB: “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade”.
40. Buscar presença efetiva do BCB em todo o país, com pelo menos uma representação física em cada Estado, colocando-se também de forma permanentemente acessível aos chamados *stakeholders*.
41. Descentralizar a presença do BCB em todo o país, mas sem antes se corrigirem os erros de não descentralização hoje vigentes.
42. Pleitear junto ao BCB a criação, no âmbito da nova Direc (Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania), de equipes dedicadas exclusivamente ao trabalho na área de educação financeira em todas as regionais.
43. Cobrar novos concursos para contratação de servidores em caráter regionalizado ou, no caso do concurso nacionalizado, procurar alocar, na medida do possível, os servidores em suas regiões de origem, evitando insatisfações e processos de remoção;
44. Descentralizar as decisões, haja vista as peculiaridades de cada região onde o BCB está atuando.
45. Descentralizar as atividades compatíveis com a vocação econômica de cada região, com atribuição da autonomia devida, retornando às Regionais atividades transferidas para Brasília.
46. Rediscutir a estrutura organizacional do BCB em nível nacional, criando a Diretoria do Meio Circulante.
47. Mudar a estrutura do Banco Central, de modo a favorecer a liberdade de iniciativa e criação.
48. Mudar o sistema de comissionamento, dando espaço privilegiado ao critério de formação e qualificação do servidor.
49. Implantação de postos com maiores responsabilidades nas regionais.
50. Incluir serviços imprescindíveis nas áreas de micro finanças, cooperativismo e moedas sociais.
51. Prover um treinamento que atenda de forma igualitária a todos os funcionários das respectivas áreas, independentemente da região.
52. Otimizar a comunicação entre a sede e as regionais.
53. Fomentar análise mais aprofundada sobre as características regionais, visando a conhecer os objetivos da atuação do Banco e, por consequência, ao reenquadramento de atividades e atribuições das regionais.

54. Prover todos Departamentos na Regional de comissões, de forma a motivar o servidor e fornecer um equilíbrio entre sede e regional.
55. Cobrar visita do Diretor de Administração ao menos uma vez em cada semestre na regional com divulgação e definição de pauta e acompanhamento das pendências da reunião anterior;
56. Melhorar Cultura do Processo de comunicação que é ruim entre Brasília e regionais, em todos os Departamentos.
57. Cobrar maior equilíbrio entre cursos oferecidos em Brasília e nas regionais, com instituição de sistema de concorrência para cursos no exterior;
58. Cobrar curso de Formação de Gerentes de Regionais que possam valorizá-las.
59. Criar diretrizes/processos para serem tocados pelas Regionais, treinando e especializando servidores. Esse mapeamento deveria se estender a todos Departamentos.
60. Promover reunião entre gerentes para definição de estratégias tendentes à valorização das regionais.
61. Redistribuir e reestruturar as Comissões às regionais em processo de revalorização da força de trabalho;
62. Estabelecer critérios objetivos nos processos de remoção.
63. Possibilitar remoção de servidores entre setores de uma mesma regional.
64. Fortalecer a presença do BCB na sociedade, com a promoção de cursos, palestras presenciais, orientação ao cidadão e os serviços da Ouvidoria em todas as regionais na comunidade local, estabelecendo, inclusive, fiscalizações conjuntas com o Procon.
65. Convencer os colegas das Regionais a agirem de forma direta, em seus próprios setores, cobrando mudanças e iniciativas locais. Não dá para assumirmos uma postura passiva. Temos que nos unir, localmente, para poder pressionar nacionalmente.
66. Hoje, com as inúmeras possibilidades que nos são oferecidas pela tecnologia (internet, blogs, e-mails, “nuvens” etc.), temos todas as condições para definir uma meta de descentralização e propô-la à Plenária da AND 2012 e, se aprovada, levá-la à diretoria do BC: até 2016, tentarmos que cada uma das nossas 9 regionais seja sede de pelo menos um Departamento do Banco Central do Brasil.
67. Tornar o Bacen presente em todas as Capitais deste vasto País.
68. Propor um calendário à Diretoria, que o Diretor de Administração se reúna em cada regional pelo menos 1 vez em cada semestre. Com levantamento dos pontos a serem abordados naquela regional. Que os assuntos seja de conhecimento de todos. Não chegada de surpresa e voltando rápido para Brasília.
69. Se todos fazem o mesmo concurso para entrar no BCB, qualquer um que consegue passar têm as mesmas condições de desenvolver o trabalho exigido. Então, a descentralização de certas atividades, atendendo inclusive às singularidades de cada região, seria uma opção.
70. A participação das regionais pode ser incrementada especialmente com a utilização de diversos recursos tecnológicos, tais como videoconferências e bases de dados digitalizadas/eletrônicas.

71. Providenciar mais concursos públicos para as regionais justamente para aquelas atividades com falta de RH, evitando centralizar estes concursos em BSB.
72. Promover a efetiva participação das estruturas descentralizadas no processo decisório.
73. Realizar consulta prévia aos setores afetados por mudanças em gestão nas sedes.
74. Mobilizar nas regionais, até mesmo com o patrocínio do sindicato, sobre a importância de práticas gerenciais no cotidiano profissional.
75. Realizar treinamentos gerenciais com as equipes das regionais.
76. Analisar e definir atividades e metas das regionais com a participação destas, da sede, e por que não, do sindicato.
77. Abrir os olhos de todos os Diretores e Chefes de Departamento quanto às vantagens da descentralização.
78. Distribuir as chefias de unidade nas diversas regionais do país.
79. Adotar o trabalho Sistema Financeiro Cidadão como núcleo de discussão, pois, disso deriva o caro Projeto 192, de AND anterior.
80. Ter como foco principal da Valorização das Regionais os benefícios que trará no ambiente externo, com propostas concretas que visem corrigir ou melhorar ações externas do Banco, utilizando, caso existam, pesquisas ou estudos que apresentem falhas, ineficiências, presença do Banco Central no território nacional (como, por exemplo: qual a avaliação da atual distribuição de cédulas e moedas no país? Ótima, boa, péssima? Assim como esta, outras atividades poderiam ser analisadas).
81. Criar representação nas principais cidades brasileiras;
82. Criar representação em todas as cidades de população acima de 1.000.000 de habitantes e em todas as capitais da Federação e aquelas tidas como polos econômicos;
83. Criar representação do Mecir em todas as principais localidades;
84. Criar representação da área de atendimento ao público em todas as principais localidades;
85. Criar representação nas principais cidades brasileiras, sem que se tenha uma mesma estrutura administrativa (padronizada), ou seja, a atividade predominante na região é que irá definir;
86. Promover a presença mais abrangente possível do BC, utilizando os meios de comunicação que a tecnologia permitir, além da presença física;
87. Criar escritórios temporários subordinados às regionais para aumentar a área de atuação em polos econômicos de maior relevância;
88. Ampliar o número de representações regionais em território brasileiro;
89. Criar escritórios temporários de acordo com as demandas econômicas;
90. Iniciar, imediatamente, o processo de descentralização de componentes administrativos, atualmente existentes na Sede, a exemplo do que o Depes já vem fazendo por interesse próprio;
91. Aumentar o número de regionais ou representações e a quantidade de servidores nelas;
92. Acabar com a concentração de departamentos em Brasília. Criar canais para ouvir as demandas das regionais;

93. Criar SAP ou SAC em todas as regionais;
94. Dar maior visibilidade ao BC em todo território nacional, com representação em todos os estados;
95. Indicar um representante com autonomia/autoridade que participe das reuniões da superior administração do BCB;
96. Zelar para que cargos com grau de responsabilidade semelhantes na sede e nas regionais devem ter o mesmo critério de comissionamento;
97. Devolver às regionais tudo que foi retirado;
98. Aumentar a presença em cada regional;
99. Cobrar do Banco o resgate das atribuições regionais;
100. Cobrar do Banco realização de concursos regionalizados;
101. Demandar que o diretor de Administração visite, anualmente, as regionais com o objetivo de conhecer as demandas locais;
102. Requisitar participação do Sinal e dos servidores sobre reestruturações do Banco;
103. Promover reunião com todos os diretores, das diversas áreas, ressaltando a necessidade de participação direta nos assuntos de responsabilidade das regionais;
104. Exigir que o BC, dentro da Lei de Acesso à Informação, ofereça o mesmo grau de informação dado aos servidores e gerentes da Sede aos servidores das regionais, principalmente aquelas relativas às estratégias e táticas de trabalho;
105. Resgatar as atribuições do Banco que foram transferidas para a Sede;
106. Devolver o controle de atividades regionalizadas para as regionais;
107. Promover maior colaboração entre o BC e governos e assembleias estaduais;
108. Criar Bancos Centrais regionalizados (nos moldes do FED);
109. Implementar a figura do chefe de departamento regional com assento no colegiado;
110. Descentralizar as atividades hoje centralizadas em Brasília;
111. Dar maior autonomia aos servidores das regionais permitirá mais satisfação no trabalho, portanto QVT;
112. Flexibilizar o horário de trabalho tendo em vista as condições locais/regionais, trânsito, cultura local etc.
113. Realizar concursos para suprir lacunas e oxigenar as regionais;
114. Indicar 1 (um) representante de regional com autonomia/autoridade junto à superior administração;
115. Promover a prevalência de uma *expertise* regional em relação a outras praças, inclusive Brasília (ex.: SP em relação ao mercado financeiro);
116. A política de valorização deve efetivamente promover a descentralização das atividades para impactar realmente a QVT;
117. A valorização das regionais só vai acontecer com a valorização dos servidores;
118. Maior incremento da capacitação do servidor regional em conformidade com aquilo que ele realiza;
119. Mudar radicalmente a política, na visão do Banco Central; hoje temos uma visão restrita, já que é centralizadora;

120. Promover a permanência do servidor em local próximo a seus familiares (a regionalização de concursos resolveria isso, acabando o processo de mobilidade);
121. Valorizar e capacitar postos de comando; e isso se consubstancia com funções de responsabilidade;
122. Responsabilidade deve ser remunerada (comissionamento);
123. superar resistência na sede devido a uma prática/política de centralização das comissões em Brasília;
124. Com a verticalização, vêm as responsabilidades, mas com critérios de comissionamento diferentes;
125. A superior administração, com a perda de autoridade, oferecerá resistência;
126. Como estratégia, a valorização do representante regional, com a volta dos departamentos;
127. Estratégia: envolver a representação política local (deputados/senadores) em favor das regionais;
128. Resistência da Sede;
129. Participação de representantes das regionais nos eventos de planejamento estratégico, independente do nível de comissionamento;
130. Dificuldade em se aceitar a descentralização para parte da cúpula;
131. Resistência associada para perda de poder na sede de decisão e de recursos financeiros;
132. Aumento da mobilidade para as regionais;
133. Com a informatização do processo de trabalho, a Sede não justifica a centralização;
134. O mesmo argumento serve para o trabalho nas regionais e, no limite, em casa;
135. Argumento dos custos com as regionais, que seriam mais altos;
136. O custo não pode ser impeditivo para qualidade de vida no trabalho (QVT).
137. Imbuir as regionais das mesmas práticas gerenciais adotadas na sede, definindo corretamente atividades e metas de atendimento.
138. Primeiro preencher quadro funcional através de concursos e que os aprovados migrem para as demais regionais;

4 – Propostas em Relação Indireta com a Valorização das Regionais

139. Buscar a retenção do capital intelectual dos servidores aposentáveis, através de workshops, fóruns de discussão e transcrição ou redução a termo das tarefas, na visão desses servidores, em retomada ao processo de gestão de competências.
140. Promover a participação do Sindicato com pessoas com conhecimento (competência técnica; estudos, cursos comprovados na área e prática) de “Gestão de Pessoas” no atual Comitê de Gestão de Pessoas do Banco Central;
141. Estabelecer prazos para a manifestação da autoridade em relação a assuntos de sua alçada.
142. Cobrar a participação do presidente da República de forma presente e ativa no dia-a-dia do BC.
143. Privilegiar o mérito, pois ele não tem o peso que deveria ter face à força que têm as relações políticas para impulsionar carreira no BC.
144. Denunciar que o BC é órgão extremamente machista, de forma que as mulheres visivelmente não dispõem das mesmas oportunidades que os homens têm para crescerem profissionalmente.
145. Denunciar que não há política “saudável” que permita ao funcionário expor sua opinião. Há o medo de exposição, refletindo-se negativamente tanto no clima organizacional quanto no trabalho.
146. Buscar mudar a estrutura hierárquica forte demais, pois ela permite a existência de assédio moral do superior sobre seu funcionário, vez que o funcionário, quando se sentir assediado, não terá a quem recorrer, vez que não há fórum formal para dirimir este tipo de situação, deixando o funcionário fragilizado frente à possível assédio da chefia.
147. Mudar a avaliação de funcionário, que deveria ser de 360 graus, ou seja, o superior avaliando o funcionário e o funcionário avaliando o superior, de forma, inclusive, a coibir eventual assédio moral/sexual.
148. Flexibilizar mais a retirada de função comissionada, permitindo-se um ganho tanto para a eficiência do trabalho quanto para a melhora no clima organizacional.
149. Instituir uma comissão específica para a atuação do inspetor.
150. Cobrar do Sindicato um estímulo a sua oxigenação em sua composição, de modo a reduzir conflitos.
151. Rever critérios para comissionamentos pois, atualmente, uma vez comissionado sempre comissionado.
152. Destacar a necessidade de o BCB conhecer melhor o seu servidor (perfil/capacidade/habilidade).
153. Cobrar concurso regionalizado.
154. Determinar critérios transparentes para cursos/treinamentos no exterior.
155. Otimizar a comunicação entre as diversas áreas do BCB.
156. Defender: “A Diretoria Colegiada deve adotar procedimentos que viabilizem o exercício de funções comissionadas em todos os níveis atentando à proporcionalidade existente de funcionários do sexo masculino e feminino sobre o total do contingente de cada departamento da instituição.”

157. Defender que o servidor que passar mais de 30 dias a serviço volte para Regional a cada 15 dias.
158. Combater decisões de cima para baixo sem possibilidade de participação dos maiores envolvidos.
159. Executar contratação escalonada nos próximos 5 anos dos cargos efetivos autorizados e vagos.
160. Reafirmar a autonomia administrativa e econômico-financeira do BCB, eliminando-se a necessidade de confirmação das decisões orçamentárias da Instituição pelo MPOG.
161. Implementar estudo com vistas à discussão de regras claras ao sistema econômico, notadamente aquelas atinentes à assessoria ao cidadão nos assuntos com as instituições financeiras.
162. Defender que o Programa de Capacitação do Banco Central, além de buscar a qualificação estritamente técnica de seu corpo funcional, atenda precipuamente ao interesse coletivo/da sociedade com foco em uma formação mais ampla e de menor duração.
163. Revitalizar a Política de QVT para o Banco Central, instituída pelo BC Integral em 2004, conforme consta na Intranet. E implementar as ações.
164. Instituir processo democrático de comunicação (Ex.: Contato Direto).
165. Implantar imediatamente o controle de frequência pelo Ponto Eletrônico.
166. Questões sobre consumo de serviços bancários cabem ao Procon por alçada. Agora questão de fiscalização do sistema bancário sobre estabilidade, fraudes em contratos, governança, atendimento de normas, etc. isto sim caberia ao Bacen. Sem descartar a possibilidade de parceria entre Bacen e Procon.
167. A mão de obra altamente especializada do Bacen deve estar concentrada na fiscalização sistêmica do SFN.
168. Proponho que a 25a.AND do Sinal se posicione contra o extermínio dos índios e das florestas do Brasil através de Moção em Defesa dos direitos destes povos à demarcação de suas terras, previsto na Constituição Federal de 1988, em especial os Kaiowa, hoje ameaçados de despejo de suas terras no Mato Grosso do Sul, por força de sentença da justiça federal, contrariando um antigo e lento processo de demarcação que se arrasta há décadas, ainda sem desfecho.
169. Que o Sinal colha e repasse informações ao funcionalismo sobre os canais existentes para manifestarmos nosso repúdio ao crescente processo de extermínio dos índios no Brasil em geral e no Mato Grosso do Sul em particular.
170. Que o Sinal mobilize outras entidades sindicais e sociais a viabilizar e subscrever apelação ao Tribunal Internacional pedindo investigação sobre crime lesa humanidade praticado no Brasil contra os povos indígenas Guarani-Caiowa do estado do Mato Grosso do Sul e de outros estados brasileiros aonde a demarcação de territórios indígenas assegurada pela CF de 1988 esteja sendo descumprida e a população venha sendo dizimada em consequência de crimes praticados pelos invasores de suas terras tradicionais.
171. Criação de Diretoria Colegiada para “adotar procedimentos que viabilizem o exercício das funções comissionadas em todos os níveis atendendo a proporcionalidade existente de funcionários do sexo masculino e feminino sobre o total do contingente ativo da instituição”.

172. Criação também de Comissão incumbida de promover a cada 2 anos a reavaliação do comissionado, e de elaborar Questionário a ser respondido pelos funcionários da Unidade a qual pertence o comissionado avaliado. A proposta inclui organismo que vai bianualmente avaliar o comissionado pelos seus subordinados.
173. Promover o Fórum de Relacionamento Funcional e Política de RH no BC:
- 1 – que sejam elencadas em relatório específico todas as propostas encaminhadas à 25a. AND do Sinal, referentes as relações funcionais (avaliação de desempenho, comissionamento, etc.) e política de recursos humanos no BC.
 - 2 – o relatório será documento-base, sem prejuízo da inclusão de novas propostas da categoria, para a realização de fórum específico sobre o tema, a ser realizado em data e durante período a ser definido dentre três propostas colocadas no site do sinal, para votação da categoria.
 - 3 – que seja constituída comissão organizadora do fórum, a partir da inscrição de interessados participantes da 25a AND.
 - 4 – à comissão organizadora compete ultimar e divulgar o relatório-base, ampliar o número de seus membros com a adesão de outros colegas interessados em todas as regionais e sede do BC, acolher novas propostas ao relatório, elaborar agenda de suas reuniões, eleger em sua primeira reunião o núcleo coordenador do evento dentre seus membros, organizar e preparar o fórum
 - 5 – ao Sinal caberá disponibilizar os recursos necessários à realização do evento, buscar a parceria do BC para tal, divulgar seu resultado à categoria e encaminhá-lo à apreciação da diretoria do BC para as providencias cabíveis.
174. A avaliação de desempenho em 360º pode oferecer colaborações/oportunidades de desenvolvimento bastante interessantes.
175. Cabe ao Bacen descentralizar a fiscalização e para isto não basta somente a atribuição, deve-se tirar o atendimento ao público da Difis (departamento que não tem nada a ver com este serviço). Muitas das demandas do público podem ser sanadas pelas entidades de defesa ao consumidor. Deve-se criar departamento específico para este serviço, com pessoas treinadas, e dividir atribuições com aquelas entidades. Cabe ao Bacen demandas relacionadas com a segurança nos investimentos, enquanto demandas de serviços bancários insatisfatórios caberia aquelas entidades. Lembrando da possibilidade de colaboração entre Bacen e Procon.
176. Estimular a participação dos servidores e o desenvolvimento de práticas inovadoras.
177. A realização profissional advém não só do desempenho de atividades bem definidas, planejadas, ou mesmo inovadoras. É necessário que seja percebido que essas atividades não apenas ajudam a cumprir a missão do Banco, mas também que sejam úteis para melhorar a vida do cidadão.
178. Ampliação da atuação do Banco Central, aproximando-o da sociedade civil e mais atuante na proposta de inclusão e educação financeira do brasileiro
179. Redimensionar a ação do Banco Central, fortalecendo a inclusão e a educação financeira da população brasileira e uma aproximação da autoridade monetária com o cidadão.

180. Distribuir 50% de oportunidades de comissões gerenciais e 50% de comissões de especialistas em determinados assuntos;
181. Promover “rodízio de funções”. O BC precisa criar uma política de RH que facilite ainda mais a que colegas possam mudar temporária ou permanentemente de setor com mais facilidade (favorecendo os casos em que haja permuta temporária ou permanente de servidores);
182. Presença voltada ao atendimento de pessoas físicas e jurídicas.
183. Distribuição equânime das comissões;
184. Liberação de ponto dos representantes do Sinal, pelo menos 3;
185. Promoção de debates sobre o papel do Banco;
186. Os debates como papel de envolvimento com os servidores;
187. Enfatizar a redução da terceirização, capacitando os servidores para essas tarefas;
188. Solicitar reuniões abertas das diretorias com a participação do Sinal e dos servidores;
189. Buscar novas propostas entre todos os servidores;
190. Promover debates interativos, como esse, para produção de propostas;
191. Promoção de debate com a sociedade sobre o BC e o SFN;
192. Trabalhar para diminuir a distância entre os servidores que executam daqueles que decidem;
193. As representações do Sinal devem buscar inserção e apoio na representação política social;
194. Campanha intensiva de filiação dos servidores;
195. Pressionar o BCB a assumir novas atribuições inerentes a sua responsabilidade, como carta de crédito, factoring etc.
196. Domínio do quadro nacional de comissionamento e a contraposição à estrutura de cargos no BC;
197. Adotar práticas de gestão que viabilizem o trabalho em casa;
198. Dar aos departamentos do BCB o status de agências reguladoras;
199. Criação do cargo de diretor representante dos servidores, com assento na diretoria colegiada, om direito a voto;
200. Criação de espaço para recepção de denúncias anônimas referente a atos de corrupção e/ou improbidade;
201. Qualquer coisa que se faça em relação à valorização já reflete positivamente na QVT dos servidores;
202. Maior participação no processo decisório;
203. Levar em conta o feedback de quem faz (o serviço, a tarefa), o executor;
204. Trabalho em casa, diminuindo assim o fluxo do trânsito, aumenta a QVT e o tempo dedicado às tarefas;
205. BC incentivar junto às prefeituras locais a criação de ciclovias para acesso ao local, com esquema de estacionamento e segurança;
206. Há resistências na própria representação sindical (SINAL);
207. Resistência à inovação/ões pois a corroboração final está sempre a um nível acima;
208. O processo de discussão deveria ser mais fragmentado, ou seja, com mais espaços de debate;

5 – Propostas sem Relação Aparente com a Valorização das Regionais

209. Defender que o BCB abra uma representação em Fernando de Noronha.

210. Descentralizar as comissões no âmbito da Sede.

6 – Anexo (Material de Trabalho)

6-1 - MATERIAL PUBLICADO NO BLOG DA AND PELA COORDENAÇÃO DO TEMA VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS E COMENTÁRIOS POSTADOS A PARTIR DE TAL MATERIAL

6-1-1 - Primeiras quinze propostas

NOVEMBRO 06, 2012 SUPORTE

Prezad@ colega,
Bom dia.

Encaminhamos, a seguir, um conjunto de quinze primeiras propostas a ser possivelmente submetidas à XXV AND do Sinal.

Esclarecemos que tais propostas são ainda provisórias, podendo vir a ser alteradas em forma, conteúdo, ordem de apresentação etc. no decorrer da produção de Relatório que será oferecido à consideração dos Delegados à AND.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,
Coordenação do Tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

01 – Lutar pela adoção, pelo Banco Central do Brasil, de um modelo de BCB que, a exemplo de diversos outros destacados bancos centrais mundo afora, apresente extensa e intensa presença em todo o território nacional, respeitando e incorporando em sua ação a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil.

02 – Lutar pela adoção, pelo Banco Central do Brasil, de um modelo de BCB que ofereça atendimento presencial, pessoal, personalizado às cidadãs e cidadãos que procuram nossa instituição em busca de informações, protocolando reclamações, ansiando por justiça em suas muito desiguais relações com o Sistema Financeiro Nacional.

03 – Lutar pela adoção, pelo Banco Central do Brasil, de um modelo de BCB que conte com ajustado quadro de servidores, adequadamente ressuprido, em permanente processo de desenvolvimento profissional-social-pessoal, justamente remunerado, dispondo de elevada Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com atuação na totalidade de nosso país.

04 – Lutar pela adoção, pelo Banco Central do Brasil, de práticas que incentivem a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação.

05 – Lutar pelo fim do processo de desmonte das Regionais, atualmente em curso no Banco Central do Brasil.

06 – Lutar pela maior e melhor adequação entre trabalho realizado e qualificação para realizá-lo.

07 – Lutar pela assunção, pelo Banco Central do Brasil, de suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado, em lugar de seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro.

08 – Lutar pelo fim do processo de centralização do processo decisório na Sede, atualmente em curso no Banco Central do Brasil.

09 – Lutar pelo fim da submissão a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível.

10 – Lutar para que o trabalho realizado pelos servidores do Banco Central do Brasil a eles proporcione acesso a uma realização profissional em sentido amplo.

11 – Lutar para que o sentido atribuído ao trabalho no Banco Central do Brasil guarde relação cada vez mais estreita com a permanente melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos servidores do BCB, aí incluídas, de modo muito privilegiado, as Relações Sociais de Trabalho, vale dizer, a distribuição de poder na instituição.

12 – Lutar para que o trabalho de todo o servidor do Banco Central do Brasil, de qualquer posto ou função, seja cada vez mais realizado em consonância com a missão institucional do BCB, sendo, ainda, assim percebido por todo servidor.

13 – Lutar para que a busca de crescente motivação no trabalho por parte de todo o servidor do Banco Central do Brasil seja uma característica central

da Política de Gestão do Trabalho do BCB.

14 – Lutar para que as decisões tomadas pelos servidores do Banco Central do Brasil no seu dia-a-dia de trabalho efetivamente passem a afetar a escolha dos rumos dos macroprocessos do BCB, em um processo de baixo para cima de produção de caminhos institucionais.

15 – Lutar para que o processo decisório do Banco Central do Brasil esteja mais voltado para dentro do próprio BCB (ou seja, mais afetado pelo posicionamento de seu quadro técnico) do que mais sujeito a forças externas à própria instituição (como interesses do sistema financeiro, de governos e governantes etc.), pois isso, por certo, fortalece o papel de agente do Estado do Banco.

Tema: [Valorização das regionais](#)

6-1-2 - As últimas três novas perguntas (totalizando quinze) sobre a valorização das regionais

OUTUBRO 31, 2012 SUPORTE [18 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ Colega,

Bom dia.

No dia [15.10.2012](#), postamos três perguntas por nós formuladas para você, com vistas ao estímulo da discussão em torno da importante questão da Valorização das Regionais do BCB:

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Dando continuidade ao processo de incentivo ao debate, enviamos, no dia [22.10.2012](#), três novas perguntas a respeito da Valorização das Regionais:

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Mantendo a proposição de busca da troca de ideias em torno da Valorização das Regionais, submetemos a você, em [24.10.2012](#), mais três perguntas:

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão? (Para acessá-las, [clique aqui](#)).

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Uma vez mais, apresentamos a você, em [29.10.2012](#), três novas perguntas a propósito da Valorização das Regionais:

10 – Você acha que a Administração Central do BCB vem tomando decisões no sentido da centralização do processo decisório em Brasília?

11 – Você se considera submetido a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível? Como você caracteriza o modo pelo qual a hierarquia institucional incide sobre você?

12 – Você considera que o seu trabalho no BCB proporciona acesso a uma realização profissional em sentido amplo?

Por fim, voltamos hoje a você, oferecendo mais três novas perguntas – as últimas, totalizando quinze – acerca da Valorização das Regionais:

13 – Em sua opinião, o sentido que você atribui ao seu trabalho no BCB guarda relação com a sua qualidade de vida? De que forma?

14 – Você considera que o seu trabalho contribui para que o BCB cumpra a sua missão institucional? De que forma?

15 – Que tipo de presença você acha que o BCB deve ter no território nacional?

Por gentileza, reflita sobre essas perguntas e, se possível, produza respostas para todas elas ou para aquelas que você julgue adequado responder, postando tais respostas na [aba Valorização das Regionais do Blog da AND](#) até o dia 05.11.2012, data-limite para o oferecimento de propostas à AND.

Contando com sua sua co-laboração, sob a forma de oferecimento de comentários (críticas, sugestões etc.), e, ainda, incentivo aos demais integrantes da Comunidade BCB a participar do processo de construção coletiva de um momento de máxima expressão política do Sinal, a AND,

Com nossas saudações sindicais e abraços,
Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

18 Comentários para *As últimas três novas perguntas (totalizando quinze) sobre a valorização das regionais*

1.



Roberto Rossi Steffens disse:

[31 de outubro de 2012 às 9:48](#)

13 – Em sua opinião, o sentido que você atribui ao seu trabalho no BCB guarda relação com a sua qualidade de vida? De que forma?

Com certeza. O sentimento de realização e de realização com o trabalho realizado diariamente, além da percepção de que este trabalho tem sentido e relevância para a sociedade, influencia (ou deveria influenciar) na qualidade de vida do servidor.

14 – Você considera que o seu trabalho contribui para que o BCB cumpra a sua missão institucional? De que forma?

Com certeza. Através do conhecimento daquilo que eu e a unidade em que atuo realizam, tenho plena consciência de que contribuo com o cumprimento da missão institucional do BCB. Além disto, algumas das muitas mudanças na sistemática de trabalho da unidade tiveram seu início em nossa subunidade, contribuindo em termos de aumento de eficiência operacional.

15 – Que tipo de presença você acha que o BCB deve ter no território nacional?

Efetiva, com pelo menos uma representação física em cada Estado, além de se colocar de forma permanentemente acessível aos chamados stakeholders.

○  **José Vieira Leite** disse:

[1 de novembro de 2012 às 9:52](#)

Prezado Roberto,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2.  **Fabio Faiad** disse:

[31 de outubro de 2012 às 13:02](#)

13 – Em sua opinião, o sentido que você atribui ao seu trabalho no BCB guarda relação com a sua qualidade de vida? De que forma?

Sim. Procuo sempre ter como sentido geral trabalhar em prol da sociedade, ainda que, para isso, a gente tenha que discordar do status quo e propor mudanças em nossos setores.

14 – Você considera que o seu trabalho contribui para que o BCB cumpra a sua missão institucional? De que forma?

Sim, embora ache a missão do BCB bastante conservadora e limitada, como já defendi em respostas anteriores.

15 – Que tipo de presença você acha que o BCB deve ter no território nacional?

Descentralizada. Primeiramente acho que o BCB tem que repensar o seu excesso de centralismo. Não acho que seria prudente propor a criação de mais uma representação em outra cidade antes de corrigirmos os erros de não-descentralização hoje vigentes.

○  **José Vieira Leite** disse:

[1 de novembro de 2012 às 9:53](#)

Prezado Fabio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

3.  **Patricia Alvim** disse:

[1 de novembro de 2012 às 15:50](#)

Caro Leite,

Eu gostaria de incluir a seguinte proposta, que não é atinente a nenhuma pergunta formulada, mas está em linha com as diretrizes do SINAL de QVT:

“A Diretoria Colegiada deve adotar procedimentos que viabilizem o exercício de funções comissionadas em todos os níveis atentando à proporcionalidade existente de funcionários do sexo masculino e feminino sobre o total do contingente de cada departamento da instituição.”

Grata, Patricia Alvim

○  **José Vieira Leite** disse:

[1 de novembro de 2012 às 16:32](#)

Cara Patricia,

Boa tarde.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

4.  **Fábio Teixeira** disse:

[1 de novembro de 2012 às 17:11](#)

13 – Em sua opinião, o sentido que você atribui ao seu trabalho no BCB guarda relação com a sua qualidade de vida? De que forma?

Sim. Buscando não apenas o cumprimento das atividades impostas, mas direcionando-as para a missão do Banco ou para o atendimento do cidadão, significa não apenas maior satisfação profissional, mas pessoal também. Por outro lado, uma cadeia de comando que não reconhece os esforços pessoais ou mesmo pouco qualificada resultam em desvalorização profissional.

14 – Você considera que o seu trabalho contribui para que o BCB cumpra a sua missão institucional? De que forma?
Sim. Independente da tarefa que desempenho, sempre busco alinhá-la com a missão institucional do Banco, ou senão com os valores que norteiam a sua atuação.

15 – Que tipo de presença você acha que o BCB deve ter no território nacional?

Não tenho opinião formada sobre a necessidade de instalação do Banco em todas as regionais. Mas creio que deve ser fomentada a análise mais aprofundada sobre as características regionais, visando a conhecer os objetivos da atuação do Banco e por consequência ao reenquadramento de atividades e atribuições das regionais.

5.  **Semiramis Ensel Wizentier** disse:

[4 de novembro de 2012 às 15:41](#)

Leite, gostaria de colocar a minha reflexão e sugestão de proposta.

Acredito que a questão da valorização das regionais esbarra em um ponto importante que é a estrutura de poder no Banco. Essa centralização excessiva de poder na sede segue um propósito; não é apenas uma questão cultural. Isso dá uma medida das dificuldades de querer modificar essa estrutura. Aos poucos, mudanças nas exigências da sociedade para com a conduta do Bacen provocam pequenas mudanças como a atual criação da Direc- Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania. Embora sejam mudanças tímidas são uma resposta do Bacen à exigências/pressões da sociedade e uma oportunidade para os servidores tentarem ampliar essa atuação. Nesse sentido, aproveitando a criação dessa nova diretoria, cuja estrutura ainda não está completamente definida, proponho que se pleiteie junto ao banco a criação, no âmbito da Direc, de equipes dedicadas exclusivamente para realizar o trabalho na área de educação financeira em todas as regionais. Essas equipes teriam que ter autonomia, dentro das macros definições da área, para planejar e executar ações de educação financeira de modo a atender as especificidades regionais e não apenas a replicação do que é desenvolvido na sede. Entendo que uma equipe dedicada que possua autonomia consolidaria e ampliaria o alcance dos trabalhos, atendendo melhor a sociedade e, sem dúvida, seria um ponto importante de valorização das regionais.

6.  **Pablo Saavedra** disse:

[5 de novembro de 2012 às 11:33](#)

- Todos Depto na Regional devem ter comissão. Forma de motivar servidor. Equilíbrio entre sede e regional;
- Visita do Diretor de Administração ao menos 1 vez em cada semestre com divulgação e definição de pauta e acompanhamento das pendências da reunião anterior;
- Servidor que passar mais de 30 dias à serviço, voltar para Regional a cada 15 dias. (MSP?);
- Melhorar Cultura do Processo de comunicação que é ruim entre Brasília e regionais em todos Deptos;
- Maior equilíbrio entre cursos oferecidos em Brasília e para regionais. Sistema de concorrência para cursos no exterior;
- Curso de Formação de Gerentes de Regionais que possam valorizá-las;

- Decisões de cima para baixo sem possibilidade de participação dos maiores envolvidos;
- Criação de diretrizes/processos para serem tocados pelas Regionais. Treinando e especializando servidores. Esse mapeamento deveria se estender à todos Depots.

7.  **Pedro Paulo dos Santos** disse:

[5 de novembro de 2012 às 13:42](#)

O desmonte das regionais vem acontecendo desde longa data. Quando o BC começou a transferir suas atribuições (Meio Circulante), por exemplo, começamos a ficar mais fracos.

A modificação da estrutura da Fiscalização foi, e é, outro ponto de fragilização das Regionais.

A mudança da estrutura das então Delegacias acabou por embaçar a importância das Regionais. Nossos “Delegados” tinham voz ativa nas decisões do BC e eram “autoridades” presentes no cenário local. Nossos administradores locais são ignorados.

A intensa terceirização é outro motivo de fragilidade.

Como já dito por outros colegas, a centralização do poder do BC em Brasília da forma como está impede a transformação das regionais em centros de decisão.

8.  **manoel da cunha filho** disse:

[5 de novembro de 2012 às 14:18](#)

Boa Tarde Cunha,

Estamos anexando nossas contribuições à discussão na AND do SINAL. Esperamos assim contribuir para o enriquecimento do debate.

- 1) Retenção do capital intelectual dos servidores aposentáveis, através de workshops, fóruns de discussão e transcrição ou redução a termo das tarefas, na visão desses servidores, em retomada ao processo de gestão de competências;
- 2) Novos concursos para contratação de servidores em caráter regionalizado ou, no caso do concurso nacionalizado, procurar alocar, na medida do possível, os servidores em suas regiões de origem, evitando insatisfações e processos de remoção;
- 3) Contratação escalonada nos próximos 5 anos dos cargos efetivos autorizados e vagos;
- 4) Reafirmação da autonomia administrativa e econômico-financeira do BCB, eliminando-se a necessidade de confirmação das decisões orçamentárias da Instituição pelo MPOG;
- 5) Promoção de reunião entre gerentes para definição de estratégias tendentes à valorização das regionais;
- 6) Redistribuição e reestruturação das Comissões às regionais em processo de revalorização da força de trabalho;
- 7) Regulamentação do art. 192, CF/1988, estabelecendo a representação do BCB junto a todos os estados federados;

- 8) Descentralização de atividades compatíveis com a vocação econômica de cada região, com atribuição da autonomia devida, retornando às Regionais atividades transferidas para BSB;
- 9) Rediscussão da estrutura organizacional do BCB em nível nacional, criando a Diretoria do Meio Circulante;
- 10) Estabelecer critérios objetivos nos processos de remoção;
- 11) Possibilitar remoção de servidores entre setores de uma mesma regional;
- 12) Fortalecer a presença do BCB na sociedade, com a promoção de cursos, palestras presenciais, orientação ao cidadão e os serviços da Ouvidoria em todas as regionais na comunidade local, estabelecendo, inclusive, fiscalizações conjuntas com o PROCON;
- 13) Implementar estudo com vistas à discussão de regras claras ao sistema econômico, notadamente aquelas atinentes à assessoria ao cidadão nos assuntos com as instituições financeiras.

Muito Obrigado,

Isaias Bissoto

Analista

Departamento do Meio Circulante

Gerência Tec. Meio Circul. em Salvador

Tel.:+55 (71) 2109-4711

E-mail:isaias.bissoto@bcb.gov.br

9.  **Luiz Carlos Corrêa Feio** disse:

[5 de novembro de 2012 às 14:19](#)

Realmente essa centralização excessiva é fator de desagregação, vivemos em um país multifacetário, impossível convivemos com essa centralização que beira ao absurdo, temos de todo jeito que propugnar pela extinção desse “status quo”. Não se pode admitir que depois de toda história vivida, ainda encontremos eco naqueles e naquelas estruturas que vendem a idéia de ser conveniente essa situação. Não é sem causa todos os problemas que nosso povo enfrenta. Os interesses se sobrepondo às necessidades. Todo cuidado é pouco, porque os artífices destas idéias encontram-se nos mais diversos colegiados. As regionais devem ser valorizadas, devemos buscar a vocação de cada lugar. O egoísmo deve dar lugar ao bem comum.

10.  **Luiz Carlos Corrêa Feio** disse:

[5 de novembro de 2012 às 14:23](#)

Temos que extirpar do seio do Banco essa cultura hedônica, já é hora de realizarmos a mudança. Quais as razões da maioria das comissões estarem em Brasília?

11.  **IDALVO TOSCANO** disse:

[5 de novembro de 2012 às 16:13](#)

Que o Programa de Capacitação do Banco Central, além de buscar a qualificação estritamente técnica de seu corpo funcional, atenda precipuamente ao interesse coletivo/da sociedade com foco em uma formação mais ampla e de menor duração.

12.



Marcio Antonio Estrela disse:

[5 de novembro de 2012 às 18:01](#)

PROPOSTAS recebidas na Base de Brasília:

Propostas:

1) Revitalizar a Política de QVT para o Banco Central, instituída pelo BC Integral em 2004, conforme consta na Intranet. E implementar as ações.

Política QVT

2) Rever o processo de trabalho do Psicossocial para garantir o atendimento adequado aos Servidores do Banco Central no atual contexto de “epidemia” de doenças mentais.

3) Implantação da creche para os servidores e funcionários terceirizados do BC; (mesmo com a parceria da ASbac);

4) Participação do Sindicato com Pessoas com conhecimento (competência técnica; estudos, cursos comprovados na área e prática) de “Gestão de Pessoas” no atual Comitê de Gestão de Pessoas do Banco Central;

5) Instituição de processo democrático de comunicação (Ex.: Contato Direto);

13.



Marcio Antonio Estrela disse:

[5 de novembro de 2012 às 18:03](#)

PROPOSTA:

Implantação imediata do controle de frequência pelo PONTO ELETRÔNICO.

JUSTIFICATIVA: somos servidores públicos federais, recebemos para trabalhar oito horas e eticamente devemos trabalhar 8 horas (QUEM NÃO DEVE, NÃO TEME).

14.



Marcio Antonio Estrela disse:

[5 de novembro de 2012 às 18:38](#)

PROPOSTA: que o BCB abra uma representação em Fernando de Noronha.

15.



Cleide Napoleão disse:

[5 de novembro de 2012 às 23:02](#)

Para sensibilizar aqueles que não defendem um sindicato voltado às causas maiores da cidadania e direitos humanos, reforçando proposta já encaminhada:

“VIRGINDADE DE ÍNDIA DE 12 ANOS VALE R\$ 30 NO AM” (Folha de São Paulo-4.11.2012)

Em São Gabriel da Cachoeira (AM), brancos compram a virgindade de meninas indígenas com R\$ 20 ou peças de roupa, relata Kátia Brasil. Doze meninas indicaram à PF nove homens como autores dos crimes. M., 12, diz ter vendido a virgindade a um ex-vereador. “Fiquei triste.”

6-1-3 - Mais três novas perguntas(agora já são doze) sobre a valorização das regionais

OUTUBRO 29, 2012 SUPORTE [9 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ colega,
Bom dia.

No dia [15.10.2012](#), postamos três perguntas por nós formuladas para você, com vistas ao estímulo da discussão em torno da importante questão da Valorização das Regionais do BCB:

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Dando continuidade ao processo de incentivo ao debate, enviamos, no dia [22.10.2012](#), três novas perguntas a respeito da Valorização das Regionais:

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Mantendo a proposição de busca da troca de ideias em torno da Valorização das Regionais, submetemos a você, em [24.10.2012](#), mais três perguntas:

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão? (Para acessá-las, [clique aqui](#)).

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Uma vez mais, apresentamos a você, a seguir, três novas perguntas a propósito da Valorização das Regionais:

10 – Você acha que a Administração Central do BCB vem tomando decisões no sentido da centralização do processo decisório em Brasília?

11 – Você se considera submetido a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível? Como você caracteriza o modo pelo qual a hierarquia institucional incide sobre você?

12 – Você considera que o seu trabalho no BCB proporciona acesso a uma realização profissional em sentido amplo?

Por gentileza, reflita sobre essas perguntas e, se possível, produza respostas para todas elas ou para aquelas que você julgue adequado responder, postando tais respostas na [aba Valorização das Regionais do Blog da AND](#) até o dia 05.11.2012, data-limite para o oferecimento de propostas à AND.

Contando com sua sua co-laboração, sob a forma de oferecimento de comentários (críticas, sugestões etc.), e, ainda, incentivo aos demais integrantes da Comunidade BCB a participar do processo de construção coletiva de um momento de máxima expressão política do Sinal, a AND,

Com nossas saudações sindicais e abraços,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

9 Comentários para *Mais três novas perguntas (agora já são doze) sobre a valorização das regionais*

1.  **Roberto Steffens** disse:

[29 de outubro de 2012 às 9:42](#)

10 – Você acha que a Administração Central do BCB vem tomando decisões no sentido da centralização do processo decisório em Brasília?

Entendo que em uma estrutura hierárquica é normal que haja uma centralização do processo decisório junto a sua Diretoria. A questão deve estar mais relacionada à oportunidade de que as estruturas descentralizadas tenham efetiva participação neste processo – o que nem sempre acontece. Todavia não posso afirmar se isto está acontecendo atualmente com maior ou menor frequência.

11 – Você se considera submetido a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível? Como você caracteriza o modo pelo qual a hierarquia institucional incide sobre você?

Dentro da unidade em que trabalho, em última instância, não. Entretanto, por vezes, são tomadas medidas sem a devida consulta aos componentes descentralizados – e que por isto acabam posteriormente necessitando de ajustes.

12 – Você considera que o seu trabalho no BCB proporciona acesso a uma realização profissional em sentido amplo?

Acredito que a carreira no BCB proporciona oportunidades interessante em termos de realização profissional. Entretanto, nem todas as oportunidades são disponibilizadas aos componentes descentralizados devido às próprias características inerentes a uma estrutura hierárquica. Desta forma, em muitas vezes, a questão nem sempre é o oferecimento de oportunidades mas sim na aceitação do servidor em acatar as condições necessárias para aproveitá-las.

 **José Vieira Leite** disse:

[29 de outubro de 2012 às 10:09](#)

Prezado Roberto,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2.  **José Vieira Leite** disse:

[30 de outubro de 2012 às 5:08](#)

O colega Amilcar Francisco Faria autorizou a publicação do seguinte Comentário sobre o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, por ele lido no Apito Brasil QVT:

“Perguntas: 1) Que ações você proporia ao BCB para incrementar o processo de valorização das regionais? 2) Que soluções você acredita que o BCB pode implementar para melhorar as condições de trabalho e a QVT dos servidores? Não basta diagnosticar o descontentamento, a falta de perspectivas, mais que isso, é preciso apresentar soluções, dar sugestões de melhoria. Propor coisas factíveis e não ilusórias, ações que possam ser concretizadas e não somente exibidas como possibilidades de solução (mas irreais). Att. Amilcar Faria”.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

3.



Fábio Teixeira disse:

[30 de outubro de 2012 às 12:03](#)

As minhas respostas sobre as perguntas são as seguintes, já englobando as dos demais tópicos:

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Definitivamente não. Como funcionário removido do Deinf em BSB para a equipe de TI de uma regional é nítida a limitação de atividades desempenhadas nas regionais. Minha opinião sobre os motivos estão presentes nas próximas respostas.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

A maioria das vezes não. A motivação que tenho normalmente não está em atividades propostas pelo Banco, seja sede ou regional, mas na tentativa de viabilizar novas tarefas e soluções no cotidiano da regional.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Não. Mas não saberia dizer se isso na verdade é uma cultura enraizada e assimilada tanto pela sede quanto pela regional, onde ambas as partes têm culpa no cartório. Digamos que seja cômodo para as equipes na sede não consultar as regionais. Ou mesmo que quando as consultem, não obtenha participação satisfatória das regionais. Além disso, na própria sede é normal a ocorrência de atividades de formulação com a participação restrita de funcionários.

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

Obviamente não. Não há abordagem personalizada sobre a característica financeira predominante em cada região. Por outro lado, creio que as atividades das equipes acabam sendo definidas também pelo perfil profissional disponível em cada praça.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Não creio que isso ocorra propositalmente. Acho que a valorização das regionais deve ser algo que ocorra não só no sentido sede-regional, mas no sentido inverso também. É preciso imbuir as regionais das mesmas práticas gerenciais adotadas na sede, definindo corretamente atividades e metas de atendimento. Com isso, a viabilidade da participação e da execução de atividades pelas regionais poderá ser percebida de forma mais transparente. A extinção de comissões disponíveis, a meu ver, acaba sendo tanto causa quanto consequência deste processo.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Mobilização nas regionais, até mesmo patrocinada pelo sindicato, sobre a importância de práticas gerenciais no cotidiano profissional. Realização de treinamentos gerenciais com as equipes das regionais. Análise e definição de atividades e metas das regionais com a participação destas, da sede, e por que não, do sindicato.

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

Sim. Principalmente considerando a diversidade mencionada na pergunta 4.

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão? (Para acessá-las, clique aqui).

Sim. Porém ainda não acompanhei todo o conteúdo disponibilizado sobre o assunto.

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Claramente sim. Talvez não por uma diretriz da própria instituição, mas principalmente pela opinião de vários colegas sobre o assunto. A minha opinião neste caso é que o Banco deve ser mais presente em assuntos que apareçam diretamente no cotidiano do cidadão. Isso acaba influenciando até mesmo o eventual apoio popular quando da apresentação de demandas salariais de nossa carreira.

10 – Você acha que a Administração Central do BCB vem tomando decisões no sentido da centralização do processo decisório em Brasília?

Sim. A extinção de comissões e de equipes é uma delas. Mas, como mencionei anteriormente, elas não são apenas causa da centralização, mas consequência da falta de conhecimento da sede e das próprias equipes das regionais sobre as atividades que devem ou podem desempenhar.

11 – Você se considera submetido a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível? Como você caracteriza o modo pelo qual a hierarquia institucional incide sobre você?

Sim. Mas a meu ver essa é uma característica do Banco como um todo, e que precisa ser revista tanto na sede quanto nas regionais. Não é característica do Banco estimular a participação e o desenvolvimento de práticas inovadoras. Quando isso ocorre, normalmente decorre de muito esforço pessoal de um ou outro funcionário. Por vezes, até mesmo pequenas mudanças que visam a melhorar os processos existentes são de difícil aceitação.

12 – Você considera que o seu trabalho no BCB proporciona acesso a uma realização profissional em sentido amplo? Algumas vezes sim. A realização profissional advém não só do desempenho de atividades bem definidas, planejadas, ou mesmo inovadoras. É necessário que seja percebido que essas atividades não apenas ajudam a cumprir a missão do Banco, mas também que sejam úteis para melhorar a vida do cidadão.

○



José Vieira Leite disse:

[31 de outubro de 2012 às 6:48](#)

Prezado Fábio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

4.



José Manoel Rocha Bernardo disse:

[30 de outubro de 2012 às 16:50](#)

COMO CONSTRUIR UM SISTEMA FINANCEIRO VERDADEIRAMENTE CIDADÃO

Apenas três passos nos separam desse objetivo.

Primeiro passo – Fazer-se presente

A proposta do Sinal –DF- “O Sinal-DF vê a questão da valorização das regionais como parte de um projeto de ampliação da atuação do Banco Central, aproximando-o da sociedade civil e mais atuante na proposta de inclusão e educação financeira do brasileiro. Para isso, o Sinal-DF é favorável à aprovação de princípios e diretrizes que deem norte à ação do Sinal no Congresso Nacional, visando regulamentação do Art. 192 da Constituição Federal que redimensione a ação do Banco Central, fortalecendo a inclusão e a educação financeira da população brasileira e uma aproximação da autoridade monetária com o cidadão. Isso levará naturalmente a um fortalecimento do papel das regionais do Banco, dando importância ao trabalho feito em todas as regionais”.

Segundo passo – Conhecer as necessidades do cidadão.

Uma vez presente, o Banco Central poderá conhecer melhor os “interesses da coletividade”.

Tomamos como premissa que não se pode construir um sistema financeiro voltado ao atendimento dos interesses do cidadão sem conhecer tais interesses. Tendo em conta a orientação que o então Senador Aloizio Mercadante prestou aos membros do grupo de trabalho do Sinal no Congresso Nacional por ocasião da última Campanha Salarial (a que nunca terminou) de que “Esta Casa é movida pela vontade popular: aproximem-se do Povo e suas portas estarão sempre abertas”, partimos em busca de respostas para entender o que a Assembleia Nacional Constituinte quis dizer com “interesses da coletividade” ao redigir o Art. 192 da Constituição Federal.

O Grupo de Trabalho Nacional constituído pelo Sinal trabalhou em várias frentes, durante dois anos, em busca dessas respostas. Depois de realizar inúmeras consultas aos diversos grupos que representam a sociedade brasileira o grupo concluiu que a grande maioria das respostas recebidas indicava um só caminho: para conhecer os interesses da coletividade é necessário estar presente em seu dia-a-dia. Daí nasceu a proposta do Sistema Financeiro Cidadão.

Terceiro passo – Levar a proposta ao Congresso Nacional

Como instituição do Estado Brasileiro o Banco Central é um cumpridor de leis. O poder discricionário de sua diretoria é mínimo. Por esse motivo, sua aproximação com a coletividade vem sendo feita de forma tão tímida, quase imperceptível. Embora se perceba a vontade política de alguns, falta de um diploma legal que lhes garanta a efetividade da ação, principalmente quando o objeto dessa ação são os bancos. Para resolver os problemas detectados em mais de dois anos de pesquisa o Sinal elaborou uma proposta de regulamentação do Art. 192 da Constituição Federal baseada em três pilares:

I – Controle Social sobre a autoridade monetária;

II – Banco Central como autoridade monetária, com autonomia política, operacional e administrativamente;

III – Sistema Financeiro estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado e servir aos interesses da

coletividade, mediante forte ação da autoridade monetária.

Com a deliberação da AND nesse sentido o Conselho Nacional poderia determinar que a Diretoria de Externas trabalhasse junto ao Congresso Nacional a construção, sobre esses três pilares, do Sistema Financeiro Cidadão.

 **José Vieira Leite** disse:

[31 de outubro de 2012 às 6:49](#)

Prezado José Manoel,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

5.  **Fabio Faiad** disse:

[30 de outubro de 2012 às 19:07](#)

10 – Você acha que a Administração Central do BCB vem tomando decisões no sentido da centralização do processo decisório em Brasília?

Sim, embora inconscientemente, pois, se conseguirmos abrir os olhos de todos os Diretores e Chefes de Departamento quanto às vantagens da descentralização, acredito que conseguiremos avançar nessa linha.

11 – Você se considera submetido a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível? Como você caracteriza o modo pelo qual a hierarquia institucional incide sobre você?

Não creio que a definição acima se enquadre a meu caso.

12 – Você considera que o seu trabalho no BCB proporciona acesso a uma realização profissional em sentido amplo?

Não, pois a lógica que permeia isso no BC é a “ditadura do comissionamento gerencial”: se o servidor se destaca em suas tarefas, praticamente o único caminho que ele tem para subir na carreira são funções comissionadas de coordenação ou gerência.

Há exceções, mas um bom profissional pode acabar se tornando um péssimo líder sem desejar, pois é praticamente o único caminho que o BC oferece hoje para cima. Em administração, é comum o conceito de “carreira em Y”, na qual há 50% de oportunidades de comissões gerenciais e 50% de comissões de especialistas em determinados assuntos. Seria uma boa ideia para o BC.

Outra sugestão que deixo para este tópico é o “rodízio de funções”. O BC precisa criar uma política de RH que facilite ainda mais a que colegas possam mudar temporária ou permanentemente de setor com mais facilidade (favorecendo os casos em que haja permuta temporária ou permanente de servidores). Se houver uma política melhor

definida, o setor A perde um funcionário desmotivado para o setor B, mas ganha outro motivado vindo de B para A (e vice-versa). Ou seja: o BC, como um todo, perde 2 desmotivados e ganha 2 motivados!

Abs, Fabio Faiad.

6.



José Vieira Leite disse:

[31 de outubro de 2012 às 6:52](#)

Prezado Fabio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do

Sinal.

6-1-4 - O dilema sede-regionais

OUTUBRO 25, 2012 SUPORTE [1 COMENTÁRIO](#)

Prezad@ colega,

Bom dia.

Em texto anterior (*O papel das regionais sob o foco da estrutura decisória do BC*), colocou-se em evidência a atuação das unidades regionais do BC em um contexto de estrutura organizacional em que o processo decisório é fortemente concentrado. Pontuou-se então que essa situação relacionava-se não apenas à distribuição geográfica das diversas atribuições, como também na forma hierárquica e de alcance das decisões. Em outros termos, poder-se-ia inferir que mesmo se não houvesse uma distribuição das atividades do BC em suas diferentes regionais, a estrutura decisória centralizada levaria à existência de diferentes satélites no mesmo espaço geográfico. Este texto procura balizar de modo mais preciso esse argumento.

Ao se focar no *modus operandi* das conexões entre planejamento/formulação e execução, para além da dicotomia "sede planeja e regional executa", pode-se avançar em uma melhor compreensão do papel e atuação das diversas unidades no BC. A melhor qualificação dessa dicotomia deve ter por referência os diferentes graus possíveis de planejamento ou concepção de uma tarefa. Outro eixo de análise importante baseia-se no que se poderia chamar de iniciativa. No primeiro eixo, poderiam ser elencados desde o nível mais alto de gerência, aquele que vai determinar as macro-orientações da instituição, passando pelo planejamento na atuação da fiscalização

em uma instituição financeira, até chegar ao planejamento de atividades no dia-a-dia de uma mesa de operações de mercado, por exemplo. A atividade de concepção tem assim várias cores, e isso em função do efeito que essa concepção tem sobre os resultados globais da instituição.

O segundo eixo a se considerar, a iniciativa, apresenta matiz mais simples. Nesta abordagem, considera-se iniciativa algo como uma variável binária, que assume apenas duas condições: existente ou não existente. A iniciativa positiva, aquela que dá início a um processo de trabalho focado na concepção de uma tarefa, pode partir de cima para baixo, de baixo para cima, ou na relação entre membros de um grupo de trabalho com mesma posição hierárquica formal. Essa dimensão associada à iniciativa é fundamental, pois caracteriza, em última análise, o grau de organicidade no processo de decisão em uma instituição, em especial uma instituição de Estado como o BC, na medida em que se verifique a existência de um maior peso das concepções geradas a partir de iniciativas de baixo para cima, ou mesmo laterais, em relação as que vêm de cima para baixo. Posto esse instrumental analítico, a verificação empírica mais óbvia colocaria os processos decisórios existentes nas regionais em situação bem desfavorável em relação aos da sede, na medida em que não apenas as cores associadas a esse arco-íris são mais pálidas, resultando em efeitos mais marginais nos resultados do BC. Ademais, a forma centralizada da administração do BC, que se reforçou fortemente, em tempo recente, com transferência de atribuições e cortes de remuneração associados às comissões, inibe iniciativas por parte do servidor localizado nessas unidades.

Como já dito em outra oportunidade, o que se observa é uma concentração de atribuições de formulação e de decisão em tons mais fortes na sede. De fato, visto de uma regional, a sede concentra, além das diretorias, um comando centralizado de quase todos os departamentos do BC. Não há autonomia decisória nas regionais dos departamentos, com o processo mais geral de formulação da ação sendo elaborado na sede. Situações em que as chefias locais tenham que realizar algum tipo de planejamento próprio de suas atividades tem pouca relevância no cômputo dos resultados globais e, em muitos casos, as orientações e decisões últimas e mais fundamentais acabam tendo que passar pelo crivo do centro decisório.

Poder-se-ia especular que esse quadro não se repetiria nas atividades realizadas em unidades-sede. Contudo, embora o grau de concepção nesse caso seja efetivamente mais elevado, ele não é absoluto, uma vez que o centro decisório da instituição é responsável, quase que solitário, pelas principais iniciativas e concepções da instituição. Os tons mais fortes associados ao grau de impacto das concepções produzidas nesse nível são os que predominam. Contudo, é o segundo eixo de análise, o da iniciativa, o que se mostra mais

frustrante em termos de realização de potencial de trabalho do quadro de servidores lotados na sede e que não pertencem a esse núcleo decisório. O espaço permitido para uma explosão de iniciativas é claramente limitado por processos de trabalho que valorizam a execução de tarefas de rotina em detrimento de tarefas que surjam como resultado de iniciativas do servidor. Conforme já apontado na referência supracitada, verifica-se que em áreas mais centrais na atuação do BC, o quadro técnico especializado tem participação mais reativa a orientações que partem da diretoria, desperdiçando-se recursos caros à sociedade.

A atual conformação de estrutura decisória no BC, analisada por critérios construídos aqui, leva-nos a concluir que não apenas as regionais definidas pela sua localização geográfica fora de Brasília passam por um processo de perda de autonomia e importância, mas que também a sede, no presente texto mais bem qualificada em termos de iniciativa e grau de concepção, também sofre com esse mesmo problema, embora em menor grau. O dilema sede-regionais passa, então, a ser mais bem entendido, quando, ampliando-se o ponto focal dado pela dicotomia "planejamento versus execução", a ele se incorpora a dimensão do processo decisório, sob os recortes do alcance das concepções e da existência ou não de iniciativa.

Essa discussão é central quando se busca construir um ambiente de trabalho onde não apenas os potenciais de trabalho têm maior chance de se realizarem, como também isso é fundamental para o próprio funcionamento da instituição de modo mais orgânico, no sentido de que o BC passa a ter uma cara própria como agente de Estado. Ao não se buscar construir uma agenda que caminhe nessa direção, a instituição torna-se mais frágil e refém de um sistema decisório onde poucos podem muito. A história parece nos dizer que é mais fácil poucos errarem do que o contrário.

GT Revitalização das Regionais do Grupo QVT-Sinal-RJ.
Rio de Janeiro (RJ), outubro de 2012.

Tema: [Valorização das regionais](#)

Um comentário para *O dilema sede-regionais*

1.



Márcio Silva de Araujo disse:

[5 de novembro de 2012 às 10:42](#)

Gostaria de aproveitar este espaço e colocar em meu nome uma proposta à XXV AND.

Transferência final das atividades de distribuição de numerário ao Banco Central do Brasil

A sugestão que coloco como forma de atuação do Sinal, ou bandeira, junto à administração do Banco Central é a de que se finalize o processo de transferência da última atribuição de autoridade monetária ainda executada por outro participante do mercado financeiro: a distribuição do numerário. A transferência de atribuições do BB para o BC

passou por diversas etapas desde a sua criação em 1964, mas não se completou totalmente, uma vez que essa função típica de autoridade monetária ainda se encontra terceirizada, digamos assim.

Esta proposta, além de fortalecer o BC, no sentido em que ele passa a ter maior ação sobre todas as suas funções típicas, coloca-o mais perto da população, cumprindo ainda melhor sua obrigação de servir à sociedade. De fato, essa função de distribuição de numerário é uma atividade fim em qualquer BC no mundo. A relação entre quantitativo de funcionários de bancos centrais e população em outros países mostram, em geral, valores maiores do que os brasileiros. Isso provavelmente se explica pelo fato de essas instituições congêneres executarem também a distribuição de numerário.

Em termos do foco da XXV AND, o de Valorização das Regionais, a proposta é plenamente justificada, uma vez que essa atribuição requereria não apenas um reforço nos quadros funcionais em todas as regionais hoje existentes, como demandaria uma capilaridade maior na distribuição geográfica do BC, com a criação de novas regionais ou representações regionais de menor porte.

6-1-5 - Mais três novas perguntas(agora já são nove) sobre a valorização das regionais

OUTUBRO 24, 2012 SUPORTE [16 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ colega,
Bom dia.

No dia [15.10.2012](#), postamos três perguntas por nós formuladas para você, com vistas ao estímulo da discussão em torno da importante questão da Valorização das Regionais do BCB:

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Dando continuidade ao processo de incentivo ao debate, enviamos, no dia [22.10.2012](#), três novas perguntas a respeito da Valorização das Regionais:

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Mantendo a proposição de busca da troca de ideias em torno da Valorização das Regionais, submetemos a você, a seguir, mais três perguntas:

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão? (Para acessá-las, [clique aqui](#)).

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Por gentileza, reflita sobre essas perguntas e, se possível, produza respostas para todas elas ou para aquelas que você julgue adequado responder, postando tais respostas na [aba Valorização das Regionais do Blog da AND](#) até o dia 05.11.2012, data-limite para o oferecimento de propostas à AND.

Contando com sua sua co-laboração, sob a forma de oferecimento de comentários (críticas, sugestões etc.), e, ainda, incentivo aos demais integrantes da Comunidade BCB a participar do processo de construção coletiva de um momento de máxima expressão política do Sinal, a AND,

Com nossas saudações sindicais e abraços,
Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

16 Comentários para *Mais três novas perguntas (agora já são nove) sobre a valorização das regionais*

1.  XXXXXXXXXX disse:

[24 de outubro de 2012 às 9:01](#)

Eu acho que as regionais devem ser valorizadas se realmente fizer sentido ter coisas lá... caso não, é melhor centralizar em BSB e SP mesmo. É melhor para o banco e é melhor para o país.

Um problema muito maior é o aproveitamento da mão de obra em Brasília. Contratam analistas caros para não ficarem fazendo nada ou fazerem trabalho que qualquer pessoa sem qualificação faria. Fazem um mega concurso e quando os concursados novos chegam os deixam abandonados, aumentando a sua desmotivação e o inchaço no banco. É realmente preocupante, pelo que eu escuto e vejo, a quantidade de pessoas improdutivas. Esse ambiente de improdutividade contamina o ambiente, fazendo que o Banco Central realmente não seja um órgão de excelência

como todos nós gostamos de alardear por ai. De repente esse é um mal do serviço público como um todo, mas acho que vale a pena o comentário.

○  **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 9:21](#)

O colega optou por não se identificar.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2.  **Fabio Faiad** disse:

[24 de outubro de 2012 às 10:07](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

O meu trabalho ordinário não é adequado, pois possuo qualificação e potencial para coisas bem mais elaboradas.

Agora, acho que há setores do BCB (a minha gerência é um deles) que permite aos servidores que busquem outras atividades importantes ao próprio Departamento, além das tarefas rotineiras. Hoje posso ajudar nas áreas de treinamento e organização de eventos, entre outras atividades do meu setor. Para estes trabalhos, minha qualificação é melhor aproveitada.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Para apenas as tarefas rotineiras, não. Por isso busco atuar com outras coisas, pois, se eu ficasse apenas com as atividades de rotina, estaria muito desmotivado. Para evitar tal desmotivação, procurei apresentar ideias e projetos para outras atividades importantes do Departamento. Como consegui espaço para avançar, tento buscar através dessas novas atividades a minha motivação.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Não. Entendo que o “sedismo” e a concentração em Brasília ainda são marcas culturais fortes em nossa Instituição. A participação dos servidores lotados em Regionais em atividades estratégicas só acontecerá se tais servidores lutarem com intensidade por esse espaço.

○  **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 9:23](#)

Prezado Fábio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

3.



Fabio Faiad disse:

[24 de outubro de 2012 às 10:10](#)

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

Não. Acho o BCB muito concentrado em Brasília e excessivamente focado em estabilidade da moeda e do sistema bancário. Tal estabilidade é muito importante, mas há outras questões e realidades de todas as regiões do Brasil que estão sendo negligenciadas. Áreas como microfinanças, cooperativismo e moedas sociais, além de outras, devem merecer maior atenção do BCB.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Não. Houve, para mim, um processo de desmonte em 1997/1998. Hoje, o que há, em meu entender, é a falta de consciência e de atuação no sentido de uma maior participação das Regionais.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Ainda que eu não veja um processo de desmonte em curso, sugiro duas formas de atuarmos em prol da valorização das Regionais: [1] um trabalho de convencimento dos servidores da Regionais no sentido de eles cobrarem permanentemente da Sede maior espaço de atuação; [2] a elaboração de uma proposta da AND 2012 a ser encaminhada à Diretoria do BCB no sentido de ampliarmos a descentralização da nossa Autarquia (por exemplo, que tal propormos à Diretoria do BCB que, até 2016, cada Regional seja a sede de pelo menos um Departamento?).

○



José Vieira Leite disse:

[25 de outubro de 2012 às 10:10](#)

Prezado Fabio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

4.



Fabio Faiad disse:

[24 de outubro de 2012 às 10:13](#)

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

Sim e não. É claro que o modelo de sistema financeiro nacional previsto no art. 192 influencia a estrutura de atuação atual do BCB, mas, mesmo sem alteração constitucional, nossa Autarquia tem como avançar na descentralização, na valorização das Regionais e na ampliação do seu escopo de atuação (dentro das leis e normas vigentes).

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão?

Sim.

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Sim, e isso está bem claro na própria missão do BCB: “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”. E a inclusão financeira de todos os cidadãos hoje não assistidos? E a maior descentralização da atuação do BCB? E a maior desconcentração bancária (basta o sistema bancário ser eficiente, mesmo sendo oligopolista)?

Para mim, atuamos hoje com eficácia no sentido de buscar estabilidade e eficiência do SFN. Mas o BCB precisa ir além do conservadorismo atual, incorporando novas questões como as que citei acima. Acho que o SFN não deve ser apenas “eficiente”, mas também justo e inclusivo.

○



José Vieira Leite disse:

[25 de outubro de 2012 às 10:14](#)

Prezado Fábio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

5.



José Manoel Rocha Bernardo disse:

[24 de outubro de 2012 às 11:25](#)

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

Toda. No sentido de que a Constituição prevê o desenvolvimento equilibrado de todo o País e o Banco Central precisa estar presente em todas as regiões para dosar as ações do sistema financeiro de forma a alcançar esse equilíbrio.

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão?

Sem dúvida. O Grupo de Trabalho Nacional criado pelo Projeto 192 do Sinal percorreu o Congresso Nacional, todas as regionais e muitas unidades do Banco Central, vários sindicatos, centrais sindicais e outras instituições representativas; promoveu seminários, mesas redondas, oficinas e encontros com a comunidade tendo ouvido centenas de pessoas especializadas no assunto. Dessa forma, acumulou acervo e conhecimento suficiente para levar aos deputados e senadores as respostas necessárias para as perguntas: o que é desenvolvimento equilibrado? Quais são os interesses da coletividade?

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Sem dúvida! Na realidade nem é no funcionamento do sistema financeiro, mas em sua solidez que o Banco Central centra suas ações. Não que isto esteja errado. A missão do Banco Central está correta, mas incompleta. Falta justamente a parte que se refere à sua ação de instituição do Estado: promover o desenvolvimento equilibrado. Assim, nossa sugestão para a missão do Banco Central do Brasil seria: “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade”.

○  **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 10:18](#)

Prezado José Manoel,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

6.  **Juarez Bourbon Vilaça** disse:

[24 de outubro de 2012 às 16:08](#)

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Sim. O processo existe mas é espontâneo. Não há um propósito de fazer isso apenas por fazer. O que acontece é que

no serviço público o gerenciamento humano é muito complicado, aliás, tudo é muito complicado, compras, contratações, etc. Acontece que os chefes no Banco Central são muito intelectuais e pouco gerenciais. Os funcionários, em qualquer empresa, não são receptivos a ordens de trabalho, no serviço público isso é muito pior. Dessa forma, nunca o número de funcionários é suficiente para atender às unidades e continuamente seus chefes ficam forçando a barra para trazer novos funcionários e as regionais são as mais prejudicadas, inclusive com extinção de serviços importantes.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Existem serviços que não só são necessários, mas imprescindíveis e que deveriam existir em todos os lugares do Brasil.

Por exemplo:

- a) Áreas como microfinanças, cooperativismo e moedas sociais, devem merecer maior atenção do BCB, como bem lembra Fabio Faiad em sua resposta no blog. Acontece que essa necessidade é em todo o Brasil e nos mais recondidos lugares. Teria que haver um núcleo de serviço em cada Capital do País para acompanhar o desenvolvimento dessas pequenas instituições financeiras
- b) Os serviços do meio circulantes estão sendo extintos em todo o Brasil, a destruição de cédulas imprestáveis não pode ser feita por empresas privadas, o risco é enorme. Esses serviços teriam que ser feitos, também em cada capital, evitando os gastos com a segurança e o transporte desse dinheiro imprestável para destruição em outras regionais.
- c) A fiscalização dos serviços prestados pela rede bancária ao público deveria ter um acompanhamento de perto, nas agências. Não adianta haver reunião com as Diretorias dos Bancos em São Paulo se os Gerentes locais tem autonomia de fazer o que quiserem para cumprir suas cotas de arrecadação de tarifas, legais e ilegais. Esse serviço precisaria de um núcleo descentralizado em cada capital.

○



José Vieira Leite disse:

[25 de outubro de 2012 às 9:50](#)

Prezado Juarez,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

7.



Adriane Morais disse:

[25 de outubro de 2012 às 16:54](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Sim, em alguns momentos. Trabalho com inspeção no Desuc/GTNOR/COSUP-3 e o conteúdo de minhas atribuições

me provocam raciocínios. Não me sinto robotizada, um sentimento que, infelizmente, está instalado em vários bacenianos.

Nos demais momentos, sinto que as minhas atividades, apesar de encarar a importância, não sei se são importantes para o Bacen como um todo. Às vezes tenho a impressão de que o que faço é apenas um faz-de-conta para o Banco Central do Brasil. Faço parte de uma regional pequena, Recife, ligada a uma gerência do norte e nordeste, da qual, além de Recife, também a integram: Fortaleza, Belém e Salvador. Apenas uma comissão de gerente técnico foi mantida. As demais comissões de gerência foram retiradas e realocadas em Brasília. Sobre a eficiência de tal decisão, claro que não há. Atualmente estamos com mais um nível hierárquico e mais distantes das comunicações e decisões. Apenas um gerente técnico de uma das regionais, a que manteve a gerência, Salvador, e aqui não me refiro à capacidade de nenhum colega, não é esse meu foco e nem meu interesse, mas a absorção de atribuições e um desenho para regiões em que a presença do Bacen está reduzida assim como a preocupação com o risco de imagem, atuações equivocadas, dentre outros, que tal organograma pode causar em prol de interesses locais.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Como destacado na questão 1, pertenço a uma região que ainda é bem carente em relação ao cooperativismo. Fazer parte de certo fomento me anima, pois trabalho na inspeção de cooperativas, entretanto tal empolgação não se sustenta no desenho e decisões centralizadas. Tenho a certeza de que estamos numa perigosa contramão do que os cidadãos brasileiros esperam e exigem do Estado, no que se refere a gestão pública descentralizada e participativa. Acho que o Bacen precisa acordar para um processo de ruptura com o poder autoritário e centralizado pertencente à época do regime militar.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Claro que não, portanto, várias decisões não representam a resposta para vários integrantes de regiões não enxergadas em tais raciocínios, pois distantes da realidade; desconhecedores permanentes dos reais problemas; cegos (???) para as possíveis consequências. As disparidades entre a sede e as regionais envolvem aspectos que desafiam sua permanência, no entanto, mágicos poderes na contramão do que se espera de certa ampliação democrática do órgão estatal baceniano, haja vista as matérias de interesse público envolvida, seguem dominando e rasgando direitos constitucionais; administrativo; trabalhista etc. Ah! Não podemos esquecer, também, as assimetrias entre as regionais. As grandes em relação às pequenas; presenças de alguns diretores/diretoras atuando como defensores/defensoras de suas respectivas regionais, e daí não há alguma lógica de boa prática administrativa ou eficácia ou eficiência no que se refere à atuação do Banco Central no Brasil que possa combater, pelo menos que eu enxergue, algumas truncadas decisões.

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

A resposta é composta pelos conteúdos das questões 1, 2 e 3.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Não quero crer nisso. Acho que são equivocadas decisões que estão sendo levadas adiante sem manifestação de quem

deve fazê-las. Um sem número de funcis, acredito, encontram-se desestimulados para reclamar; uns não acreditam em mudanças; outros estão acomodados com o clima de revolta permanente; outros se divertem com o caos; alguns demais apostam num certo alguém para fazer a diferença; outros tentam fazer a diferença, mas são abafados; o sindicato não estimula a oxigenação em sua composição; e daí seguimos carregando nossos eternos conflitos.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Já que cheguei ao final, e sem concluir, gostaria de evidenciar que não concordo com a limitação do tópico VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS ao tópico QVT. Enxergo, claro, que há questões a serem tratadas no tópico VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS que envolvem a qualidade de vida no trabalho, mas daí resumir um tema tão complexo ao que está sendo definido como QVT, associando-o apenas a melhores condições de trabalho, é decepcionante. Em Recife, recebemos a presença do diretor de administração, Altamir Lopes, que questionado acerca do que além de melhores condições de trabalho (elevadores, sala para atividades físicas; lanchonete; melhores salas para treinamento etc) há de planejamento para as regionais. Não houve resposta. Portanto, não há nada de concreto ou planejado acerca do que realmente esperamos por VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS:

- não se fala em rever critérios (?) para comissionamentos;
- uma vez comissionado sempre comissionado;
- o Bacen não conhece o seu servidor (perfil/capacidade/habilidade);
- concurso regionalizado;
- treinamento que atenda de forma igualitária a todos os funcis das respectivas áreas, independentemente da região;
- disseminação de conhecimento;
- critérios transparentes para cursos/treinamentos no exterior;
- otimização da comunicação dentre as diversas áreas do Bacen;
- otimização da comunicação entre a sede e as regionais;
- decisões descentralizadas, haja vista as peculiaridades de cada região onde o Bacen está atuando; e
- ênfase na regulamentação do art. 192 da CF.

E na oportunidade, repito o texto que encaminhei quando da abertura do debate:

Uma forma de encarar a complexidade de problemas que envolvem as regionais é enxergar os seus esfacelamentos. Comissões são retiradas sem uma explicação lógica e de boa prática administrativa. Departamentos centralizam seus procedimentos em algumas regiões, descaracterizando a razão para permanecerem no faz de conta em outras, nos caso das atividades descentralizadas. Siglas e mais siglas para departamentos são criadas e recriadas. Mas a grande questão é: há alguma preocupação com eficiência ao se iniciar/executar tais raciocínios/decisões? Aqui, gostaria, por exemplo, de possuir dados estatísticos, envolvendo, digamos, um período de 10 (dez) anos, para visualizar por departamento, quantitativo de pessoal (analistas e técnicos), atividades e comissões, individualizados por sede e regionais. Em consequência, acredito que os números, já que na prática a desorganização da atuação do Banco Central do Brasil como um todo não está recebendo a atenção que demanda, poderiam agregar argumentos para uma mudança URGENTE, incorporando-se tal aspecto na discussão pela Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal.

As assimetrias de atuação/importância se acentuam constantemente, e a tal centralização de atividades segue

rasgando princípios constitucionais e de direito administrativo em prol da gestão de interesses locais. Daí, o risco de se ter marcada uma presença do Banco Central do Brasil como inadequada não se tem como relevante.

A atuação do Sinal em tal questão se torna mais do que necessária, se possível com a criação, por exemplo, de uma diretoria para tal fim: VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS. É uma excelente ideia que surgiu por aqui e que defenderemos.

○  **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 16:57](#)

Prezada Adriane,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

8.  **XXXX** disse:

[26 de outubro de 2012 às 9:54](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Sim. Tenho pouco tempo de banco, mas noto que a grande maioria das tarefas disponíveis são muito específicas (atividades que somente são executadas aqui no banco) e não requerem conhecimento prévio muito aprofundado. Assim, não há muito como fugir dessa realidade, de que haverá sempre um certo distanciamento entre o trabalho que executamos e a qualificação que temos para realizá-lo, seja nos departamentos ditos “mais nobres”, seja nos ditos “menos nobres”.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Sim. Mas a motivação vem, na prática, pelo fato de eu estar almejando os benefícios de uma carreira de servidor público. Não criei expectativas irreais sobre o que seria o trabalho aqui no banco, como ocorre com diversos novatos.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Não. Estou lotado em Brasília, mas quero a mobilidade para Belo Horizonte. Não vivenciei a realidade das regionais. Mas é nítido que o poder está excessivamente concentrado em Brasília, o que, apesar da previsão legal de sede e foro na capital federal, é, na prática, um contra-senso, pois o sistema financeiro não está aqui e há considerável pulverização dos usuários deste sistema por todo o território nacional.

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

Não. O que o banco faz é muito específico e técnico, com pouca visibilidade e resultados pouco palpáveis para a imensa maioria da sociedade. Para alguns formadores de opinião e para nós, servidores, faz um trabalho “com excelência”, mas a concentração excessiva de atividades em Brasília dificulta ter maior proximidade com a realidade da sociedade brasileira. O aumento dessa concentração, observado nos últimos anos, agravou ainda mais esta sensação de distanciamento.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Sim. Totalmente. É praticamente nula a iniciativa/interesse do banco em alocar força de trabalho nas regionais, de forma racional e visando a maior produtividade; mais fácil para o departamento de “Gestão de Pessoas” (as aspas não são por acaso) acomodar os servidores na sede, atendendo à vontade das chefias, que não enxergam a irracionalidade de o banco ter suas atividades excessivamente concentradas em Brasília.

No caso de Belo Horizonte, que acompanho, foram cerca de 70 aposentadorias desde 2009, tendo sido repostos, via mobilidade, no máximo 10 vagas. Concluo que: ou 1) há naquela regional nítida deficiência de pessoal e risco para o banco e para a sociedade (tarefas que deixam de ser realizadas no prazo); ou 2) até 2009 o banco onerava a sociedade brasileira com elevada ineficiência (se as 60 vagas não repostas não fazem falta, porque existiam?).

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

A efetiva regulamentação do art. 192 da Constituição, trabalho coordenado pelo Sinal e que eu não conhecia, é o caminho. É nessa regulamentação que devem ser previstas novas atividades que permitam ao banco atender aos requisitos constitucionais e que, com certeza, trará a necessidade de maior presença regional. Contra isso não haverá “preconceito das atuais chefias” com relação ao trabalho das regionais, o que hoje notamos mesmo tendo pouco tempo de banco e é confirmado, inclusive, por integrantes da alta direção do “Departamento de Gestão de Pessoas” (é sempre bom reforçar as aspas) . Será a lei.

O Sinal poderia liderar um processo de discussão interna com a direção do banco, mostrando que a valorização das regionais não deve ser promovida apenas com o enfoque da “Qualidade de Vida no Trabalho”. Deve ser mostrada a racionalidade desse processo. Em primeiro lugar, tendo em vista a necessidade de estarmos mais próximos da realidade da sociedade brasileira, que passa longe do que ocorre em Brasília. Em segundo lugar, porque a localidade em que é executada não é pré-requisito para a grande maioria das tarefas desempenhadas na esmagadora maioria dos departamentos. O uso de processos de trabalho (PT)/dossiês, movimentados via malote/sistemas, bem como o acesso ao Sisbacen e demais sistemas/tecnologias em qualquer ponto do país permitem, facilmente, uma maior regionalização das atividades do banco.

Por último, o banco concorre com outras empresas/instituições públicas na atração de pessoas qualificadas, que estão em todo o País, e não apenas em Brasília. Entendo que para os que vieram para cá nas décadas de 70/80, e que construíram portentosos patrimônios, a despeito do alardeado histórico de baixos salários, é difícil compreender a vontade de algum servidor novato de querer trabalhar nas regionais. Mas o custo de oportunidade de se trocar

diversas cidades nas quais o banco tem regionais por Brasília, hoje, é elevadíssimo, e tende a ficar maior. Assim, a política de valorização das regionais seria importante benefício indireto a ser oferecido para os servidores (atuais e, principalmente, os novos).

Assim, um efetivo processo de mobilidade não deve ser conduzido para atender ao “choro de servidores que não querem vestir a camisa”, como já pudemos ler/ouvir em declarações de integrantes da alta direção do “Departamento de Gestão de Pessoas” (é sempre bom reforçar as aspas). De outro lado, deve ser estruturado para aqueles que têm interesse em vestir a camisa com maior vigor ainda. Deve ser assunto tratado como um dos de maior interesse da instituição, caso o banco de fato esteja preocupado com maior produtividade da força de trabalho, num cenário de contingente mais enxuto.

Me pergunto: será que de fato a demanda por mobilidade é um “problema” tão difícil de ser resolvido? Tenho uma estimativa, de que esse contingente hoje seja inferior a 5% da força de trabalho do banco e, portanto, se confirmada, indicaria que não estamos falando de um “problema” tão difícil de ser resolvido. Esse contingente poderia ser facilmente movido, com um pouco de boa vontade da instituição em termos de readequação de processos/responsabilidades entre sede e regionais. Sabemos que em algumas regionais há vagas que não aparecem nas mobilidades pré-concurso devido à política de privilegiar a sede, devido ao alardeado “risco de RH” trazido pelas aposentadorias. No entanto, se confirmada a expectativa anterior, não seria a remoção dos potenciais interessados um agravante desse risco. Ainda mais se pensarmos que, facilmente, pode haver, com inteligência e planejamento, uma maior transferência de atividades da sede para as regionais.

7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

Sim. Não há como negar: “Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.”

8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão?

Não sabia. Muito interessante a proposta e os materiais produzidos e disponibilizados no site. Vou acompanhar e participar a partir de agora.

9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por quê?

Sim. Acredito que seja, principalmente, por uma visão histórica e fruto do debate clássico sobre o papel dos bancos centrais. Penso que, antes de tudo, vem a atribuição legal. A regulamentação mais efetiva do art. 192 abrirá caminho para uma mudança dessa visão histórica. Há muito a ser feito em nosso País, principalmente fora de Brasília.



[29 de outubro de 2012 às 6:20](#)

O colega optou por não se identificar.

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

6-1-6 - Três novas perguntas sobre a valorização das regionais

OUTUBRO 23, 2012 SUPORTE [10 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ colega,
Boa tarde.

No dia 15.10.2012, postamos três perguntas por nós formuladas para você, com vistas ao estímulo da discussão em torno da importante questão da Valorização das Regionais do BCB:

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Dando continuidade ao processo de incentivo ao debate, enviamos, a seguir, três novas perguntas a respeito da Valorização das Regionais:

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Por gentileza, reflita sobre essas perguntas e, se possível, produza respostas para todas elas ou para aquelas que você julgue adequado responder, postando tais respostas na aba Valorização das Regionais do Blog da AND até o dia 05.11.2012, data-limite para o oferecimento de propostas à AND.

Contando com sua sua co-laboração, sob a forma de oferecimento de comentários (críticas, sugestões etc.), e, ainda, incentivo aos demais integrantes da Comunidade BCB a participar do processo de construção coletiva de um momento de máxima expressão política do Sinal, a AND,

Com nossas saudações sindicais e abraços,
Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

10 Comentários para *Três novas perguntas sobre a valorização das regionais*

1.  **tung tze lay** disse:

[23 de outubro de 2012 às 11:06](#)

- 1 – NÃO
- 2 – NÃO
- 3 – NÃO
- 4 – SIM, Norte/Nordeste X Sul/Sudeste
- 5 – SIM, retirada de atribuições do DECIC/GTREC
- 6 – a atividade de Compliance das IFs havia sido prevista para todas as regionais; porém, após criação da nova Diretoria (DIREC) esse cenário mudou (provavelmente, ficaremos apenas com Atendimento ao Público)

○  **José Vieira Leite** disse:

[23 de outubro de 2012 às 17:15](#)

Prezado Tung Tze Lay,

Boa noite.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2.  **Sandra Ferreira** disse:

[23 de outubro de 2012 às 13:22](#)

- 4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

É óbvio que não. O Brasil não é uno, há vários brasis, e o BCB não leva em consideração essa diversidade, massifica tudo.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Sim. A regional de Belém é o caso mais evidente.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Se todos fazem o mesmo concurso para entrar no BCB, qualquer um que consegue passar têm as mesmas condições de desenvolver o trabalho exigido. Então, a descentralização de certas atividades, atendendo inclusive às singularidades de cada região, seria uma opção.

○



José Vieira Leite disse:

[23 de outubro de 2012 às 17:17](#)

Prezada Sandra,

Boa noite.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

3.



José Manoel Rocha Bernardo disse:

[24 de outubro de 2012 às 10:37](#)

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

Não. Hoje o Banco Central encontra-se muito distante dos agentes econômicos. A distribuição das regionais não leva em conta a diversidade existente no território nacional. Tome por exemplo os estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, hoje região exportadora de commodities: não existe nenhuma representação do Banco Central naqueles estados. Quem fiscaliza a aplicação de bilhões de reais endereçados à produção rural? Será que parte desse financiamento não está sendo utilizada para desmatar a Amazônia? Penso que deveria haver a presença do BC nessa região. Outro exemplo: a Zona Franca de Manaus. O desenvolvimento da indústria fora do sudeste fica totalmente comprometido sem a presença do sistema financeiro bem estruturado e fiscalizado em todo o território nacional. Para os manauaras o Banco Central também não existe. Qualquer um pode abrir uma “agência bancária” sem registro no BC e funcionar anos explorando a população sem que alguém perceba.

Volto a repetir: a presença do Banco Central em todo o território nacional está na Constituição Federal. Não podemos nos esquecer de que o artigo 192 da Constituição Federal prevê que “o sistema financeiro deve ser estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do País e atender aos interesses da coletividade”.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Creio que sim. Não que isso seja deliberadamente previsto pela Diretoria Colegiada. O desmonte decorre da centralização das atividades na sede e do afastamento do Banco Central do cidadão. Na medida em que o Banco Central não se importa com a relação existente entre o banco e seu cliente, procura se afastar de “problemas causados pelo Código do Consumidor”, permite que os bancos captem recursos subsidiados dirigidos às regiões em desenvolvimento e os desviem para as regiões já desenvolvidas, não há necessidade de regionais. As regionais seriam muito úteis se o Banco Central percebesse que seu papel no Estado é bem maior do que ele interpreta. Governo e população esperam muito mais. O Congresso Nacional escreveu isso na Constituição Federal, mas nós insistimos em não ler.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

É muito simples: basta que o Banco Central do Brasil assuma sua função de instituição do Estado Brasileiro. Isso será possível quando cada um de nós entender que devemos servir a quem paga nossos salários, ou seja, o cidadão. A aprovação da proposta de que o Sinal lute pela estruturação do Sistema Financeiro Cidadão junto ao Congresso Nacional é o caminho.

○



José Vieira Leite disse:

[25 de outubro de 2012 às 9:13](#)

Prezado José Manoel,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

4.



Roberto Rossi Steffens disse:

[24 de outubro de 2012 às 13:23](#)

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

Não tenho conhecimento suficiente sobre o assunto. Entretanto, minha opinião é a de que o BCB deveria ter pelo menos uma representação em cada capital do país, a fim de ficar mais próximo do cidadão e das demandas locais – ainda que não resolvendo diretamente a todas, pelo menos servindo como canal de comunicação com as instâncias decisórias ou deliberativas.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Não tenho subsídios para responder de modo geral. No que tange às atividades desempenhas no setor em que trabalho isto não parece estar acontecendo.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Mesmo que minha opinião não corrobore com tal assertiva, a participação das regionais pode ser incrementada especialmente com a utilização de diversos recursos tecnológicos, tais como videoconferências e bases de dados digitalizadas/eletrônicas. Além disto, a avaliação de desempenho em 360° pode oferecer colaborações/oportunidades de desenvolvimento bastante interessantes.

○  **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 9:16](#)

Prezado Roberto,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

5.  **Nildson de Avila Silva** disse:

[24 de outubro de 2012 às 15:44](#)

Respondendo.

1 – Não. Se avaliar o “como” o trabalho está planejado e executado AGORA pelo analista, não está adequado para a qualificação. Mas o trabalho em si (fiscalização – DESUC) é importante e se fosse planejado e executado conforme o nível da qualificação seria de melhor qualidade, mais abrangente, mais profundo e adequado às demandas da nação.

2 – Sim. Motivação vem do trabalho em si, da sua importância, apesar de estar faltando uma reestruturação nas tarefas para melhor aproveitar a qualificação.

3 – Não. Na formulação falta consulta.

4 – Sim. Porque o Bacen tem sedes em capitais onde há concentração financeira.

5 – Sim. Comento abaixo junto com o item 6.

6 – Neste item quero completar o acima apontado por Tung Tze Lay, acima.

O Decic Curitiba, departamento vizinho, sofre processo crônico de desmonte. Tiraram a atribuição de Compliance (agora teria outro nome) da regional restando somente o atendimento ao público, e mesmo este processo, que não tem

nada a ver com Decic nem com a Difis, é feito com poucas pessoas, sem treinamento. Outrora o atendimento ao público era feito pela Secre regional.

O procedimento anterior do Decic (Compliance) era importante e envolvia PLD (prevenção de lavagem de dinheiro) e prevenção ao financiamento internacional ao terrorismo. O Brasil faz parte de acordos internacionais para prevenir estes crimes financeiros. A sua fiscalização junto as instituições está agora concentrada em regionais distantes de Ctba. Isto traz risco moral para o Bacen e de reputação ao Brasil, contribuindo inclusive com o risco-país, uma vez que nos acordos oficiais, ele deveria adotar medidas preventivas contra a lavagem de dinheiro.

Casos como o Mensalão indicaram falhas de Compliance em bancos e deixou exposto que a lavagem de dinheiro está na verdade livre. Cabe ao Bacen descentralizar esta fiscalização e para isto não basta somente a atribuição, deve-se tirar o atendimento ao público da Difis (departamento que não tem nada a ver com este serviço).

Muitas das demandas do público podem ser sanadas pelas entidades de defesa ao consumidor. Deve-se criar departamento específico para este serviço, com pessoas treinadas, e dividir atribuições com aquelas entidades. Cabe ao Bacen demandas relacionadas com a segurança nos investimentos, enquanto demandas de serviços bancários insatisfatórios caberia aquelas entidades. Lembrando da possibilidade de colaboração entre Bacen e Procon.

Na falta de funcionários, cabe providenciar mais concursos públicos para as regionais justamente para aquelas atividades com falta de RH, evitando centralizar estes concursos em BSB.

Att

Nildson

6.  **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 9:17](#)

Prezado Nildson,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

6-1-7 - Três perguntas sobre a valorização das regionais

OUTUBRO 15, 2012 SUPORTE [17 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ colega,

Encaminhamos, a seguir, as primeiras três perguntas por nós formuladas para você, com vistas ao estímulo do debate em torno da importante questão da Valorização das Regionais do BCB:

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Por gentileza, reflita sobre as perguntas acima apresentadas e, se possível, produza respostas para elas, postando tais respostas na aba Valorização das Regionais do Blog da AND até o dia 05.11.2012, data-limite para o oferecimento de propostas à AND. Contando com sua sua co-laboração, sob a forma de oferecimento de comentários (críticas, sugestões etc.), e, ainda, incentivo aos demais integrantes da Comunidade BCB a participar do processo de construção coletiva de um momento de máxima expressão política do Sinal, a AND,

Com nossas saudações sindicais e abraços,
Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

17 Comentários para *Três perguntas sobre a valorização das regionais*

1.  **José Manoel Rocha Bernardo** disse:

[15 de outubro de 2012 às 12:25](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

A estrutura do Banco Central não ajuda muito na adequação do trabalho à capacitação de cada um. Eu passei a perceber isso com mais clareza ao sair de um departamento tradicional, que tinha toda uma cadeia de comando decidindo como eu devia fazer o meu trabalho e passei para uma gerência executiva, onde a estrutura dá mais liberdade para criar. Essa liberdade faz com que o trabalho criativo floresça e que a produção de qualidade seja muito superior ao trivial, sem o desgaste de estar respondendo a múltiplos chefes. Dessa forma, caminha-se para a adaptação de cada um, de acordo com sua qualificação e motivação, ao trabalho necessário.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Eu sempre procuro me motivar para o trabalho. Para isso busco o que há de melhor em termos de formação e desenvolvimento. No entanto, a forma de distribuição do trabalho e das oportunidades de formação no Banco Central causa certas disparidades que obrigam as pessoas a escolherem entre buscar melhor formação ou dedicar-se ao trabalho. Além disso, o sistema utilizado na “distribuição” de comissões, onde os conhecimentos técnicos se confundem com habilidades administrativas é altamente desmotivador. Isso dá origem a alguns “chefes” que consideram “seus” servidores como seres desprovidos de vontade própria que necessitam de seus “estímulos” para

trabalhar. Tais tipos de fatores ainda podem ser encontrados pelos corredores nas ocasiões de mobilização.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Na realidade, o que ocorre com as regionais é o afastamento do Banco de seu público alvo, ou seja, do sistema financeiro. Esse afastamento faz com que o sistema financeiro seja esse emaranhado de instituições sem controle e sem objetivos sociais. Apesar de existirem dezenas de definições de sistema financeiro, o que temos em nosso País não se enquadra em nenhuma delas. Embora a Constituição Federal determine que o sistema financeiro deva ser estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do País e atender aos interesses da coletividade, muitos de nossos diretores e chefes de departamento preferem excluir as palavras “desenvolvimento” e “coletividade” de todas as suas definições. Com esse tipo de pensamento, fica fácil compreender porque tais diretores e chefes procuram esvaziar cada vez mais as regionais.

○  **José Vieira Leite** disse:

[17 de outubro de 2012 às 8:12](#)

Prezado José Manoel,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2.  **Sergio C. Prata** disse:

[15 de outubro de 2012 às 16:39](#)

Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Considero. Talvez por estar há 15 anos realizando o mesmo serviço – análise de PAs do sistema financeiro -, já existe um certo nível de conhecimento sobre o assunto que permite manter um padrão razoável de produção.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído? Como disse embora há muito tempo, cada PA tem um perfil próprio que provoca abordagens diferentes, além do fato de estar tratando com situações que caracterizam crimes contra a economia popular.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Não. Um dos maiores problemas, tem sido a falta de postos de responsabilidade. Por exemplo: Aqui no RJ, uma equipe de 08 funcionários tem apenas um comissionado (Chefe de Unidade), que além de realizar toda a administração do setor, ainda é obrigado a fazer a revisão de pareceres e decisões, alguns com mais de 30 páginas.

Um proporção que não se vê na sede, com grave prejuízo para a qualidade do serviço. Mas ao compararmos o volume de serviço nas regionais maiores e em BSB, aí existe um nivelamento.

 **José Vieira Leite** disse:

[17 de outubro de 2012 às 8:13](#)

Prezado Sergio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

3.  **Patricia Alvim** disse:

[16 de outubro de 2012 às 17:07](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levada em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Eu acho que atualmente sim, mas já fiz trabalhos, dentro da Fiscalização, que considero poderiam ser repassados para contratados. Este foi o caso quando eu estava no Treinamento, como ADT. Penso que o trabalho de ADT, ou mesmo, por exemplo, o de Secretaria (no caso da Fiscalização, a Cosec) não deveria ser atribuído ao Analista, que tem qualificação superior às exigências das funções citadas e poderá ficar – e provavelmente fica – desmotivado com o trabalho. Não pretendo desqualificar nenhum tipo de trabalho no BC, pois todos são extremamente edificantes, porém as pessoas costumam trazer consigo certas expectativas, que, quando frustradas, podem resultar em grande desânimo ao funcionário.

2 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Acredito que não. Dever-se-ia haver, como um dos fatores para incentivar a participação ativa dos servidores lotados nas regionais, distribuição mais equânime do Comissionamento entre as Regionais e a consequente redistribuição das funções, oferecendo às regionais maior quantidade de funções relacionadas à formulação.

3 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Sim, mas sei que se trata de um desafio no BC pelo fato de sermos órgão governamental e de que :

- a “Chefe-Mor”, a Presidente Dima, ao contrário das empresas privadas, não participa de forma presente e ativa do dia-a-dia do BC;

- muitas vezes, mas não sempre, o mérito não tem o peso que deveria ter face à força que têm as relações políticas para impulsionar carreira no BC;

- o BC é órgão extremamente machista, de forma que as mulheres visivelmente não dispõem das mesmas oportunidades que os homens têm para crescerem profissionalmente;
- penso que , infelizmente, não há política “saudável ” de se permitir ao funcionário expor sua opinião. O funcionário do BC sente-se, em minha pinião, inibido a se expor, com certo medo de dizer o que pensa , medo de exposição, e isso se reflete negativamente tanto no clima organizacional quanto no trabalho;
- penso que a estrutura hierárquica forte demais permite a existência de assédio moral do superior sobre seu funcionário, vez que o funcionário, quando se sentir assediado, não terá a quem recorrer, vez que não há fórum formal para dirimir este tipo de situação, deixando o funcionário fragilizado frente à possível assédio da chefia.
- a avaliação de funcionário deveria ser de 360 graus, ou seja, o superior avaliando o funcionário e o funcionário avaliando o superior, de forma, inclusive, a coibir eventual assédio moral / sexual;
- fala-se bastante, ao menos na regional SP e no Desup , de que o fato de que os comissionados dificilmente perdem suas comissões uma vez comissionados pode não incentivar a que o Comissionado siga buscando a excelência e contínuo aprimoramento na sua função. Portanto, maior flexibilização em se retirar a Comissão, quando isso se fizer necessário, representará ganho tanto para a eficiência do trabalho quanto para a melhora no clima organizacional.

4.



José Vieira Leite disse:

[17 de outubro de 2012 às 8:49](#)

Prezada Patricia,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

5.



Sandra Ferreira disse:

[17 de outubro de 2012 às 9:51](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Muito. Gosto do que faço.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Demais. Uma vez que trabalho no que gosto.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Não.

6.



José Vieira Leite disse:

[17 de outubro de 2012 às 18:20](#)

Prezada Sandra,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário.

Conforme combinado, formalizamos solicitação no sentido da ampliação, se possível, de seu Comentário, para que seja possível sua incorporação a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com sua permanente participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

○



Sandra Ferreira disse:

[23 de outubro de 2012 às 11:00](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Muito. Gosto do que faço. Sou graduada em Administração, trabalho com auditoria (inspeção) de cooperativas de crédito e é um trabalho bastante instigante e que exige que a gente PENSE, reflita e estude. Não é um trabalho rotineiro, é um trabalho em que devemos estar sempre nos atualizando.

Entretanto, estou no BC há quase 20 anos e só neste departamento, o DESUC, é que tenho essa motivação.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Demais. Uma vez que trabalho no que gosto, além de ter uma equipe maravilhosa, quer seja na coordenação, na GT ou na Sede. Estou há sete anos aqui e não tenho a mínima intenção de sair.

Só um ponto em relação ao desempenho das nossas atividades que quero citar como “desmotivante”: o inspetor não ter uma comissão específica para sua atuação. Trabalhamos longe da nossa família, comprometendo nossa rotina em casa, além de que, quando estamos em trabalho externo (fora da nossa cidade/estado) ficamos muitas vezes 100% em dedicação exclusiva à missão, inclusive às noites. Daí, defendo ser justo um “prêmio” àqueles que deixam tudo e se danam país a fora para fiscalizar instituições. Só mais um porém, diária não é prêmio, diária é obrigação do empregador.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Não. No Desuc, ao meu ver, temos mais presente essa participação, essa troca. Mas como foi perguntado o BCB, pela reclamação dos colegas em geral, acredito que a participação deixa muito a desejar nesses processos decisórios. Além do que, nos outros departamentos que passei antes do Desuc, também não presenciei tais práticas.



■ **José Vieira Leite** disse:

[23 de outubro de 2012 às 17:27](#)

Prezada Sandra,

Boa noite.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.



7. **Ramiro** disse:

[19 de outubro de 2012 às 10:59](#)

1. Sim, se consideramos como “trabalho adequado” as funções de inspetor que me seriam atribuídas. Porém, se levarmos em conta o trabalho que efetivamente faço, não: estou relativamente ocioso, em grande parte por conta do Planejamento Anual. Embora isso possa ser explicado, em grande parte, por circunstâncias não de todo previstas (corte de gastos e entrada de novos servidores), não há mecanismos que permitam/incentivem as Regionais ajustar essas lacunas.

2. Vide item supra: sim, se considerarmos minhas funções em abstrato; não, se considerarmos a realidade de ter de esperar que algum trabalho de inspeção seja começado.

3. Sim, ao menos no Desuc/Gtpal; o que não implica que tais práticas sejam suficientes: as decisões finais e o planejamento são centralizados na sede, que, em caso de engano ou mudança de circunstâncias, não pode ter sua atuação revista.



8. **José Vieira Leite** disse:

[19 de outubro de 2012 às 11:55](#)

Prezado Ramiro,

Boa tarde.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.



9. **Maria de Fátima Siqueira** disse:

[21 de outubro de 2012 às 18:54](#)

Valorização das Regionais perde o FOCO? a AND 2012 poderia realizar um grande feito se, ao contrário dessa proposta de revitalização das regionais (como está no rodapé da primeira página) maqueada ou travestida de valorização das regionais, através de um estudo dos filiados do SINAL representantes dos funcionários do BC o sistema financeiro cidadão fosse o núcleo de discussão, pois, disso deriva o caro Projeto 192, de AND anterior. É uma pena, no meu modo de ver, um retrocesso, deixar passar essa rara oportunidade de plantar-se a semente da demanda pela presença do Banco Central em todo o território nacional, com vistas a atender as demais regiões desassistidas da regulação do sistema financeiro.

○  **José Manoel Rocha Bernardo** disse:

[26 de outubro de 2012 às 8:10](#)

Cara Fátima,

Não posso deixar de concordar que a semente da demanda pela presença do Banco Central em todo o Brasil deve ser plantada também nesta AND. No entanto, acredito que o assunto esteja bem agasalhado no tema Valorização das Regionais. É no desmonte das regionais hoje existentes que podemos testemunhar o desinteresse do Banco Central pela aproximação com o cidadão usuário dos serviços financeiros. E o Sinal, ao defender o Sistema Financeiro Cidadão, quer exatamente essa aproximação. Exigir que Sistema Financeiro atenda o cidadão de forma digna e equilibrada em todo o território nacional exige um Banco Central presente e forte. Não se trata de colocar regionais apenas para atender este ou aquele chefe político local, como ocorreu no passado, mas de realmente marcar presença, promover o desenvolvimento e fiscalizar o atendimento dos interesses da coletividade.

Vamos com fé que podemos fazer muito nessa AND.

Grande Abraço

José Manoel

10.  **Roberto Rossi Steffens** disse:

[24 de outubro de 2012 às 9:15](#)

1 – Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

Sim. Na função de coordenador da área de suporte e cálculos da Procuradoria-Regional no RS, sinto que meu potencial como administrador vem sendo aproveitado.

2 – Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

Sim, no sentido de que venho conseguindo me desenvolver juntamente com a equipe, de modo não apenas a acompanhar as diversas mudanças relativas ao trabalho como também propor frequentemente inovações, várias das quais são implementadas.

3 – Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

Em nosso setor eventualmente somos demandados a participar da formulação de alguns processos de trabalho, mas temos a possibilidade também de apresentar propostas. Entretanto, como a pergunta diz respeito ao BCB, estou a par de relatos de colegas que gostariam de ter mais oportunidades de participação neste sentido.

 **José Vieira Leite** disse:

[25 de outubro de 2012 às 10:20](#)

Prezado Roberto,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

11.  **Patricia Alvim** disse:

[3 de novembro de 2012 às 14:51](#)

4 – Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

Penso que não – penso que o BCB poderia estar em mais cidades. Em todas as capitais do país, por exemplo.

5 – Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

Sim. Está-se levando todos os cargos de direção e áreas relacionadas à atividade-fim do BCB para BSB.

6 – Se sim, por favor indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

Dever-se-ia distribuir as chefias de unidade nas diversas regionais do país. O Desup, por exemplo, deveria ficar em SP, onde se encontram a maior parte dos bancos. O Desuc deveria ficar na cidade ou em cidade do estado em que há mais cooperativas (BH, PoA?). Além do mais, hoje em dia, com o trabalho podendo ser feito cada vez mais de forma remota (telefone, internet), o trabalho pode ser feito de qualquer lugar, com a vantagem que a melhor distribuição ofereceria, aos olhos dos servidores das regionais, maior sentimento de possibilidade de construção de carreira.

6-1-8 - O papel das regionais sob o foco da estrutura decisória do BC

OUTUBRO 10, 2012 SUPORTE [COMENTE AQUI](#)

Ao valorizar as regionais, o Banco Central do Brasil deixa de ser um

agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, passando a ser, de modo mais amplo, um agente a serviço dos interesses do Estado.

Não parece ser objeto de dúvida que a forma como decisões são tomadas em uma organização social está fortemente vinculada aos objetivos dessa organização. Idealmente, a construção das relações funcionais nesse tipo de organização refletir-se-ia nesses objetivos. Contudo, como bem sabemos da experiência, não há modelos que abarquem todos os diferentes tipos de instituições, com suas especificidades e objetivos distintos. Ademais, a natureza das relações pessoais em qualquer organização social é bem mais complexa do que as que se enquadrariam em meros conjuntos de caixas de um organograma. Assim sendo, na prática, as relações institucionais construídas podem estar mais próximas ou não do funcionalmente ideal para o bom cumprimento das tarefas que visem aos objetivos últimos, ou metas, de uma organização.

Um ponto que não pode passar despercebido nessa análise é o de que essas relações institucionais têm embutidas entre suas dimensões não apenas a de uma lógica instrumental, que viabiliza de modo sistemático a execução de tarefas, mas têm também, e principalmente, uma dimensão associada ao nível e densidade das decisões tomadas. Poder-se-ia construir aqui uma tipologia de diferentes estruturas decisórias em função de uma maior ou menor dispersão do controle e alcance de uma decisão. Em outros termos, aponta-se aqui a possibilidade de análise da efetividade de uma estrutura decisória em uma organização em relação aos seus objetivos. Essa não é, contudo, a nossa intenção neste trabalho.

Sob essa luz, o caso concreto de que trata este texto é o da estrutura organizacional do BC, não apenas relacionado à distribuição geográfica das suas atribuições, mas também na forma hierárquica e de alcance das decisões. Essa qualificação é importante porque mesmo se não houvesse uma distribuição das atividades do BC em suas diferentes regionais, a estrutura decisória poderia ser de tal forma concentrada na unidade sede, que seria como se houvesse diferentes satélites no mesmo espaço geográfico. Veremos mais adiante que isso ocorre de fato.

No quadro atual, o que se observa é uma concentração de atribuições decisórias na sede. Visto de uma regional, a sede concentra, além das diretorias, um comando centralizado de quase todos os departamentos do BC. Não há autonomia decisória nas regionais dos departamentos. Embora se possam imaginar situações em que as chefias locais tenham que realizar algum tipo de planejamento próprio de suas atividades, as orientações e decisões últimas e mais fundamentais cabem ao centro decisório.

O quadro não seria tão extremo em termos de concentração se ao menos os departamentos dispusessem de autonomia na formulação de diretrizes e estratégias de ação. O que se verifica é que em áreas mais centrais na atuação do BC, o quadro técnico especializado tem participação mais reativa a orientações que partem da diretoria. Assim, poder-se-ia dizer que haveria também necessidade de se repensar essas relações sob a ótica da sede.

Ou seja, parece que ao se tocar na ferida das relações sede-regionais, toca-se, de fato, nas relações de poder em uma instituição como o BC, responsável pela precificação de macro variáveis como a taxa de juros e a taxa de câmbio, fundamentais na tomada de decisão dos agentes econômicos. Essas decisões, se mal formuladas e/ou executadas, podem trazer graves distorções ao funcionamento do mercado financeiro, fazendo eventualmente com que, na soma, a sociedade não se beneficie de modo mais pleno dos esforços de seus cidadãos.

A quase tradição de se indicarem representantes do mercado financeiro para diretorias do BC, ao menos as principais, embora não necessariamente represente um desvio das atribuições de natureza pública, fragiliza a instituição, uma vez que o processo decisório não gera orientações de política ou de atuação construídos de modo mais pulverizado em toda a instituição. Não caberia aqui detalhar a qualidade técnica do quadro funcional do BC, mas é claro que a instituição em muito ganharia se a responsabilização das decisões ocorresse de modo mais abrangente, não apenas regionalmente, mas na própria sede. Adicionalmente, esse novo perfil de atuação faria com que a sociedade percebesse o BC como uma instituição mais orgânica, onde os servidores atuam de modo mais efetivo na busca dos objetivos da instituição. As consequências em termos de valorização profissional soam como inquestionáveis.

Embora não se tenha aqui conhecimento de causa do que ocorre em outras instituições governamentais consideradas carreiras de Estado, toma-se conhecimento de algumas atitudes e ações de órgãos como a Receita Federal e a Polícia Federal em que seus agentes parecem ter maior autonomia para agir e decidir, independentemente de uma autorização prévia da sua administração central. A impressão que se passa é a de que esses órgãos são, indubitavelmente, agentes de Estado, uma vez que sua atuação é fortemente baseada na ação de seu quadro funcional, e não do topo de seu quadro organizacional.

Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que, ao valorizar as regionais, o Banco Central do Brasil deixa de ser um agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, passando a ser, de modo mais amplo, um agente a serviço dos interesses do Estado. Pensar na forma como as decisões são construídas e tomadas, não apenas nas regionais, mas também na sede, poderia abrir um espaço para uma efetiva mudança no relacionamento funcional. Ao perceber que seu

trabalho é parte de um todo, e que ele afeta de algum modo a atuação da instituição, o servidor passa a ter acesso a uma realização profissional em sentido mais amplo. E é esse o sentido primordial, quando se pensa em qualidade de vida no trabalho.
GT Revitalização das Regionais do Grupo QVT-Sinal-RJ.

Rio de Janeiro (RJ), outubro de 2012.

Tema: [Valorização das regionais](#)

6-1-9 – Texto de abertura

OUTUBRO 02, 2012 SUPORTE [19 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ colega,

Bem-vindo!

Você está convidado a participar de uma troca de ideias – densa, democrática, participativa – , que tem, como seu principal objetivo, produzir propostas objetivas a ser submetidas à apreciação da XXV Assembléia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal, propostas essas que, se aprovadas, irão se transformar no parâmetro da atuação, nos próximos dois anos, de nosso Sindicato.

Não é pouco, não é mesmo?

Assim sendo, chamamos você a se manifestar, com sugestões, críticas etc., sobre o tema Valorização das Regionais.

Neste tema incorpora-se também, na presente AND, a discussão – absolutamente indispensável! – das seguintes questões:

1 – PASBC, aí incluídos os rumos (rumos?) atualmente definidos em torno de nosso Programa de Saúde, item essencial de nossa relação de trabalho com o BCB.

2 – Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal, com prevalência da proposta do Sinal de efetivo estabelecimento de um Sistema Financeiro Nacional Cidadão.

Encaminhamos, a seguir, o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, na intenção do oferecimento de algumas propostas iniciais de debate.

Contando com sua indispensável participação (sob pena do irrecuperável apequenamento do mais relevante processo decisório de nosso Sindicato, a AND) e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

19 Comentários para *Texto de abertura*

1.



[José Manoel Rocha Bernardo](#) disse:

[5 de outubro de 2012 às 17:48](#)

Colegas,

Conforme pode ser visto no Texto de Abertura do Blog, o tema Valorização das Regionais incorpora a “Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal, com prevalência da proposta do Sinal de efetivo

estabelecimento de um Sistema Financeiro Nacional Cidadão.”

Alguns podem pensar: o que tem a ver a regulamentação do Artigo 192 da Constituição com a Valorização das Regionais do Banco Central do Brasil?

A resposta é muito simples: tudo. Por quê?

Primeiro: o Artigo 192 prevê a estruturação do Sistema Financeiro para promover desenvolvimento equilibrado do País. Os que questionam a necessidade de regionais apresentam sempre a mesma razão: se o Sistema Financeiro está concentrado no Sul e Sudeste, por que precisamos de Banco Central no Norte e no Nordeste? Ao se estruturar o Sistema Financeiro de forma equilibrada em todo o Território Nacional, a necessidade de se valorizar as regionais vai ficar inquestionável.

Segundo: o Artigo 192 prevê que o Sistema Financeiro seja estruturado para servir aos interesses da coletividade. Ora, onde está a coletividade? Em Brasília? Não. A coletividade está distribuída por todo o território do País. Fica claro que o projeto de se instalar representações do Banco Central em todas as capitais e municípios mais populosos, patrocinado pelo Sinal, busca aproximar a autoridade monetária da população para que conheça seus interesses e coloque o Sistema Financeiro a seu serviço.

Agora fica a pergunta capital: as instituições que compõem o sistema financeiro vão aceitar pacificamente a transformação do atual sistema financeiro totalmente voltado ao lucro em um Sistema Financeiro Cidadão como previsto no Artigo 192?

É claro que não. Só vão aceitar se isso estiver previsto em lei e existir uma autoridade monetária forte e autônoma para fiscalizar e punir.

Para que o Sinal possa lutar por esses princípios é necessário que a AND conceda ao Conselho Nacional a autorização para negociar tais princípios no Congresso Nacional.

o



José Vieira Leite disse:

[11 de outubro de 2012 às 6:53](#)

Prezado José Manoel,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

2.



Adriane Moraes disse:

[8 de outubro de 2012 às 16:12](#)

Uma forma de encarar a complexidade de problemas que envolvem as regionais é enxergar os seus esfacelamentos. Comissões são retiradas sem uma explicação lógica e de boa prática administrativa. Departamentos centralizam seus

procedimentos em algumas regiões, descaracterizando a razão para permanecerem no faz de conta em outras, no caso das atividades descentralizadas. Siglas e mais siglas para departamentos são criadas e recriadas. Mas a grande questão é: há alguma preocupação com eficiência e eficácia ao se iniciar/executar tais raciocínios/decisões? Aqui, gostaria, por exemplo, de possuir dados estatísticos, envolvendo, digamos, um período de 10 (dez) anos, para visualizar por departamento: quantitativo de pessoal (analistas e técnicos), atividades e comissões, individualizados por sede e regionais. Em consequência, acredito que os números, já que na prática a desorganização da atuação do Banco Central do Brasil como um todo não está recebendo a atenção que demanda, poderiam agregar argumentos para uma mudança URGENTE, incorporando-se tal aspecto na discussão pela Regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal.

As assimetrias de atuação/importância se acentuam constantemente, e a tal centralização de atividades segue rasgando princípios constitucionais e de direito administrativo em prol da gestão de interesses locais. Daí, o risco de se ter marcada uma presença do Banco Central do Brasil como inadequada não se tem como relevante.

A atuação do Sinal em tal questão se torna mais do que necessária, se possível com a criação, por exemplo, de uma diretoria para tal fim: VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS. É uma excelente ideia que surgiu por aqui e que defenderemos.

3.  **José Vieira Leite** disse:

[11 de outubro de 2012 às 6:55](#)

Prezada Adriane,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

4.  **Nildson de Avila Silva** disse:

[20 de outubro de 2012 às 16:59](#)

A regulamentação do Art. 192 é visto como uma panaceia para todos os problemas e o lucro do SFN como o vilão que o impede de tornar-se adequado ao atendimento ao cidadão.

Mas se verificar o mesmo artigo prevê-se que o SFN está “estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade” e caberia às leis complementares detalhar. Para promover o desenvolvimento, cabe lembrar que não é atribuição do SFN definir os investimentos ou as potencialidades de cada região. O SFN é intermediador entre o poupador e o investidor. Quem produz o desenvolvimento é o empreendedor privado ou público no caso das necessidades públicas. O empreendedor é o investidor que utiliza da renda não usada para o consumo (poupança ou tributação) no investimento. Nem sempre

quem possui a poupança é o investidor, daí o papel intermediário do SFN.

O SFN atende ao previsto no Art. 192, (promoção do desenvolvimento equilibrado, servindo, portanto, na sua alçada a coletividade), se for um intermediador eficiente e eficaz. Para isto, deve impor um custo de intermediação baixa, o spread deve ser o mais baixo possível. Neste ponto cabe atuação do Banco Central ao atuar nos fatores que deixam o spread alto. Outro ponto de alto custo está nos contratos. Deve-se diminuir a assimetria da informação entre os agentes do SFN e clientes. Para isto tem que haver justiça e segurança jurídica nos contratos, prevenindo e combatendo fraudes ou abusos nas condições. Este seria outro ponto de atuação do Banco Central na fiscalização regional dos postos do SFN.

Além disto deve sempre promover a competição para que o mercado seja o mais livre possível, garantido lucros de competição no lugar do monopólio. A sua atuação não deve também ser paralelo ou substituto aos dos órgãos de defesa do consumidor, pois aborda de modo diferente destes, cabendo parceria com estes. Na parte que envolve os serviços bancários, as instituições devem atender aos requisitos mínimos (normativos) e na falta desta qualidade mínima, o BC deve colaborar com os órgãos de defesa do consumidor no atendimento destas demandas. O BC atuaria na estabilidade e eliminação de fraudes, aqueles órgãos atuariam nos contratos não atendidos no item serviços bancários para o cliente.

Outro ponto de atuação está nos fatores que inviabilizam os postos de atendimento em locais de baixa poupança e isolados, nicho adequado para as cooperativas de crédito. Cabe ao BC o desenvolvimento dos normativos e fiscalização no segmento cooperativo no sentido de torna-lo mais competitivo, competente, seguro e sólido.

Portanto, basta definir as atuações adequadas para o BC atuar no sentido de tornar o SFN um intermediador eficiente para que a valorização das regionais apareça automaticamente no item fiscalização, não precisando atribuir ao SFN responsabilidades fora da sua alçada.

○



José Vieira Leite disse:

[23 de outubro de 2012 às 17:41](#)

Prezado Nildson,

Boa noite.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

5.



Nildson de Avila Silva disse:

[22 de outubro de 2012 às 13:05](#)

Para o Pasbc citado, identificam-se dois problemas: financeiro e do modelo em si.

O financeiro repousa em três fatores principais:

- estabilização da parcela de contribuição do Bacen;
- aumento da faixa etária dos usuários, trazendo custos;
- aumento do custo dos procedimentos médicos em função do avanço da tecnologia médica.

Da parcela de contribuição do Bacen, cabe verificar a possibilidade de aumento orçamentário para o plano.

Quanto ao modelo do plano, a saúde preventiva não está inserida. Comprova-se que a prevenção custa menos a longo prazo tanto em termos financeiros quanto na qualidade de vida. No entanto a cultura do curto prazo não permite que se avalie o retorno em termos do sacrifício atual por parte do usuário (dietas, exercícios físicos, ações preventivas etc).

Dados estatísticos do exame periódico na data base de Abril/2010, (retiradas as regionais de Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte por terem seus indicadores afetados por problemas com a contratação de serviços), refletem as falhas na saúde preventiva.

Em primeiro lugar, a adesão mostra-se mais alta em regionais em torno de 160 pessoas (participação acima de 75% em três regionais, exceto uma abaixo de 50%), e é próximo de 50% para regionais acima de 700 pessoas.

Das pessoas avaliadas: 49,98% apresentaram um fator de risco; 24,86% apresentaram dois; 10,02% três e 4,42% quatro ou acima. Dos fatores de risco, demonstrou-se a presença de: sedentarismo (57% – tendência de queda em 5 anos); dislipidemia (22% – tendência de queda); hipertensão arterial (22% – tendência de queda); estresse elevado (17% – pequena alta); tabagismo (10% – tendência de estabilização), etilismo (9% – queda significativa); obesidade (7%) e diabetes melitus (4%).

As ações em andamento incluíam combate ao tabagismo (Programa Fôlego Novo) e de controle da hipertensão arterial (Ambulatório de Curitiba). Constavam como desafio na pesquisa as ações de combate ao sedentarismo; consumo abusivo de alcoólicos; controle do diabetes; da dislipidemia e da obesidade e combate ao estresse elevado.

Propostas ? No próximo comentário.

○  **José Vieira Leite** disse:

[23 de outubro de 2012 às 17:45](#)

Prezado Nildson,

Boa noite.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

6.  **Nildson de Avila Silva** disse:

[22 de outubro de 2012 às 13:14](#)

Propostas para a Saúde, do último comentário.

PASBC:

Para o Plano, incluir a medicina preventiva, o modelo poderia adotar a mesma idéia dos seguros saúde. A contribuição seria em função do risco que o usuário se submete avaliado em indicadores dos exames periódicos.

Os exames poderiam ser determinados em função da idade. Se o usuário adota medidas propostas para diminuir os indicadores, teria sua contribuição reduzida em função do risco menor.

No campo institucional:

Para combater os diversos fatores de risco relacionados com trabalho (estresse e sedentarismo) bastaria menos de uma hora por dia de atividade física em três vezes por semana. Isto compensaria em custos futuros inclusive em faltas no trabalho.

Uma medida que ajuda seria aperfeiçoar a infra-estrutura para ginástica laboral nas regionais, com criação de sala especializada ou a manutenção de salas com aparelhos (esteira ou bicicletas ergométricas), com horários estabelecidos de funcionamento, ficha cadastral, para uso dos usuários em período de 15 a 20 minutos. Dependendo da regional, se por falta de salas no prédio, a academia poderia ser criada em estabelecimento perto ou mediante convênio com academias privadas.

Para combater o estresse, poderiam criar salões de jogos, área de lazer ou sala de repouso, para utilização entre 12 e 14 horas e, dependendo da preferência local, com exibição de filmes. Na regional de Curitiba, por exemplo, é viável a criação da Sala de Xadrez anexo à biblioteca.

Outro investimento relacionado a saúde estaria na Asbac regional. As salas para recreação no Bacen poderiam ser do clube. Quanto a infra-estrutura regional do próprio clube, o Bacen poderia investir nas salas para eventos que poderiam ser utilizadas pela própria instituição em forma de convênio, como no caso da Unibacen em BSB, onde a infraestrutura dentro da ASBAC serve aos propósitos da instituição.

Na alimentação, as empresas terceirizadas responsáveis pela manutenção de cantinas deveriam ter nutricionista para acompanhar a qualidade, evitando o abuso nas dietas massificadas como nos processos utilizando fritura.

Medidas simples como estas, se adotadas para estabelecer salas dentro do próprio prédio do Bacen, permitiriam combater os fatores de risco com menos custo em tempo de intervalo para o funcionario, faltas no trabalho futuros por problemas de saúde, gastos em saúde além de melhorar a qualidade de vida e diminuição do estresse, aumentando o rendimento do servidor.

7.



José Vieira Leite disse:

[23 de outubro de 2012 às 5:51](#)

Prezado Nildson,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

8.  **Nildson de Avila Silva** disse:

[25 de outubro de 2012 às 13:37](#)

Uma demanda que aparece em comentários é a falta de creche ou berçário para colegas que tenham filhos menores. Seria uma demanda social que justifica pesquisa junto as regionais no sentido de avaliar quantos necessitam deste serviço, a viabilidade da implantação em estabelecimento sob controle do Banco ou convênio com a iniciativa privada. Seria um item da qualidade de vida na valorização das regionais, uma vez que manter numa creche distante envolve custos de transporte, manutenção, tempo dispendido, etc..

9.  **José Vieira Leite** disse:

[26 de outubro de 2012 às 9:06](#)

Prezado Nildson,

Bom dia.

Agradecemos seu comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

10.  **Ricardo Lopes Pinto** disse:

[30 de outubro de 2012 às 20:44](#)

Só eu estou confuso por aqui?

Torço para que apenas eu esteja tendo tanta dificuldade para localizar propostas nesse site – exceto as propostas do Nidson sobre Pasbc, não consegui localizar propostas concretas sobre mais nada, apenas dezenas de comentários sobre perguntas, de modo que não sei até agora sobre o que se vai deliberar aqui nesse tema.

Apelo para que o relator prepare uma página na qual sejam postadas apenas propostas a serem submetidas a votação, senão receio que não teremos o que deliberar sobre o assunto.

○  **José Vieira Leite** disse:

[31 de outubro de 2012 às 7:31](#)

Prezado Ricardo,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário.

No Relatório a ser submetido à consideração da AND serão apresentadas, uma a uma, as propostas já oferecidas e ainda a ser encaminhadas pelos colegas.

Informamos, ainda, entendendo oportuno, serem os seguintes os prazos, definidos pelo Conselho Nacional do Sinal, para postagem no blog da AND:

1 – Propostas, comentários etc. – Até o dia 05.11.2012.

2 – Relatórios – Até o dia 11.11.2012.

No caso específico do tema Valorização das Regionais, tal Relatório ainda será acrescido de material a ser produzido no Fórum Valorização das Regionais (Isso é QVT!), a ocorrer nos dias 13 e 14.11.2012, em Belém(PA).

Contando com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.



Ricardo Lopes Pinto disse:

[1 de novembro de 2012 às 0:31](#)

José Leite,

Agradeço pelos esclarecimentos.

Contudo, discordo do procedimento de apenas revelar as propostas após o fechamento do blog. Ué, o blog não serve justamente para discutir as propostas? Eu compreendo que deseje trabalhar com essa sistemática de perguntas e respostas, mas acredito que não custaria nada abrir uma página somente de propostas e lá postar as propostas recebidas e as que você criar. Acredito que isso sistematizaria melhor a compreensão das discussões. É apenas uma sugestão – eu particularmente estou confuso no meio de tantos textos.



11. **José Vieira Leite** disse:

[1 de novembro de 2012 às 10:22](#)

Prezado Ricardo,

Bom dia.

Agradecemos sua sugestão.

Tão logo as propostas forem sendo extraídas dos textos que as contêm elas serão publicadas no blog.

Tal publicação deverá ocorrer a partir do dia 06.11.2012, uma vez que, até o dia próximo dia 05, 2a.-feira que vem, estaremos fortemente envolvidos com a realização da atividade ARRUMANDO AS MALAS: DEBATE PREPARATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NA XXV AND DO SINAL, evento no qual se espera a presença de cerca de 50 pessoas, nele sendo discutido o tema Valorização das Regionais, com vistas à produção de propostas para a AND.

Contando com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

12.



Maurício José Anceschi disse:

[1 de novembro de 2012 às 15:32](#)

Propostas:

- 1 – Que, de imediato, sejam deferidos os pedidos de mobilidade funcional, pendentes na transação “PCAP420” do Sisbacen, de modo a viabilizar a transferência para as Gerências Administrativas e/ou Técnicas.
- 2 – Que nos próximos concursos, seja mantido o critério de classificação universal, único para todo o Brasil.
- 3 – Que os primeiros colocados, obedecido o número de vagas estabelecido no concurso, optem por trabalhar na Gerência Administrativa que melhor lhes convier, no limite é claro da capacidade do prédio da respectiva Gerência, ou condições peculiares dos respectivos concursos.
- 4 – Que os serviços a serem executados pelo Banco Central sejam então distribuídos às respectivas Gerências proporcionais aos funcionários que ali se dispuseram a trabalhar.
- 5 – Que esta AND constitua grupo de trabalho composto de se possível um membro de cada Gerência Administrativa e Sede.
- 6- Que esta AND com recursos do SINAL Nacional constitua um fundo para financiar este projeto denominado: Sistema Funcionário Cidadão, fundo este que poderia ser um percentual dos valores gastos no Projeto 192. Que tal 50%?
- 7- Que esse grupo “SFC” tenha a como meta a médio prazo transformar as Gerências Administrativas em Centros de Excelência, assim:
ADREC – Centro de Coordenação em TI.
ADFOR – Centro de Análise e Prevenção de Fraudes Bancárias.

Justificativas:

Banco Central – Centros de Excelência

Introdução

No ano de 1534, Portugal, ainda atraído pelo comércio oriental, restringia ao extrativismo suas ações de exploração do território colonial brasileiro. Entretanto, a ameaça de invasão dos corsários estrangeiros, principalmente franceses, obrigou a Coroa Portuguesa a rever sua política de ocupação na colônia.

Em virtude da extensa faixa litorânea da Nova Colônia, manter uma esquadra de vigia seria extremamente custoso e contra produtor, motivo pelo qual, o rei dom João III dividiu o Brasil em quinze faixas de terra. Cada um desses imensos lotes de terra integraria o sistema de capitanias hereditárias, que transferiu a responsabilidade de ocupar e colonizar o território colonial para terceiros. Nesse sistema, o rei entregava uma capitania a algum membro da corte de sua confiança que, a partir de então, se transformava em capitão donatário. Aquele que recebia o título de capitão donatário não poderia realizar a venda das terras oferecidas, mas tinha o direito de repassá-las aos seus descendentes. Muito embora, essas capitanias, em sua maior parte, não tenham tido êxito econômico, o principal objetivo da Coroa de manter a integridade territorial, foi alcançado.

O Banco Central do Brasil

A lei 4.595, de 31.12.1964, transformou a Sumoc em Banco Central.

O governo da época, além da Sede Brasília, optou pela criação das Delegacias Regionais do Banco Central notadamente: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. O termo Delegacia nada tem a ver com o sentido de poder de polícia, que usualmente se reputa à palavra, mas no seu sentido latino de delegar, repassar poderes e atribuições.

De 1534 a 1964, passados portanto 430 anos, os mesmos motivos que levaram à criação das capitanias hereditárias, grande extensão territorial e dificuldades de comunicação pelas quais passava o Brasil, levaram a criação das Regionais.

Observ.: Para as pessoas mais jovens, afetas aos BlackBerry's e Smartphones (agora com sistema Windows), é difícil de acreditar que há 50 anos atrás, quando chovia na Cidade de São Paulo, entrava água na galeria da fiação e os telefones simplesmente paravam funcionar. Também foge a memória dos mais jovens as propaladas transmissões Via Embratel.

A explosão das comunicações encurtou as distâncias esvanecendo a figura do delegado regional das “Delegacias Regionais” ficando os termos “Gerências Administrativa” : ADBEL – ADBHO – ADCUR – ADFOR – ADPAL – ADREC – ADRJA – ADSPA; e “Gerências Técnicas” .

Hoje na estrutura Bacen o termo Regional aparece unicamente no nome “Gerência Regional de Segurança”, como GSBEL, GSPAL, etc....: vê-se que o termo “regional” foi suprimido até da sigla.

Esse é um fato positivo, pois reforça a unicidade do Banco Central e não da polaridade Sede – Regionais, aliás, alguns serviços específicos, agora são realizados nas “Gerências Administrativas”:

- 1 – Departamento de Operações do Mercado Aberto: Demab/GTRJA
- 2- Departamento do Meio Circulante: Mecir/GTRJA
- 3 – Atendimento a Reclamações: Decic/GTPAL
- 4 – Controle de Entrega de Demonstrativos Financeiros: Desig/GTBHO
- 5 – Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários: Desup/GTSPA

Momento Matrix

Ainda não chegamos e com a graça de Deus nunca chegaremos a um ambiente Matrix, porém ninguém pode negar as mudanças que veem ocorrendo internamente no Banco Central, em decorrência dos avanços devidos a Tecnologia da Informação. Hoje o grande gerente do Banco Central é a Main Frame e seu administrador são os emuladores e seus programas.

Caí também em desuso a tese de que as Gerências Administrativas com maior sede de instituições financeiras tenham o maior número de funcionários, um vez que 90% dos serviços ali executados são realizados internamente, e poderiam estar sendo realizados de qualquer ponto do País.

Assim, muito embora não estarmos em um Momento Matrix, é inquestionável o fato de que o espaço físico no Banco Central, a cada dia perde sua relevância.

Sistema Funcionário Cidadão.

Sendo, a priori, é claro que dentro das devidas proporções, que o espaço não é mais critério relevante para a execução das tarefas do Banco Central, onde é que a Instituição deveria agregar um maior número de serviços e funcionários?

A resposta clássica seria: Na cidade com o menor custo de vida.

É uma boa resposta; porém com o tão propalado Sistema Financeiro Cidadão, é bom que não nos esqueçamos do Sistema Funcionário Cidadão; onde um cidadão residente em Belém, muito bem classificado na ordem geral do concurso de ingresso ao Banco Central, para tomar posse foi obrigado a deixar sua família, viajando 4 mil quilômetros para trabalhar em São Paulo, fazendo um serviço que em certos casos faria em sua própria casa.

13.



Fábio Teixeira disse:

[1 de novembro de 2012 às 17:23](#)

Sobre o tema PASBC, invoco algumas questões (propostas) para uma abordagem curativa para o programa. Essas propostas são provenientes de conversa mantida com a colega Laura, aqui de Belém, cabendo a mim mais uma organização textual:

1) Grupos regionais para análise das doenças mais comuns em cada cidade, a fim de:

- a. Permitir a atuação regional sobre fatores de risco;
- b. Definir conjunto de exames preventivos (além do PCMSO) que seria inteiramente bancado pelo PASBC de forma a estimular a sua realização pelos interessados;
- c. Incentivar a participação não apenas de associados ao PASBC, mas do potencial de associados presente no Banco;

2) Revisão geral do regulamento do PASBC de forma a torná-lo mais voltado à prevenção, além de depurar as diversas emendas realizadas ao longo do tempo.

14.



Nildson de Avila Silva disse:

[4 de novembro de 2012 às 8:40](#)

Tema: debate sobre o PASBC privado.

Uma alternativa para o longo prazo para o plano de saúde seria privatiza-lo.

O Banco Central está na contingencia de limitação de RH, para a gestão do plano precisa-se de RH de alto custo.

Por outro lado, faltam profissionais da área de saúde para a fiscalização eficaz do plano, RH que seria mais facilmente contratado se o plano fosse privado.

Podia-se pensar na incorporação do plano na Centrus, alterando sua razão social. Ele seria dirigido por um comitê com participação obrigatória do Bacen e dos beneficiados. Para os CLTistas interessaria mais um plano de saúde sólido mantido por uma instituição bem financeiramente como a Centrus, do que manter um fundo que será revertido para o Governo no final e tendo um plano com contingências orçamentárias como o Pasbc.

A Centrus teria a obrigação de manter o Plano, que poderia ser do modelo de seguradora de saúde, contrataria o número de funcionários capacitados necessários para fiscalizá-lo, teria maior liberdade de mudanças, dadas as limitações de objetivo, e teria como lastro para garantir o próprio fundo.

O Bacen por sua vez teria a obrigação de repassar valores e fiscalizar o plano via comitê de gestão, disponibilizando também salas nas sedes para o atendimento dos beneficiados. Podendo disponibilizar o RH para as outras áreas carentes em RH.

6-1-10 - NÃO É BEM ASSIM, PRESIDENTE TOMBINI... – Início do processo de debate do tema

SETEMBRO 06, 2012 QVT SINAL [18 COMENTÁRIOS](#)

Prezad@ colega,

Bom dia!

Inicia-se o processo de debate da questão Valorização das Regionais, tema central da XXV Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal.

Inaugurando tal processo, está sendo aqui publicado o texto *Não é Bem Assim, Presidente Tombini...*, para o qual pedimos a gentileza de sua atenta leitura.

No aguardo de suas manifestações (e isso quanto ao oferecimento de sugestões, críticas etc., tanto a respeito do que hoje encontra-se predominantemente estabelecido no Banco Central do Brasil a propósito dos papéis a serem desempenhados pela Sede e pelas Regionais, quanto acerca de alternativas de qualquer natureza a tal modelo de estruturação),

Com nossas saudações sindicais,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

NÃO É BEM ASSIM,

PRESIDENTE TOMBINI ...

Queremos um modelo de BCB que,
a exemplo de diversos outros
destacados bancos centrais mundo afora,
apresente extensa e intensa presença
em todo o território nacional,
respeitando e incorporando em sua ação
a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras,
identidades culturais e realidades sociais do Brasil.

Num momento em que os servidores do Banco Central do Brasil estamos todos mobilizados com os últimos acontecimentos relativos à Campanha Salarial, a entrevista do presidente do Banco Central do Brasil (BCB), Alexandre Tombini, publicada na [edição número 36](#) da revista Por Sinal, nos dá a oportunidade de abordar o tema da valorização da nossa carreira pelo viés da valorização do nosso trabalho, especialmente daqueles localizados em setores regionalizados.

Ela aborda *en passant* o tema o tema do esvaziamento das representações regionais do BCB, estabelecendo, portanto, de algum modo, relação com os três eixos de trabalho propostos pelo GT Revitalização das Regionais do Grupo QVT Sinal-RJ, a saber: (1) EVIDÊNCIAS DO PROCESSO DE DESMONTE DAS REGIONAIS, (2) MAPEAMENTO DO MODELO ATUAL DE REGIONALIZAÇÃO, e (3) IDENTIFICAÇÃO DE POSSIBILIDADES DE REVITALIZAÇÃO DAS REGIONAIS.

Assim sendo, agradecemos ao Presidente Tombini a oportunidade de, a partir de algumas de suas afirmações, podermos assumir a responsabilidade de prestar alguns esclarecimentos à maior autoridade de nossa instituição.

1 – Não é bem assim, Presidente Tombini... Não é, a nosso ver, correta, a afirmação "... não estamos adotando qualquer política de centralização de atividades em Brasília", diante das inúmeras decisões neste sentido adotadas pela Administração Central do BCB nos últimos anos. Se não se trata de uma política deliberada, é imprescindível a criação de um espaço voltado para o debate, com transparência, do tema, pois um assunto dessa relevância não deve ser deixado à mercê das marés.

Exemplos de "centralização de atividades" não faltam, mas não convém aqui elencá-los, pois correríamos o risco de reduzir a discussão aos critérios administrativos (ou a falta deles) que conduziram a tais decisões. Ademais, correríamos o risco ainda maior de sermos tão somente ociosos, uma vez que qualquer consulta, formal ou informal, que se faça hoje aos servidores do Banco irá indicar a quase absoluta percepção dos servidores do Banco a respeito da existência, sim, de processo, em curso acelerado, de centralização de atividades (de servidores, de funções comissionadas, de exercício concreto de poder,

enfim) em Brasília.

Ao invés disso, melhor convém aproveitarmos o espaço para trazer uma dimensão que julgamos mais substantiva sobre o assunto, que pode ser resumida na seguinte pergunta: que tipo de presença o Banco Central do Brasil quer ter no território nacional? Ressaltamos o verbo “querer”, aqui utilizado como expressão de uma vontade política a ser estabelecida a partir de um debate aberto, que contemple a participação ativa do maior conjunto possível (em quantidade e qualidade) de sujeitos sociais, pautado pela busca de caminhos que melhor atendam aos anseios da sociedade brasileira naquilo que se refere aos serviços prestados pela instituição.

A pergunta proposta comporta uma série de outras, sobre as quais a instituição precisa refletir com urgência. É a partir desta reflexão que o futuro das representações regionais, e da instituição como um todo, deverá ser traçado. Não podemos deixar que a questão seja reduzida à dimensão meramente administrativa (ainda que esta seja também importante no sentido de se obter os melhores resultados possíveis com os recursos disponíveis).

Portanto, quanto à questão da “centralização das atividades”, ressaltamos a necessidade de se reposicionar o tema, situando-o em uma perspectiva que lance luz sobre a dimensão política que lhe é inerente: a forma da presença do Banco Central do Brasil no território nacional.

2 – Não é bem assim, Presidente Tombini...

Se é verdade que “... não há qualquer diretriz ou determinação para que as regionais sejam esvaziadas”, é indispensável que os responsáveis pela Administração Central do BCB definam diretrizes ou determinações quanto ao assunto, pois a instituição está tomando um rumo à sua revelia.

O que se vê, na prática, é a aplicação de uma política de deixar as regionais morrer à míngua, como quando não se tem mais nenhuma esperança em relação à possibilidade de cura e se abandona o doente à sua própria sorte.

O desmonte das regionais tem sido, a nosso ver, um lema da Administração Central do Banco, desde a reestruturação administrativa ocorrida em 1999.

Os resultados concretos da adoção desse lema têm sido, entre outros:
A) Crescente des-qualificação do trabalho realizado nas regionais (em decorrência, principalmente, da crescente transferência, para Brasília, do poder decisório, para dizer o mínimo, sobre os mais diversos – até mesmo comezinhos – atos administrativos), em radical des-consideração do preceito Pensar globalmente, agir localmente (uma quase unanimidade contemporânea no que diz respeito às mais adequadas formas de gestão do trabalho adotadas por organizações que se pretendam de vanguarda), esclarecido, obrigatoriamente, que tal preceito, muito ao contrário dos que vêm nele o elogio da ideia “Sede concebe, Regional executa” (entendimento esse amplamente dominante,

na atualidade, em nossa instituição), diz respeito, essencialmente, à proposição “Todos concebemos, todos executamos, global-localmente”, independentemente de inserção funcional na Sede ou em Regionais.

B) Em decorrência direta do item 1, acima, crescente des-qualificação do servidor lotado em regional, que, ao ter crescentemente apequenada a relevância de seu trabalho, tem também crescentemente apequenado, para a Comunidade BCB como um todo e, muito para além disso, para si próprio, o reconhecimento em relação a seu papel social-individual na organização. Expressiva demonstração de tal des-qualificação é a frase, proferida por colega encarregado de “receptionar” aprovados em recente concurso, no momento mesmo de seus primeiros contatos com o BCB: “Se você quiser fazer carreira no Banco, esteja em Brasília”.

C) Em decorrência direta dos itens 1 e 2, acima, crescente des-motivação do servidor lotado em regional, que, pressionado pela des-qualificação de seu trabalho e de si mesmo, pela intensificação de seu trabalho (derivada da reposição crescentemente insuficiente de pessoal), pela falta de perspectiva de ascensão funcional (derivada da transferência crescente de funções comissionadas para Brasília) – tudo isso ocorrendo em uma ambiência de expressiva perda salarial e submissão a uma cadeia de comando autoritária, não dialogal, insensível às legítimas demandas profissionais-pessoais de seus comandados -, muitas das vezes produz servidores des-motivados, alheios à mística do orgulho de trabalhar no BCB, apenas no aguardo do fim do expediente, do término de sua vida funcional. Em uma tal circunstância, inevitável se torna constatar a cada vez mais alarmantemente baixa Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores de regionais.

3 – Não é bem assim, Presidente Tombini...

Se existe qualquer orientação no sentido de se “... buscar maior integração das ações da sede e regionais, de forma a melhor otimizar os recursos disponíveis”, alguém precisa informar a Comunidade BCB sobre ela. É bem verdade que há Unidades cujos servidores parecem estar preocupados com o tema, tentando obter os melhores resultados possíveis diante de um quadro lamentável de desmobilização de recursos nas regionais. Mas essa, por certo, não é a regra.

Para que se torne possível a superação de tal quadro de desmobilização de recursos, é fundamental que o Banco adote práticas que não só permitam mas também incentivem a mais ativa participação dos servidores das regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação.

E isso porque é pacificamente aceito, entre especialistas contemporâneos em gestão do trabalho, o entendimento de que é mais que relevante a existência, nas organizações, de espaço para a mais ampla aplicação da criatividade – elemento constituinte essencial de todo e qualquer ser humano – ao processo de trabalho.

Certamente há hoje nas regionais inúmeros servidores qualificados para o desempenho de tarefas atualmente centralizadas em Brasília, o que

gera a supressão, para esses servidores, da isonomia em trabalho relativamente aos servidores da sede. Pois, como já o disse o poeta, “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”.

Não basta que os salários pagos, na sede e nas regionais, sejam iguais. Muito para além disso, é indispensável que todas as demais dimensões existentes no mundo do trabalho também o sejam.

Só assim será possível falar de busca de maior integração das ações da sede e das regionais, de forma a melhor otimizar os recursos disponíveis.

4 – Retomando, então, com vistas à conclusão deste artigo, a principal questão aqui colocada – Que tipo de presença o Banco Central do Brasil quer ter no território nacional? –, lembramos que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca do assunto (contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão), que poderiam ser utilizadas no contexto de um amplo e denso debate, intra e extra-muros do Banco, com vistas à obtenção da mais adequada resposta à pergunta em foco.

Queremos um modelo de Banco com dificuldades para o melhor cumprimento de seu relevante papel social, sujeito a “Riscos de RH”, podendo, em última análise, até mesmo vir a se tornar refém de instituições a quem cabe normalizar, fiscalizar, orientar? Ou queremos um modelo de BCB que conte com ajustado quadro de servidores, adequadamente ressuprido, em permanente processo de desenvolvimento profissional-social-pessoal, justamente remunerado, dispendo de elevada Qualidade de Vida no Trabalho, com atuação na totalidade de nosso país?

Queremos um modelo de Banco que apenas torne disponível a alternativa de um 0800 para seu contato com o público? Ou queremos um modelo de BCB que ofereça atendimento presencial, pessoal, personalizado às cidadãs e cidadãos que procuram nossa instituição em busca de informações, protocolando reclamações, ansiando por justiça em suas muito desiguais relações com o Sistema Financeiro Nacional?

Queremos um modelo de Banco que, tal qual propunha um ex-presidente do BCB, após ser efetuada a minimalização de sua missão institucional, poderia vir a ser “tocado por oitocentos servidores”? Ou queremos um modelo de BCB que, a exemplo de diversos outros destacados bancos centrais mundo afora, apresente extensa e intensa presença em todo o território nacional, respeitando e incorporando em sua ação a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil?

**Presidente Tombini:
Que tipo de presença o Sr. julga que o Banco
Central do Brasil deve ter no território nacional?**

GT Revitalização das Regionais do Grupo QVT-Sinal-RJ.
Rio de Janeiro(RJ), outubro de 2012.

Este texto também estará disponível no Apito Brasil QVT e no Apito Carioca QVT, devendo ainda fazer parte de próximo número da Revista Por Sinal.

Tema: [Valorização das regionais](#)

18 Comentários para *NÃO É BEM ASSIM, PRESIDENTE TOMBINI...* – Início do processo de debate do tema

1.  **Fabio Faiad** disse:

[11 de outubro de 2012 às 11:09](#)

Pessoal, bom dia. Gostei muito deste texto. Acho que o tema Valorização das Regionais é muito importante, e por isso decidi me dedicar mais a ele enquanto delegado eleito para a AND 2012. Embora várias medidas podem (e devem) ser adotadas, acho que uma coisa muito importante a ser feita é convencer os colegas das Regionais a agirem de forma direta, em seus próprios setores, cobrando mudanças e iniciativas locais.

Aqui no Deorf/MG, local onde trabalho, insistimos bastante, por exemplo, na questão da ausência de treinamento. Após termos pressionado muito nossas chefias em Brasília, hoje conseguimos algum espaço para iniciativas locais e para cursos da Unibacen a serem ministrados em BH. Ou seja, não dá para assumirmos uma postura passiva. Temos que nos unir, localmente, para poder pressionar nacionalmente.

Por fim, gostaria de deixar uma proposta concreta para a coordenação deste blog. Hoje, com as inúmeras possibilidades que nos são oferecidas pela tecnologia (internet, blogs, e-mails, “nuvens” etc.), temos todas as condições para definir uma meta de descentralização e propô-la à Plenária da AND 2012 e, se aprovada, levá-la à diretoria do BC: até 2016, tentarmos que cada uma das nossas 9 regionais seja sede de pelo menos um Departamento do Banco Central do Brasil. O que vocês acham?

Abs, Fabio Faiad.

2.  **José Vieira Leite** disse:

[15 de outubro de 2012 às 11:35](#)

Prezado Fabio,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

3.



José Vieira Leite disse:

[18 de outubro de 2012 às 9:11](#)

O colega Adalberto Luiz da Silva autorizou a publicação do seguinte Comentário sobre o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, por ele lido no Apito Brasil QVT:

“Impecável o texto”.

Agradecendo seu Comentário e contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

4.



José Vieira Leite disse:

[18 de outubro de 2012 às 9:16](#)

O colega Jayme de Lima Junior autorizou a publicação do seguinte Comentário sobre o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, por ele lido no Apito Brasil QVT:

“Em primeiro lugar, achei a abordagem do tema excelente. Vem de acordo com a situação atual em que o BC se encontra, ou seja, cada vez mais tendendo à passividade. Na minha opinião, indicaria e discutiria os serviços que foram descentralizados, extintos, bem como aqueles que sofreram reduções de trabalhos/atividades. Da forma que o processo caminha, em breve as regionais estarão extintas. Dessa forma, nos próximos concursos, abram vagas somente para Brasília”.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

5.



Nildson de Avila Silva disse:

[22 de outubro de 2012 às 13:40](#)

Tenho uma crítica contra este parágrafo:

“Queremos um modelo de Banco que apenas torne disponível a alternativa de um 0800 para seu contato com o público?”

“Ou queremos um modelo de BCB que ofereça atendimento presencial, pessoal, personalizado às cidadãs e cidadãos que procuram nossa instituição em busca de informações, protocolando reclamações, ansiando por justiça em suas muito desiguais relações com o Sistema Financeiro Nacional?”

Responderia que nem uma nem outra.

Vejo que questões sobre consumo de serviços bancários cabe ao PROCON por alçada. Agora questão de fiscalização do sistema bancário sobre estabilidade, fraudes em contratos, governança, atendimento de normas, etc isto sim caberia ao Bacen. Sem descartar a possibilidade de parceria entre Bacen e Procon.

O que vejo no atendimento é solicitação de boleto e outras coisas que caberia aos bancos privados efetuarem. E se estes não o fazem, PROCON neles. Cadê a ouvidoria dos bancos?

O que “queremos” (na verdade o sujeito seria o que a nação quer, uma vez que o SFN serve a nação), é que cada órgão funcione dentro da sua alçada. A mão de obra altamente especializada do Bacen deve estar concentrada na fiscalização sistêmica do SFN. O cidadão que é consumidor, deve ter seus direitos garantidos pelos PROCONs, agora o cidadão como investidor, depositante, etc, deve ter seus direitos garantidos pelo Bacen.

6.



José Vieira Leite disse:

[23 de outubro de 2012 às 5:56](#)

Prezado Nildson,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

7.



José Vieira Leite disse:

[23 de outubro de 2012 às 7:08](#)

O colega Genildo Machado Lira autorizou a publicação do seguinte Comentário sobre o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, por ele lido no Apito Brasil QVT:

“Não é bem assim,Presidente...” Ao ler esse editorial me lembro que ao tomar posse em BSB, nos idos de 1973, as regionais tinham força, fiscalizavam de fato “in loco” as instituições bancárias regionais ou com filiais regionais, mas delegados falavam com diretores “ombro a ombro”, exemplo de Olavo Melo em Recife, falava do que tinha

conhecimento e experiência na fiscalização bancária, área fim do BC, mas isto incomodava a muita gente que queria mais autonomia para influenciar diretores do BC em decisões que fossem favoráveis aos banqueiros. Havia orgulho do exercício da autoridade monetária tanto nas regionais quanto na Sede. É uma pena que a briga de poder tenha subliminarmente influenciado o desmonte das regionais e de muitas vidas de servidores orgulhosos de sua honestidade e de pertencerem aos quadros do BC, elite do poder executivo”.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

8.  **José Vieira Leite** disse:

[23 de outubro de 2012 às 8:13](#)

O colega Têlio Barroso de Souza autorizou a publicação do seguinte Comentário sobre o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, por ele lido no Apito Brasil QVT:

“A meu ver, o BACEN deveria estar presente em todas as Capitais deste vasto País e não apenas em dez delas, para, aí sim, melhor atender ao cidadão brasileiro que paga impostos e merece ser muito bem atendido, more aonde morar”.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

9.  **Pablo Saavedra** disse:

[25 de outubro de 2012 às 18:33](#)

Propor um calendário à Diretoria, que o Diretor de Administração se reúna em cada regional pelo menos 1 vez em cada semestre.

Com levantamento dos pontos a serem abordados naquela regional. Que os assuntos seja de conhecimento de todos. Não chegado de surpresa e voltando rápido para Brasília

○  **José Vieira Leite** disse:

[26 de outubro de 2012 às 8:23](#)

Prezado Pablo,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

10.  **José Vieira Leite** disse:

[29 de outubro de 2012 às 7:44](#)

A colega Anabel Vilela autorizou a publicação do seguinte Comentário sobre o texto “Não é Bem Assim, Presidente Tombini ...”, por ela lido no Apito Brasil QVT:

“Mesmo estando aposentada desde dezembro/94, e mantendo pouco vínculo com o BC, pude notar ao longo dos anos a TOTAL VERDADE contida neste texto. Nada tenho a acrescentar ou criticar. Só posso parabenizar seu autor e o SINAL. Grande abraço. Anabel”

Agradecendo seu Comentário e contando com a manutenção de sua participação,

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

11.  **Cleide Napoleão** disse:

[30 de outubro de 2012 às 2:54](#)

Após 1 ano e meio afastada das atividades sindicais, retorno às nossas causas e parablenizo os colegas pelo espaço dado à histórica demanda por valorização das regionais que vem crescendo desde um processo de pseudo-modernização instalado de cima para baixo no BC.

Dado estar incluída no grande tema da QV, e não ter outro lugar mais apropriado para incluir a proposta que segue, peço licença aos colegas para aqui defendê-la:

Sabemos ser a QVT parte da QV, que tem natureza abrangente e relacionada diretamente com a defesa do meio ambiente. Este por sua vez, depende das florestas para garantir melhor qualidade do ar que respiramos, menos emissão de CO2, menos aquecimento global, destruição da camada de ozônio, degelo das calotas polares e tantos outros cataclismos climáticos.

É objeto de um sindicato cidadão (não adianta um sindicato não cidadão reivindicar um “BC-cidadão”) a defesa do meio ambiente e da QV da sociedade.

E segregar e eliminar desta sociedade o decrescente segmento indígena, reconhecido nos meios científicos como diretamente responsável pela preservação de nossas florestas e fronteiras, é um tiro no pé, é uma gritante e descabida violência praticada contra a QV em geral, no Brasil e no mundo, e contra os direitos humanos em particular, agora atingindo dramaticamente os índios guarani-caiowa.

Compartilho então as notícias colhidas na internet e de programa recente na TV cultura:

Kaiowá significa “povo da floresta” e inclui o terço maior do que sobrou do povo guarani, que num passado não tão distante ocupava área com 350 mil Km², estando hoje confinados à pequenas áreas degradadas, entre propriedades com gado, cana de açúcar e soja, no Mato Grosso do Sul. É a segunda maior população indígena no Brasil, hoje com 45 mil brasileiros, vivendo na sua maioria espalhada no Mato Grosso do Sul, disputando a terra com o rico agronegócio do estado.

“Os Kaiowa e Guarani falam em morte coletiva no contexto da luta pela terra, ou seja, se a Justiça e os pistoleiros contratados pelos fazendeiros insistirem em tirá-los de suas terras tradicionais, estão dispostos a morrerem todos nela, sem jamais abandoná-las.

Vivos não sairão do chão dos antepassados.” Nem o CIMI nem outras lideranças indígenas se arriscam a negar a possibilidade de que ocorram suicídios. Membro do Conselho da Aty Guasu, grande assembleia do povo Kaiowa e Guarani, o vereador Otoniel Ricardo disse à BBC

Brasil não poder afirmar “que isso não pode acontecer”.

“São eles que decidem. Se mexer (na terra onde estão acampados), pode acontecer. Se não mexer, eles vão continuar vivendo lá porque o território é deles”, diz Ricardo. “O que eles decidiram é que não vão mais sair dali, nem vivos nem mortos. Querem ser enterrados lá mesmo.”

Na sexta-feira passada, a afirmação categórica por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai) de que “não há intenção de suicídio”, em um comunicado, irritou a Aty Guasu. Em sua página no Facebook, lideranças da assembleia disseram que o Órgão havia sido “autoritário” e parecia estar “ignorando o fato conhecido de suicídio epidêmico do povo Guarani e Kaiowa do Mato Grosso do Sul. Uma equipe do Cimi foi enviada para o povoado para falar da repercussão da carta e saber suas reações.

“Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui”, dizem no documento.

A cada 6 dias um jovem guarani-Kaiowá tira a própria vida. É o povo com o maior índice de suicídio no Brasil e no mundo. Relatórios de violência mostram que nos últimos anos o Mato Grosso do Sul vem liderando “o triste Ranking do estado mais assassino de indígenas”.

Foi realizado neste mês de outubro ato em defesa dos Guarani-Kaiowa, organizado por movimentos sociais em Brasília, quando foram enfiadas cinco mil cruzes na Esplanada dos Ministérios.

“Os Guarani-Kaiowa são um povo que está sendo culturalmente e politicamente assassinado, ora pela falta de vontade política do governo, ora por pistoleiros, a mando dos fazendeiros”, considera Flávio Machado, coordenador regional do Conselho Indianista Missionário(CIMI)para o Mato Grosso do Sul

A suspeita de suicídio coletivo dos Kaiowá, anunciada na internet foi desmentida recentemente em programa da TV Cultura, onde a apresentadora disse que os índios não pretendem se suicidar, mas sim “lutar até a morte”.

Foi lá sugerida a apelação ao Tribunal Internacional pedindo investigação no Brasil de ocorrência de crime contra a humanidade, especialmente em relação ao povo indígena guarani-kaiowa.

Proponho que a 25a.AND do SINAL se posicione contra o extermínio dos índios e das florestas do Brasil através de Moção em Defesa dos direitos destes povos à demarcação de suas terras, previsto na Constituição Federal de 1988, em especial os Kaiowa, hoje ameaçados de despejo de suas terras no Mato Grosso do Sul, por força de sentença da justiça federal, contrariando um antigo e lento processo de demarcação que se arrasta há décadas, ainda sem desfecho.

Além da MOÇÃO sugerida, a ser encaminhada à Presidente da República do Brasil, que o SINAL:

a) colha e repasse informações ao funcionalismo sobre os canais existentes para manifestarmos nosso repúdio ao crescente processo de extermínio dos índios no Brasil em geral e no Mato Grosso do Sul em particular, por exemplo, divulgando a carta dos indígenas sobre a morte coletiva e o abaixo-assinado intitulado “Vamos impedir o suicídio coletivo dos índios Guarani-Kaiowa”, veiculado na internet no site AVAAZ

b) mobilize outras entidades sindicais e sociais a viabilizar e subscrever apelação ao Tribunal Internacional pedindo investigação sobre crime lesa humanidade praticado no Brasil contra os povos indígenas Guarani-Caiowa do estado do Mato Grosso do Sul e de outros estados brasileiros aonde a demarcação de territórios indígenas assegurada pela CF de 1988 esteja sendo descumprida e a população venha sendo dizimada em consequência de crimes praticados pelos invasores de suas terras tradicionais.

Como o SINAL pode aprovar e incrementar a adesão a um movimento deste tipo? Gostaria que construíssemos uma proposta neste sentido.

○



José Vieira Leite disse:

[30 de outubro de 2012 às 8:50](#)

Prezada Cleide,

Bom dia.

Agradecemos seu Comentário, que será incorporado a material de trabalho a ser submetido à consideração da AND.

Contamos com a manutenção de sua participação.

Com nossas saudações sindicais e um abraço,

Coordenação do tema Valorização das Regionais da XXV AND do Sinal.

12.



Cleide Napoleão disse:

[4 de novembro de 2012 às 23:17](#)

Ontem enviei proposta para publicação. Na dúvida, se entrou, re-encaminho:

QUESTÕES FUNCIONAIS E DE RH

Em reunião de delegados à 25a. AND do SINAL, em São Paulo, realizada em 1.11.2012, debateu-se proposta apresentada sobre:

Criação de Diretoria Colegiada para “adotar procedimentos que viabilizem o exercício das funções comissionadas em todos os níveis atendendo a proporcionalidade existente de funcionários do sexo masculino e feminino sobre o total do contingente ativo da instituição”. Resumidamente, a Diretoria seria composta com 7 representantes (de não menos que 3 departamentos), para tratar do provimento das funções comissionadas pautado em critérios públicos, técnicos, mas que não se limitem aos mesmos, dela participando representantes do funcionalismo.

Criação também de Comissão incumbida de promover a cada 2 anos a reavaliação do comissionado, e de elaborar Questionário a ser respondido pelos funcionários da Unidade a qual pertence o comissionado avaliado, sendo requerido do comissionado a realização de Curso de Formação em Administração Pública, com a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), curso esse com duração mínima de 6 meses, custeado pelo BC.

A discussão da proposta foi precedida pela indagação: É meta do SINAL representar seus filiados no encaminhamento de propostas sobre relações funcionais? Em seguida houve a dúvida se ela deveria ser enviada ao Blog de valorização das Regionais/QVT ou de Campanha Salarial.

Esclareço que a proposta ainda está em prévia construção em São Paulo e tomo a iniciativa de postá-la nos Blogs citados, junto com outra que faço ao final, que tem o propósito de agilizar os trabalhos da AND.

Desde sua fundação o SINAL tem enfrentado esta polêmica questão, que gera posições diferenciadas sobre o seu tratamento caber ou não ao sindicato. Uns defendem que sim, outros que não. É delicado e complexo esse terreno das relações interpessoais e funcionais, apontados em estudos publicados como sendo um dos principais fatores causadores de estresse no trabalho.

O SINAL em AND passada recebeu denúncias de relacionamento insalubre no Mecir. Bullying e assédio sexual foram trazidos à Plenária. As questões foram incluídas em relatório e deliberou-se pela realização de um Forum específico sobre o assunto que teve seus bons resultados na vida de muitos colegas do setor.

Entretanto sabemos, principalmente as mulheres, que a presença do preconceito e do machismo continua forte, dentro e fora do ambiente de trabalho. É tão antiga quanto a exploração e opressão.

Os comissionamentos no BC, importa saber como estão configurados em relação ao gênero. Ninguém mais duvida da capacidade laboral e de liderança das mulheres no Brasil. Mas os critérios misteriosos que determinam os comissionamentos no BC atingem tanto os homens quanto as mulheres.

Já na política de comissionamentos, contra a democratização do processo para definição e fixação de seus critérios, são colocados os argumentos que invocam ser a comissão um cargo de confiança. Ou seja, o comissionado é preposto de um chefe maior que em última instância pode ser responsabilizado pelos atos do comissionado. Daí invocarem para si a competência exclusiva para a fixação de critérios, avaliação, etc.

Mas à sociedade interessa saber dos cargos de confiança: o que são e a que servem. Deveriam no BC servir à realização de sua missão institucional. Servem? Cabe aos chefes maiores do que os chefes do BC, ao presidente da

república e ao Congresso e a outros órgãos (MP, TCU, PF, AGU) acompanhar, fiscalizar, detectar irregularidades, julgar e punir, objetivando garantir o funcionamento da máquina pública em consonância com o arcabouço legal e constitucional vigente.

O servidor público é uma peça desta máquina. Não pode o SINAL servir ao servidor filiado mais do que à Sociedade. Não cabe ao SINAL julgar e arbitrar conflitos interpessoais dentro do ambiente de trabalho, mas sim zelar pela dignidade do trabalhador, que depende de boas condições de trabalho para garantir a qualidade e produtividade do seu serviço.

Por seu lado, a chefia que não toma as devidas providencias ante um sevidor subalterno ineficiente deveria ser avaliada. Por quem? Obviamente pelo seus colegas que vivenciam a situação. Sabemos como uma batata pode contaminar as demais dentro do mesmo saco. E batatas podres existem. Em todos os níveis hierárquicos.

A proposta comentada inclui organismo que vai bianualmente avaliar o comissionado pelos seus subordinados. Entretanto há deliberações sindicais de rejeição à avaliação de desempenho em geral. Por que a diferenciação em relação aos comissionados?

Avaliação de Desempenho é sem dúvida de interesse da Sociedade que não tem em alto conceito o servidor público e em última instância é sua patroa. Muitas vezes atribue ao próprio servidor atendente a culpa por um atendimento recebido considerado deficiente. Porque desconhece o que se passa nos bastidores do órgão público.

Não tem o usuário acesso às informações necessárias à compreensão sobre as verdadeiras causas da péssima qualidade de muitos serviços públicos, o seu crescente desmantelamento via sistemático contingenciamento orçamentário, tanto no custeio da folha de pagamento de pessoal, seu treinamento, a dotação da necessária infraestrutura e demais recursos necessários ao seu pleno e desejável funcionamento.

Se hoje fosse feita pesquisa popular sobre o tema, creio que resultaria em posição majoritária pela avaliação de desempenho do servidor público. Maior até do que em relação à pena de morte para os crimes hediondos.

Certa vez, em uma reunião do SINAL em que todas as falações foram contra a AD, eu a defendi, neste ângulo de ser instrumento desejado pelo usuário do serviço público e necessário ao incremento da produtividade. Instalou-se então pesado silêncio. Nenhum comentário. Logo depois de encerrada a reunião, três pessoas lá presentes me procuraram, as únicas que não eram servidoras, parabenizando pela falação.

Defendo, como servidora e cidadã que servidores comissionados ou não sejam avaliados em seu desempenho. O problema a resolver é quem avalia quem e com que critérios.

Não acredito que esta 25a. AND, com pauta densa e prazo estreito seja uma instância apropriada para deliberar sobre esta complexa e delicada matéria, da AD e da política de comissionamento no BC, dentro do tema maior da gestão de RH. Deveriam estas questões ser tratadas em FORUM ESPECÍFICO, organizado pelo SINAL, com ampla participação, da base e dos comissionados e da cúpula do BC, de todos os interessados. Como foi feito no caso dos problemas do Mecir que mencionei.

PROPOSTA: FORUM DE RELACIONAMENTO FUNCIONAL E POLÍTICA DE RH NO BC:

1 – QUE SEJAM ELENCADAS EM RELATÓRIO ESPECÍFICO TODAS AS PROPOSTAS ENCAMINHADAS à 25a. AND DO SINAL, REFERENTES AS RELAÇÕES FUNCIONAIS (AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, COMISSIONAMENTO, etc.) E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS NO BC

2 – O RELATÓRIO SERÁ DOCUMENTO-BASE, SEM PREJUÍZO DA INCLUSÃO DE NOVAS PROPOSTAS DA CATEGORIA, PARA A REALIZAÇÃO DE FORUM ESPECÍFICO SOBRE O TEMA, A SER REALIZADO em data e durante período a ser definido dentre três propostas colocadas no site do SINAL, para votação da categoria.

3 – QUE SEJA CONSTITUÍDA COMISSÃO ORGANIZADORA DO FORUM, A PARTIR DA INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS PARTICIPANTES DA 25a AND

4 – À COMISSÃO ORGANIZADORA COMPETE ULTIMAR E DIVULGAR O RELATÓRIO-BASE, AMPLIAR O NÚMERO DE SEUS MEMBROS COM A ADESÃO DE OUTROS COLEGAS INTERESSADOS EM TODAS AS REGIONAIS E SEDE DO BC, ACOLHER NOVAS PROPOSTAS AO RELATÓRIO, ELABORAR AGENDA DE SUAS REUNIÕES, ELEGER EM SUA PRIMEIRA REUNIÃO O NÚCLEO COORDENADOR DO EVENTO DENTRE SEUS MEMBROS, ORGANIZAR E PREPARAR O FÓRUM

5 – AO SINAL CABERÁ DISPONIBILIZAR OS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO EVENTO, BUSCAR A PARCERIA DO BC PARA TAL, DIVULGAR SEU RESULTADO À CATEGORIA E ENCAMINHÁ-LO À APRECIÇÃO DA DIRETORIA DO BC PARA AS PROVIDENCIAS CABÍVEIS.

o



Cleide Napoleão disse:

[5 de novembro de 2012 às 16:48](#)

ERRATA:

Com relação a elencar propostas sobre RELAÇÕES FUNCIONAIS E RH NO BC trazidas à 25a. AND, em documento-base para subsidiar posterior realização de FORUM NACIONAL sobre o assunto:

Errei na fundamentação, ao citar experiência passada como sendo do MECIR. Na verdade foi com o DESEG, não sendo posteriormente realizado FORUM sobre o assunto, mas sim o incremento do movimento no setor por melhorias nas relações funcionais, a partir da repercussão no setor e no BC, do Relatório-DESEG deliberado naquela AND.

13.



Cleide Napoleão disse:

[5 de novembro de 2012 às 3:57](#)

Defendo como a primeira e mais importante proposta a ser abraçada na 25a. AND, dentre as voltadas à valorização das regionais do BC, aquela defendida pelo Télió Barroso:

“BC PRESENTE EM TODAS AS CAPITALS DO PAÍS”

Na prática o BC tem sido mais agente no s.f.n. do que agente a serviço do Estado. Enquanto não é plenamente regulamentado o Art. 192, fica ele sem os meios legais e a obrigação de cumprir plenamente sua missão e o exercício

de suas competências constitucionais, como Órgão a serviço do Estado, na promoção do desenvolvimento econômico equilibrado do país.

A sociedade não vê o BC como órgão público (daí a pertinência da proposta estatutária da Ivonil, de mudar o nome do SINAL, de entidade de “funcionários” para “servidores”). A popularidade do BC restringe-se à fixação dos juros.

Na prática o BC tem sido um eficiente servidor do interesse de grupos seletos de agentes econômico-financeiros mais poderosos. Todo servidor do BC sabe disso, dividindo-se a corporação entretanto em dois grupos distintos: o que acha isto “natural”, inerente ao regime capitalista, e o que fica ansioso, revoltado ou deprimido com essa realidade, empenhando-se em transformá-la.

Prevenir uma crise financeira sistêmica, com “efeito-dominó”, implica em evitar quebraadeiras. Dos grandes.

Prevenir o esgotamento da capacidade de endividamento dos cidadãos através de uma política tributária e creditícia adequada, quem pensa nisso?

Sabe-se que são as micro e pequenas empresas da cidade e do campo as principais criadoras de empregos no país.

Mas são pequenos...

Então primeiro são ouvidos e atendidos os interesses econômicos dos grandes – banqueiros, montadoras, seguradoras, fabricantes de produtos da linha branca – a serem beneficiados com sucessivas isenções tributárias, quando não também com vultuosos empréstimos e financiamentos a taxas de juros generosas (basta ver o montante e condições dos empréstimos do BNDEs destinados aos grandes, comparado ao destinado aos menores.

Isentar IPI de veículos automotores também estimula a produção e criação de empregos. Decerto. E também incrementa o congestionamento do trânsito de veículos nas grandes cidades (“mas isto é problema dos prefeitos”), inadimplência, desestímulo à cultura de poupança (em favor da “consumança”) e, claro, mais remessa de lucros e royalties ao exterior.

Assim, o BC também é alijado das decisões macro-econômicas, transformado em mero “braço” executivo do governo, embora legalmente responsável pela execução da política monetária e cambial, estabilidade econômica e saneamento do s.f.n.

Os últimos governos tem silenciado em relação à “autonomia do BC”. Se há uma aliança “de fato” entre BC e governo, para que uma aliança “nominal” (regulamentação do 192)? Ambos assim se desobrigam a funcionar como agentes de Estado, concebido o Estado como um conjunto maior de interesses, mais difusos, porque sociais, do que o de setorizados agentes econômico-financeiros.

Tendo a atual Diretoria do BC a sincera intenção de colocar o BC a serviço da sociedade, deveria ela também atuar pelo fortalecimento do BC como um todo e pela regulamentação do 192.

O comando do BC parece encontrar-se frente ao governo conformado na mesma situação que hoje se encontram as sessões regionais do BC em relação à Sede: carente de maior participação na formulação de ações macro-econômicas necessárias ao crescimento equilibrado, ao funcionamento equânime dos componentes da economia nacional.

De tanto ser repetida, uma mentira passa a ser verdade. Há muitos que ainda definem o BC como o “banco dos bancos”. Não leram o art. 192 da CF. Nesta visão estreita e parcial da função de um BC coloca-se a necessidade de um BC pequeno, enxuto, com poucos recepcionando os interesses de outros poucos, os grandes. Neste BC elitista não cabem os interesses “menores” dos menores.

“Deixemos os pequenos ao PROCON.”

Ora, arbitrar conflitos entre bancos e usuários de seus serviços, deixou de caber ao BC, realmente, com as mudanças normativas. Mas se não acompanhados de perto tais conflitos, como corrigi-los na fonte? Pois é o BC que autoriza, regulamente e acompanha o funcionamento destas instituições.

Em visita ao PROCON de São Paulo, junto com o Alexandre diretor nacional de comunicações, em 2010, percebemos o quanto o PROCON respeita o BC e demanda um relacionamento mais profundo entre os dois órgãos, no afã de melhor atender o público. É covarde e simplório pensar que a transformação, como num passe de mágica, do “usuário” dos serviços financeiros em “consumidor”, desobriga o BC de suas atribuições no enfrentamento e solução desses problemas.

Também, retirando paulatinamente funcionários e equipamentos de suas CAPs, o BC amputa parte importante de seus meios para acompanhamento, enfrentamento e tratamento, pela raiz, dos problemas de relacionamento entre agentes e usuários do sistema financeiro. DENOR E DEFIS encontravam seguros indicadores nos problemas levantados pelas CAPs para aperfeiçoarem sua atuação.

Acompanhar de perto estas turbulências, traduzidas nas reclamações do usuário dos serviços prestados pelos agentes financeiros, permite ao BC melhor fiscalizar e regular o sistema, preservando o equilíbrio das partes, sua observância dos respectivos direitos e obrigações legais.

Entretanto, atuar o BC no varejo do mercado financeiro, conhecendo os reclamos dos usuários, através de suas reclamações e demandas recebidas pelas CAPs do BC – como também através de um relacionamento mais estreito e sistemático com outros órgãos parceiros, tão demandado pelos PROCONS – e disso se valendo para corrigir as imperfeições dentro de sua área de competência, tem parecido a muitos colegas bacenianos uma “prática menor.” O que me faz lembrar um ex-presidente da República, que informou preferir o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo.

O desmonte do BC é claramente visível na retirada da autonomia e da participação das regionais na formulação e planejamento de ações cabíveis ao BC, no campo da execução das políticas macro-econômicas decididas nas esferas do poder executivo e legislativo.

Talvez por ser um crime hediondo por demais explícito contra a economia popular nacional, ainda não se implementou (cogitou-se?) a diminuição do número de regionais do BC. Então optou-se por emagrecê-las, retirando-lhes pessoal, comissões, poder, funções, autonomia e participação na formulação de ações. Contrariando decisões dos servidores do BC em sucessivas Pautas de Reinvidicações de ANDs do SINAL.

As mutilações na área meio do BC também atingiram a área fim, como parte do processo de desmonte: enxugamento da fiscalização, refluindo de direta para indireta e por amostragem.

O desmonte do BC tem seu carro chefe no contingenciamento orçamentário e consequente efeito-dominó: emagrecimento do quadro de pessoal, transferência de funções a outros órgãos, estagnação no trabalho de interação com outros órgãos envolvidos na detecção, investigação e punição das irregularidades, crimes de colarinho branco relacionados com evasão de divisas e dilapidação do erário público (vide novela “Mensalão”).

A crescente subtração de poder das regionais e centralização de poder decisório na Sede também veio travestida de atividade pró-economia e otimização de recursos, como apresentada no “Projeto Mais”.

Como ao pescador do “Pesque e Pague”, que muito gasta em vara e isca, que pesca e devolve o peixe ao lago, resta ao servidor do BC a sensação de impotência e fome.

Aqueles que defendem um BC “enxuto”, quanto ao seu quadro de pessoal, roll de atribuições e presença nos estados brasileiros o fazem de acordo com sua noção de público alvo do BC: o também enxuto e seletivo grupo representante da elite econômica.

A proposta de “BC PRESENTE EM TODAS AS REGIONAIS DO PAÍS” avança o movimento contra o desmonte do BC, tirando-o da resistência para colocá-lo na ofensiva, comportando melhor a denúncia, buscando não só frear um processo danoso ao interesse nacional, mas reorientá-lo para o fortalecimento do BC, em prol da sociedade.

14.



Erro! A referência de hiperlink não é válida. disse:

[5 de novembro de 2012 às 14:31](#)

VALORIZAÇÃO DAS REGIONAIS

P.1. Você considera o seu trabalho adequado, levando em conta a sua qualificação para realizá-lo?

R. Sim, tendo em vista que tomei posse no MECIR/GTSAL onde assimilei procedimentos operacionais importantes e, posteriormente, trabalhei a maior parte do tempo na área de fiscalização de crédito rural e bancária, aliado ao fato da minha graduação em Administração de Empresas que fornece ferramentas compatíveis com o perfil das funções que atualmente desempenho na Fiscalização da Custódia, considero o meu trabalho adequado.

P.2. Você se sente motivado para realizar o trabalho que lhe é atribuído?

R. Motivado o suficiente para retardar a minha aposentadoria.

P.3. Você acha que o BCB adota práticas que incentivam a participação ativa dos servidores lotados nas Regionais em todas as esferas das atividades de trabalho, inclusive as de formulação?

R. As práticas adotadas pelo BCB não incentivam a participação ativa dos servidores e relegam às regionais os cenários de irrelevância nas formulações.

P.4. Você acha que a presença do BCB no território nacional reconhece a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil? Por que?

R. O BCB não reconhece adequadamente as diversidades de vocações econômico-financeiras no território nacional, porque atua em escalas diferentes de prioridades onde possui representações e, por outro lado, não demonstra para as

comunidades onde não possui representações o interesse em ser parte de um todo, na garantia dos direitos da sociedade no território nacional.

P.5. Você acha que está em curso um processo de desmonte das Regionais do BCB? Por que?

R. O BCB sabe a quantidade de funcionários que vão se aposentar nos próximos meses e não demonstra preocupação com a sucessão e motivação dos novos servidores em resgatar a memória dos trabalhos, aceitando um vácuo de execução e descontinuidade.

P.6. Se sim, indique algumas possibilidades concretas de combate a tal processo.

R. Garantir o processo de mobilidade sem comprometer a continuidade das funções; ampliar a forma de gestão e competência das regionais, com inserção e maior participação dos servidores em todas as etapas de cumprimento das obrigações do BCB previstos na Lei 4.595; criar nova estrutura organizacional motivando os servidores das regionais com perspectivas de ascensão.

P.7. Você acha que o tema da presença do BCB regionalmente no território nacional guarda alguma relação com o Artigo 192 da Constituição Federal? Em que sentido?

R. Sim. O Art. 192 prevê que o sistema financeiro nacional seja estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem.

P.8. Você sabia que o Sinal já dispõe de um conjunto importante de reflexões acumuladas acerca desse assunto, contidas na proposta Artigo 192 da Constituição Federal – SFN Cidadão?

R. Não sabia. Pela importância do tema entendo que esse conjunto de reflexões acumuladas já poderia ter sido colocadas para debates contínuos junto aos servidores e aos parlamentares no Congresso Nacional, fornecendo ferramentas para todas as esferas das camadas sociais e ressaltando a importância do Estado na defesa dos direitos do consumidor em todos os Estados.

P.9. Você acha que o BCB valoriza mais o seu papel de agente centrado no funcionamento do sistema financeiro, em detrimento das suas responsabilidades como agente a serviço dos interesses do Estado? Por que?

R. Regular o Sistema Financeiro, manter a estabilidade e poder de compra da moeda, atingir as metas de inflação, etc., são papéis das duas vertentes e de amplo conhecimento nos grandes centros urbanos, com informações da mídia em formatos adequados para o público focado em economia. Todavia, grande parte da população de muitas cidades fora dos grandes centros onde o BCB tem representações desconhecem suas atribuições e não sabem a quem recorrer na defesa dos seus direitos ao utilizar os serviços do Sistema Financeiro, desnecessário se torna comentar sobre o desconhecimento das comunidades residentes em cidades dos Estados que não têm representação do BCB.

P.10 Você acha que a Administração Central do BCB vem tomando decisões no sentido da centralização do processo decisório em Brasília?

R. Sim.

P.11 Você considera submetido a uma cadeia de comando que, em última instância, é autoritária, pouco aberta ao diálogo e insensível? Como você caracteriza o modo pelo qual a hierarquia institucional?

R. As gerências regionais, em última instância, não tem muito por fazer mesmo que queiram, estão com pouca delegação de competência e incrédulas com as tentativas de mudanças.

P.12 Você considera que o seu trabalho no BCB proporciona acesso a uma realização profissional em sentido amplo?

R. Proporciona excelente realização profissional em sentido restrito das funções exercidas com distinção.

P.13 Em sua opinião, o sentido que você atribui ao seu trabalho no BCB guarda relação com a sua qualidade de vida? De que forma?

R. Sim. A satisfação de saber da importância das atividades realizadas para o BCB e a sociedade.

P.14 Você considera que o seu trabalho contribui para que o BCB cumpra a sua missão institucional? De que forma?

R. Sim. Importante ferramenta para monitoramento do numerário em custódia, do saneamento do meio circulante e no combate à falsificação de numerário em circulação.

P.15 Que tipo de presença você acha que o BCB deve ter no território nacional?

R. O Sistema Financeiro é Nacional e a presença do BCB deve ser abrangente em todas os Estados da Federação.

15.



FREDERICO TORRES disse:

[5 de novembro de 2012 às 16:02](#)

Proponho a realização de estudo para mapear as áreas, sub-áreas e atividades que hoje são realizadas em Brasília e que poderiam ser transferidas para as Regionais. O mesmo estudo deve fazer um levantamento das comissões – gerenciais e consultivas – por regional e, se possível, medir o nível de participação das regionais nas decisões estratégicas do banco.

6-2 - PROPOSTAS PRODUZIDAS, A PARTIR DE SEIS PERGUNTAS, NO EVENTO ARRUMANDO AS MALAS: DEBATE PREPARATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NA XXV AND DO SINAL

A) Que tipo de presença o BCB deve ter no território nacional?

- 1) Representação nas principais cidades brasileiras;
- 2) Representatividade em todas as cidades de população acima de 1.000.000 de habitantes e em todas as capitais da Federação e aquelas tidas como polos econômicos;
- 3) Representação do MECIR em todas as localidades acima;

- 4) Idem, atendimento ao público;
- 5) No caso da supervisão bancária, retornar o uso da fiscalização das agências;
- 6) Representação nas principais cidades brasileiras, sem que se tenha uma mesma estrutura administrativa (padronizada), ou seja, a atividade predominante na região é que irá definir;
- 7) O BC deve ter maior visibilidade em todo território nacional, com representação em todos os estados;
- 8) A mais abrangente possível, utilizando os meios de comunicação que a tecnologia permitir, além da presença física;
- 9) Escritórios temporários de acordo com as demandas econômicas;
- 10) Presença física atendendo as demandas da sociedade local;
- 11) Presença constante em prol da sociedade, a qual é obrigação do BC exercer;
- 12) Presença voltada ao atendimento de pessoas físicas e jurídicas.

B) O que a administração do BCB deve fazer, com vistas à valorização das regionais?

- 13) Iniciar, imediatamente, o processo de descentralização de componentes administrativos, atualmente existentes na Sede, a exemplo do que o DEPES já vem fazendo por interesse próprio;
- 14) Aumentar o número de regionais ou representações e a quantidade de servidores nelas;
- 15) Descentralizar a Sede Brasília;
- 16) Primeiro preencher quadro funcional através de concursos e que os aprovados migrem para as demais regionais;
- 17) Distribuição equânime das comissões;
- 18) Acabar com a concentração de departamentos em Brasília. Criar canais para ouvir as demandas das regionais;
- 19) SAP ou SAC em todas as regionais;
- 20) Indicar um representante com autonomia/autoridade que participe das reuniões da superior administração do BCB;
- 21) Descentralizar as comissões no âmbito da Sede;
- 22) Escritórios temporários subordinados às regionais para aumentar a área de atuação em polos econômicos de maior relevância;
- 23) Ampliação do número de representações regionais em território brasileiro;
- 24) Cargos com grau de responsabilidade semelhantes na sede e nas regionais

devem ter o mesmo critério de comissionamento;

25) Devolver às regionais tudo que foi retirado;

26) Liberação de ponto dos representantes do Sinal, pelo menos 3;

27) Resgatar as funções do MECIR que foram dadas ao BB;

C) O que o SINAL deve fazer com vista à valorização das regionais?

28) Aumentar a presença em cada regional;

29) Promoção de debates sobre o papel do Banco;

30) Os debates como papel de envolvimento com os servidores;

31) Enfatizar a redução da terceirização, capacitando os servidores para essas tarefas;

32) Solicitar reuniões abertas das diretorias com a participação do Sinal e dos servidores;

33) Cobrar do Banco o resgate das atribuições regionais;

34) Cobrar do Banco realização de concursos regionalizados;

35) Buscar novas propostas entre todos os servidores;

36) Debates interativos, como esse, para produção de propostas;

37) Promoção de debate com a sociedade sobre o BC e o SFN;

38) Trabalhar para diminuir a distância entre os servidores que executam daqueles que decidem;

39) Demandar que o diretor de Administração visite, anualmente, as regionais com o objetivo de conhecer as demandas locais;

40) Requisitar participação do Sinal e dos servidores sobre reestruturações do Banco;

41) As representações do Sinal devem buscar inserção e apoio na representação política social;

42) Reunião com todos os diretores, das diversas áreas, ressaltando a necessidade de participação direta nos assuntos de responsabilidade das regionais;

43) Exigir que o BC, dentro da Lei de Acesso à Informação, ofereça o mesmo grau de informação dado aos servidores e gerentes da Sede aos servidores das regionais, principalmente aquelas relativas às estratégias e táticas de trabalho;

44) Campanha intensiva de filiação dos servidores;

45) Pressionar o BCB a assumir novas atribuições inerentes a sua responsabilidade, como carta de crédito, factoring etc.

46) Domínio do quadro nacional de comissionamento e a contraposição à estrutura de cargos no BC;

D) O que é possível fazer, para além do que hoje se encontra estabelecido (ou seja, de modo radicalmente inovador, vanguardista, "fora do quadrado"), com vistas à valorização das regionais?

47) Participação do SINAL no planejamento estratégico;

48) Identificar, nos registros existentes, que refletem as posições oficiais do BC acerca do assunto, aquelas que versam sobre o tema, para exploração de possíveis brechas;

49) Resgate das atribuições do Banco que foram transferidas para a Sede;

50) Devolver o controle de atividades regionalizadas para as regionais;

51) Adotar práticas de gestão que viabilizem o trabalho em casa;

52) Dar aos departamentos do BCB o status de agências reguladoras;

53) Promover maior colaboração entre o BC e governos e assembleias estaduais;

54) Criação do cargo de diretor representante dos servidores, com assento na diretoria colegiada, com direito a voto;

55) Criação de espaço para recepção de denúncias anônimas referente a atos de corrupção e/ou improbidade;

56) Criação de bancos centrais regionalizados (nos moldes do FED);

57) Implementação da figura do chefe de departamento regional com assento no colegiado;

58) Descentralização de atividades hoje centralizadas em Brasília;

E) O que é possível fazer para que a valorização das regionais influencie positivamente na qualidade de vida no trabalho (QVT) dos servidores do BCB?

59) Maior autonomia aos servidores das regionais permitirá mais satisfação no trabalho, portanto QVT;

60) Flexibilização do horário de trabalho tendo em vista as condições locais/regionais, trânsito, cultura local etc.

61) Realização de concursos para suprir lacunas e oxigenar as regionais;

62) Indicação de 1 (um) representante com autonomia/autoridade junto à superior administração;

63) Qualquer coisa que se faça em relação à valorização já reflete positivamente na

QVT dos servidores;

64) Maior participação no processo decisório;

65) Levar em conta o feedback de quem faz (o serviço, a tarefa), o executor;

66) Mais imposição das regionais (ex.: SP em relação ao mercado financeiro);

67) A política de valorização deve efetivamente promover a descentralização das atividades para impactar realmente a QVT;

68) A valorização das regionais só vai acontecer com a valorização dos servidores;

69) Maior incremento da capacitação do servidor regional em conformidade com aquilo que ele realiza;

70) Mudança radical na política, na visão do Banco Central; hoje temos uma visão restrita, já que é centralizadora;

71) A permanência do servidor em local próximo a seus familiares (a regionalização de concursos resolveria isso, acabando o processo de mobilidade);

72) Trabalho em casa, diminuindo assim o fluxo do trânsito, aumenta a QVT e o tempo dedicado às tarefas;

73) BC incentivar junto às prefeituras locais a criação de ciclovias para acesso ao local, com esquema de estacionamento e segurança;

F) Indique algumas resistências esperadas no processo de valorização das regionais e algumas estratégias possíveis de superação de tais resistências.

74) Valorização é capacitar postos de comando. É isso se consubstancia com funções de responsabilidade;

75) Responsabilidade deve ser remunerada (comissionamento);

76) Resistência na sede devido a uma prática/política de centralização das comissões em Brasília;

77) Com a verticalização, as responsabilidades, mas com critérios de comissionamento diferentes;

78) Há resistências na própria representação sindical (SINAL);

79) A superior administração, com a perda de autoridade, oferecerá resistência;

80) Como estratégia, a valorização do representante regional, com a volta dos departamentos;

81) Estratégia: envolver a representação política local (deputados/senadores) em favor das regionais;

- 82) Resistência da Sede;
- 83) Participação de representantes das regionais nos eventos de planejamento estratégico, independente do nível de comissionamento;
- 84) Procurar não normatização do BC, possíveis brechas;
- 85) Dificuldade em se aceitar a descentralização para parte da cúpula;
- 86) Resistência à inovação/ões pois a corroboração final está sempre a um nível acima;
- 87) O processo de discussão deveria ser mais fragmentado, ou seja, com mais espaços de debate;
- 88) Resistência associada para perda de poder na sede de decisão e de recursos financeiros;
- 89) Aumento da autonomia administrativa do BC;
- 90) Aumento da mobilidade para as regionais;
- 91) Com a informatização do processo de trabalho, a Sede não justifica a centralização;
- 92) O mesmo argumento serve para o trabalho nas regionais e, no limite, em casa;
- 93) Argumento dos custos com as regionais, que seriam mais altos;
- 94) O custo não pode ser impeditivo para qualidade de vida no trabalho (QVT).